

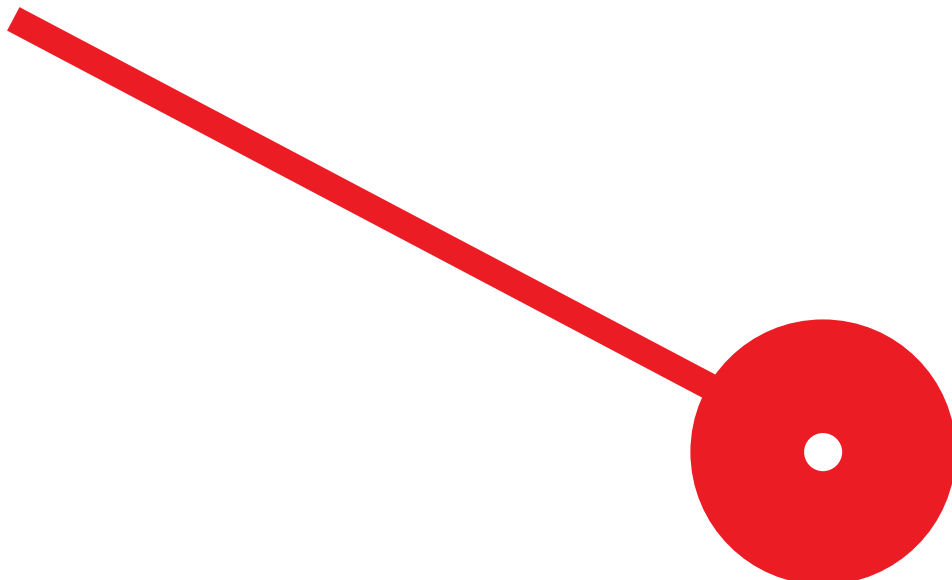
INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M MESTRADO
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO

Uma análise da relação
entre Globalização,
Desglobalização e
Política a partir da
história político-
econômica do Brasil
Marcela Laís Yokota Campos

10/2021

Marcela Laís Yokota Campos. Uma análise da
relação entre Globalização, Desglobalização e
Política a partir da história político-
econômica do Brasil
21/2021

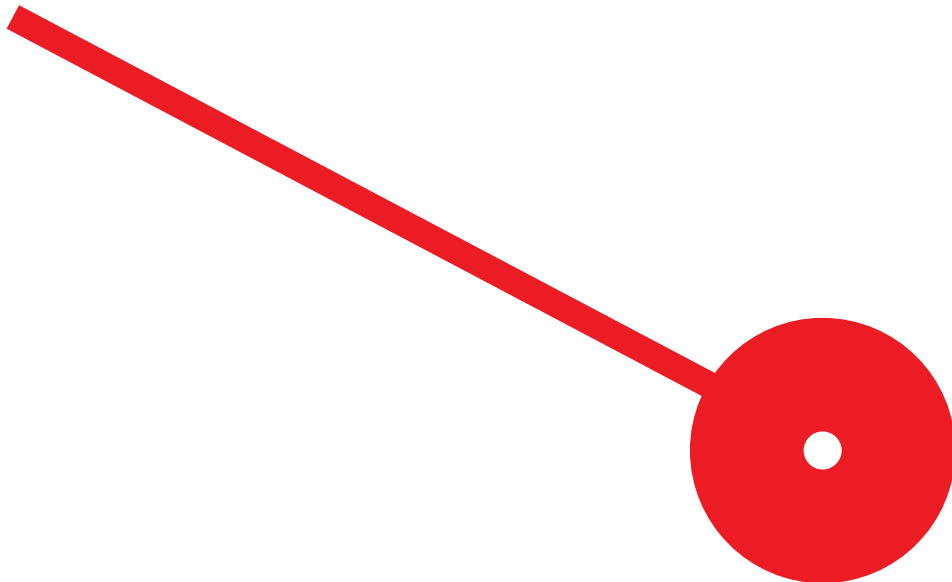


M MESTRADO
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO

Uma análise da relação
entre Globalização,
Desglobalização e
Política a partir da
história político-
econômica do Brasil
Marcela Laís Yokota Campos

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo e Internacionalização, sob orientação de Maria Clara Dias Pinto Ribeiro e Raquel Susana da Costa Pereira.

Marcela Laís Yokota Campos. Uma análise da
relação entre Globalização, Desglobalização e
Política a partir da história político-
econômica do Brasil
10/2021



Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer minhas orientadoras Maria Clara Dias Pinto Ribeiro e Raquel Susana da Costa Pereira, pela paciência, pela atenção, por todo o suporte, sem a sua ajuda esta dissertação não seria concretizada. Também gostaria de agradecer ao ISCAP, por ter me recebido e me aceito possibilitando que eu pudesse realizar este grande sonho, de fazer um mestrado fora do meu país de origem. Além de proporcionar a realização de um sonho, foi por causa do curso de mestrado em empreendedorismo e internacionalização que consegui me alocar no mercado de trabalho em Portugal, fazendo o que gosto em um ambiente que se alinha com meus objetivos profissionais.

Em seguida, gostaria de agradecer a todos os meus colegas de curso, especialmente a minha amiga Aline Fajoli, que desde o primeiro dia de aula me acolheu e me ajudou em vários momentos difíceis, sem ela eu com certeza não teria conseguido finalizar este curso. Assim como quero agradecer a Brena Cipriani, que usou da sua generosidade e inteligência diversas vezes para me ajudar e me ensinar. Além das minhas amigas de curso, não posso deixar de agradecer a todas as minhas amigas, as que estão perto e as que estão ao redor do mundo, e que mesmo longe fisicamente, sempre estiveram perto de mim, me ajudando, me aconselhando, me inspirando e que nunca me deixaram desistir, obrigada do fundo do coração Juliana Ribeiro, Jaqueline Kimura, Isabelle Schön, Micleide Celestino, Naara Padilha, Marcelle Bezerra, Fabieny Sanches, Talita Itoh, Vanessa Wollenschleger, Luisa Possobom, Vanessa Libos, William Cruz, Danilo Frederico, Lola Portelinha, Giovana Freitas, Sara Silva.

Gostaria também de agradecer ao meu namorado, que caminha comigo há anos e que esteve sempre presente para me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos, obrigada por ser o meu parceiro que compartilha das alegrias e das dificuldades comigo nesta jornada. Não poderia deixar de agradecer a minha família, por terem me apoiado a deixar o Brasil para realizar um sonho mesmo que longe deles, mesmo quando não concordaram com minhas escolhas, ainda assim sempre me apoiaram e me deram liberdade para ser feliz do jeito que eu escolhi. Obrigada por tudo, meus avós, meus tios, minhas tias, meus primos, meus pais, a Sirley e minha irmãs que tanto amo, Júlia e Duda. Gostaria de dedicar este trabalho para o meu avô Irineo de Campos, que se despediu de nós este ano, tenho certeza que sua paixão por política iria fazê-lo apreciar este estudo. Por fim, gostaria de agradecer especialmente a minha mãe, pois é ela meu alicerce, é ela quem me mantém forte, quem me lembra dos meus valores e que me ajuda a ser melhor sempre. E é apenas por todo o direcionamento que ela me deu que eu consegui estar onde estou hoje.

Resumo

Nos últimos anos alguns movimentos políticos relevaram tendências protecionistas e nacionalistas: de destacar o Brexit no Reino Unido, os mandatos presenciais de Donald Trump nos Estados Unidos e de Bolsonaro no Brasil.

O propósito deste trabalho foi o de tentar compreender se as lógicas da ocorrência destes eventos políticos andam a par e explicam um verdadeiro processo de desglobalização, nas vertentes políticas, mas também econômica e sociais no contexto brasileiro.

Para alcançar este objetivo, foi realizado uma análise em torno de como a globalização e a desglobalização econômica podem afetar a política, isto a partir de uma análise histórica. Para conseguir realizar esta análise, foi necessário compreender o contexto político-econômico do Brasil ao longo de sua história, para então, compara-los com a respectiva onda de (des)globalização correspondente ao período analisado, recorrendo a uma metodologia qualitativa.

Adicionalmente, no sentido de analisar as possíveis relações entre o crescimento econômico brasileiro, bem como a evolução da distribuição de renda, a partir de 1970, com os fenômenos de globalização (ou desglobalização) fez-se uma breve análise quantitativa. Conclui-se pela contribuição positiva da globalização (mensurado pelo índice composto de globalização KOF e pelo saldo da Balança de Bens e Serviços) para o aumento do crescimento econômico, bem como para a diminuição das assimetrias na distribuição do renda (mensurado pelo índice de Gini) nas décadas recentes no Brasil.

Palavras-chave: Brasil; Crescimento Econômico; Distribuição do Renda; Globalização; Índice de Gini; Índice de globalização de KOF; Política.

Abstract

In recent years, some political movements have highlighted protectionist and nationalist tendencies: to highlight Brexit in the United Kingdom, the face-to-face mandates of Donald Trump in the United States and Bolsonaro in Brazil.

The purpose of this work was to try to understand whether the logics of the occurrence of these political events go hand in hand and explain a real process of deglobalization, in the political, but also economic and social aspects in the Brazilian context.

To achieve this goal, an analysis was carried out around how globalization and economic deglobalization can affect politics, this from a historical analysis. To be able to perform this analysis, it was necessary to understand the political-economic context of Brazil throughout its history, and then, it is compared with the respective wave of (de)globalization corresponding to the analyzed period, using a qualitative methodology. Additionally, in order to analyze the possible relations between Brazilian economic growth, as well as the evolution of income distribution, from 1970 onwards, with the phenomena of globalization (or deglobalization), a brief quantitative analysis was performed. It is concluded by the positive contribution of globalization (measured by the composite index of globalization KOF and by the balance of the Balance of Goods and Services) to the increase in economic growth, as well as to the reduction of asymmetries in the distribution of income (measured by the Gini index) in recent decades in Brazil.

Keywords: Brazil; Economic Growth; Income Distribution; Globalization; KOF index; Gini index; Politics.

Índice Geral

Resumo	4
Abstract	5
Índice Geral	6
Índice de Tabelas	8
Índice de Gráficos	9
Lista de Abreviaturas	10
Introdução	11
Capítulo 1 – Enquadramento Teórico	13
1.1. Conceitos	13
1.2. As dimensões da globalização	16
1.3. Globalismo, interdependência e globalidade	17
1.4. Globalização, desglobalização e o cenário político atual	20
1.5. As ondas históricas da globalização e da desglobalização	22
1.5.1. O pós Revolução Industrial no século XIX	24
1.5.2. O recuo do capitalismo global no século XX	27
1.5.3. A retomada do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial	29
Capítulo 2 – Metodologia	32
2.1. Métodos de Investigação	32
2.2. O índice KOF	36
2.3. O índice GINI	38
Capítulo 3 – Análise Histórica	39
3.1 A situação político-econômica no Brasil durante a Primeira onda de Globalização (1870 - 1914)	39
3.2. A situação político-econômica do Brasil durante a Primeira onda de Desglobalização (1914 - 1930).....	41
3.3 A situação político-econômica do Brasil durante a Segunda onda de Desglobalização (1939 – 1946)	44
3.4 A situação político-econômica do Brasil durante a Segunda onda de Globalização (1946 - 1973)	46
3.5 A situação político-econômica do Brasil durante a Terceira onda de Globalização (1980 – 2009)	58
3.6 A situação político-econômica do Brasil durante a Terceira onda de Desglobalização (2009 até hoje).....	77

Capítulo 4 – Análise quantitativa – anos de 1970 -2020.....	80
4.1. Amostra e medidas descritivas	81
4.2. Correlações entre as variáveis	83
4.3. Os modelos	84
Capítulo 5 – Discussão de Resultados.....	87
Conclusão	96
Referências Bibliográficas	98
ANEXOS	107
ANEXO A	108

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Onda da Globalização e da Desglobalização.....	30
Tabela 2 – Variáveis, descrição e fonte.....	82
Tabela 3 – Medidas descritivas	82
Tabela 4 – Matriz de Correlações.....	84
Tabela 5 – Modelo 1 – Desigualdade e Globalização	85
Tabela 6 – Modelo 2 – Crescimento e Globalização.....	86
Tabela 7 – Ondas da Globalização e da Desglobalização	87
Tabela 8 – Síntese das análises realizadas:.....	94

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB % entre os anos de 1960 e 1970.....	50
Gráfico 2 – Valores do nível de Globalização Econômica do Brasil de 1970 – 1989 ...	57
Gráfico 3 – Exportações de Bens e Serviços em % do PIB de 1960 – 1985.....	58
Gráfico 4 – Taxa de crescimento do PIB % ntre os anos de 1971 e 1980.....	59
Gráfico 5 – Valores do índice GINI entre os anos de 1981 e 1990.....	63
Gráfico 6 – Taxa de Crescimento do PIB % entre os anos de 1981 e 1990.....	65
Gráfico 7 – Valores do índice GINI entre os anos de 1991 e 2000.....	69
Gráfico 8 – Valores do nível de Globalização Econômica do Brasil de 1991 – 2018 ...	71
Gráfico 9 – Taxa de Crescimento do PIB % entre os anos de 1991 e 2000.....	72
Gráfico 10 – Valores do índice GINI entre os anos de 2001 e 2010.....	74
Gráfico 11 – Exportação de Bens e Serviços em % do PIB 1960 – 1985.....	77
Gráfico 12 – Taxas de Crescimento do PIB % os anos de 2001 e 2020	78
Gráfico 13 – Exportação de Bens e Serviços em % do PIB de 2002– 2020	78
Gráfico 14 – Evolução das variáveis	83

Lista de Abreviaturas

ALCA – Área de Livre-Comércio das Américas

FMI – Fundo Monetário Internacional

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OECD – *Organization for Economic Cooperation and Development* (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

OMC – Organização Mundial do Comércio

OPEP – Organização de Países Exportadores de Petróleo

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

WTO – *World Trade Organization* (Organização Mundial do Comércio)

WB – *World Bank* (Banco Mundial)

Introdução

A proposta deste trabalho tem como objetivo, a análise de como a globalização e a desglobalização econômica podem afetar a política, isto a partir de uma análise histórica centrada na realidade brasileira. Neste sentido, ao descrever as ondas da globalização (e da desglobalização) ao longo da história e compreendendo como estes dois fenômenos ocorrem a partir da alteração de variáveis econômicas, o objetivo é identificar se essas variações afetaram a política interna do Brasil.

No primeiro capítulo foi realizado um enquadramento teórico, onde se abordou os conceitos de globalização e desglobalização e as suas dinâmicas cronológicas. Ainda, foi realizada uma breve análise acerca de como a globalização e a desglobalização estão presentes no cenário político atual. Foram apresentadas “ondas” de globalização e desglobalização ao longo da história, sendo que estas “ondas” são marcos históricos importantes para conseguir relacionar com o cenário político-econômico do Brasil correspondente a períodos de globalização ou de desaceleração do processo de globalização (desglobalização).

O segundo capítulo deste trabalho explica a metodologia utilizada no presente estudo, sendo esta fundamentalmente qualitativa, tendo por pano de fundo o contexto político e econômico. Foi utilizado a pesquisa documental como método por meio de uma análise histórico-comparativa. Para a construção metodológica histórica foi necessário comparar os dados dos índices recolhidos, com os diferentes períodos históricos e seus respectivos contextos políticos.

O terceiro capítulo deste trabalho dedicou-se a análise histórica do Brasil. Foi dividido utilizando as ondas de globalização e desglobalização como marcos temporais. Desse modo, foi possível sintetizar a histórica política-econômica brasileira, do início do século XX até os dias atuais, com foco nos principais eventos que tiveram mais impacto de acordo com o objetivo do estudo.

O quarto capítulo deste trabalho realiza uma análise quantitativa de 1970 até 2020, de modo a conseguir analisar a realidade brasileira quanto à globalização e a sua relação com o crescimento econômico e com a distribuição de renda.

O quinto capítulo do trabalho destina-se a discussão de resultados. Neste capítulo foi possível estabelecer possíveis relações entre os processos de globalização e desglobalização ao longo da história e como estes processos afetaram o contexto político-econômico brasileiro. A partir desta análise foi possível retirar conclusões que podem contribuir para futuras análises que pretendem compreender como fatores econômicos

com alcance internacional podem afetar a política interna dos países. Assim, no último capítulo sugerem-se linhas de investigação futuras, bem como são referidas as limitações deste estudo.

Capítulo 1 – Enquadramento Teórico

1.1. Conceitos

O fenômeno da globalização é caracterizado por importantes mudanças que tem moldado o mundo e sua história. Entre as mais importantes mudanças podem-se destacar as facilidades de transporte e de comunicação, o aumento no volume de trocas comerciais e de investimentos internacionais e a maior mobilidade de capital estrangeiro.

Conforme essas mudanças foram se tornando cada vez mais intensas e presentes, isto alterou o cenário econômico global ditando os critérios para julgar a competitividade entre os países. Assim, tornou-se quase como uma obrigação globalizar-se, de modo que inserir-se neste processo se estabeleceu como um instrumento fundamental para fazer-se um país desenvolvido. Deste modo, a globalização passou a ser um importante fator para medir o nível de desenvolvimento de um país.

As relações entre os diferentes países em todo o mundo tem alcançado uma profundidade e complexidade nunca vista, a globalização serve como base para o grande crescimento destas relações econômicas internacionais. As grandes contribuições da globalização concentram-se na redução dos custos de transporte e de comunicação, a diminuição das barreiras tarifárias, assim como outras políticas econômicas facilitadoras das trocas comerciais internacionais e das trocas de investimento.

De acordo com Hill (2015, p. 4), “Nas últimas três décadas, uma mudança fundamental tem ocorrido na economia mundial. Nós temos nos afastado de um mundo em que as economias nacionais eram entidades relativamente autossuficientes, isoladas umas das outras por barreiras ao comércio e ao investimentos transfronteiriços; pela distância, fusos horários e idiomas diferentes; e por diferenças nacionais na regulamentação governamental, cultura e sistemas de negócios”.

A globalização multiplica as redes de todos os tipos, incluindo os movimentos de capitais, mercadorias, pessoas e ideias. De acordo com Anil (2018), o termo globalização assim compreende-se pela integração mundial, pelo intercâmbio de ideias, produtos, know-how, capital, cultura, entre outros. A globalização pode ser compreendida como um processo de interação e interdependência entre economias e nações.

A definição de globalização utilizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE2 é “uma crescente internacionalização de mercados de bens e serviços, os meios de produção, os sistemas financeiros, a competição, as corporações, as tecnologias e as indústrias. Entre outras coisas, aumenta

a mobilidade de capital, acelera a propagação de inovações tecnológicas e uma crescente interdependência e uniformidade de mercados nacionais”.

Held, D., McGrew, A., Goldblatt, D., & Perraton, J. (2000), define globalização como:

“Processo (ou conjunto de processos) que implica uma transformação na organização espacial das relações e das transações sociais – aferidas em termos de seu alcance, sua intensidade, sua velocidade e seu impacto – que gera fluxos transcontinentais ou interregionais e redes de atividade, interação e de exercício de poder”:

Held et al. (2000, p. 15) ainda afirma que a globalização é caracterizada por quatro tipos de mundaças:

- Envolve uma extensão de atividades sociais, políticas e econômicas através de fronteiras políticas, regiões e continentes.
- Sugere uma intensificação das interconexões entre fluxos de comércio, investimentos, finanças, migrações, cultura, entre outros.
- A crescente intensidade das interconexões globais relacionam-se com a rápida velocidade das interações globais e dos processos, como a evolução dos sistemas mundiais de transporte e comunicação aumenta a velocidade da difusão de ideias, bens, informações, capital e pessoas.
- A crescente extensão, intensidade e velocidade das interações globais podem estar associadas ao seu impacto cada vez maior, de tal forma que os efeitos de eventos distantes podem ser altamente significativos em outros lugares e até mesmo os desenvolvimentos mais locais podem vir a ter enormes consequências globais. Neste sentido, as fronteiras entre assuntos domésticos e assuntos globais se tornam cada vez mais tênues.

De acordo com Albrow (1990) citado em Magalhães (2015, p. 47), a globalização diz respeito a “todos os processos por meio dos quais os povos do mundo são incorporados em uma única sociedade mundial, a sociedade global. Globalismo é uma das forças que atuam no desenvolvimento da globalização.”

Scholte (2008, p. 1473) propõe que a globalização difere de conceitos como internacionalização, liberalização, universalização ou ocidentalização. Segundo o autor, globalização é a propagação de conexões supraterritoriais entre as pessoas. A internacionalização refere-se a um aumento das transações e interdependências entre

países. A liberalização denota o processo de eliminação das restrições impostas por instituições entre os países. A universalização descreve o processo de dispersão de várias ideias e experiências para as pessoas em todo o mundo. A ocidentalização é interpretada como um tipo particular de universalização, no qual as estruturas sociais das sociedades ocidentais estão espalhadas pelo globo. Todos estes conceitos são próximos uns dos outros e às vezes utilizados indistintamente. Distingue-los é necessário, embora muitas vezes possa ser uma tarefa difícil.

A globalização decorre assim de um processo de mudança em direção a um cenário em que as barreiras ao comércio e ao investimentos transfronteiriços diminuem, assim como as distâncias devido aos avanços na tecnologia das telecomunicações e dos transportes, a cultura passou-se a parecer mais uniformizada ao redor do mundo, e as economias nacionais se fundiram em um sistema econômico global integrado e interdependente. O processo pelo qual ocorre essa transformação é comumente referido como globalização.

Conforme Jenson e Santos (2007) citado em Magalhães (2015, p. 47), a globalização é definida como:

[...] o processo pelo qual uma condição ou entidade local consegue atravessar fronteiras e estender seu alcance pelo mundo, fazendo-o, desenvolve a capacidade de designar uma condição ou entidade social rival como local”.

Hirst e Tompson (1998) citado em Magalhães (2015, p. 47), descrevem que:

[...] uma economia globalizada é um tipo ideal distinto daquele da economia inter-nacional e pode ser desenvolvido por meio da comparação entre os dois. Em um sistema global, como esse, as diferentes economias são incluídas e rearticuladas no sistema por processos e transações internacionais”.

De acordo com Clark (2000, p. 86), o processo de globalização descreve o processo de criação de redes de conexão entre atores em distâncias multicontinentais, intermediada através de uma variedade de fluxos como o de pessoas, de informação e de ideias, de capital e de bens.

Conforme descreve (Norris, 2000, p. 2), a globalização é um processo que põe fim as fronteiras nacionais, integra economias nacionais, culturas, tecnologias e governança, e assim produz relações complexas de interdependência mútua.

Desse modo, sendo a globalização um fenômeno que envolve vários aspectos diferentes e consegue alcançar diferentes níveis e afetar diversos setores, foi realizado por alguns autores uma divisão. Esta divisão serve principalmente para limitar as linhas de

estudos que envolvem a globalização, sendo este fenômeno tão abrangente. Neste sentido, no próximo sub-capítulo serão abordadas as dimensões da globalização.

1.2. As dimensões da globalização

A globalização é, no entanto, um conceito cheio de particularidades e engloba muito mais do que somente a abertura ao comércio e aos fluxos de capital. Também inclui cidadãos de diferentes países comunicando-se entre si e trocando ideias e informações, ou governos trabalhando juntos para enfrentar problemas políticos de abrangência global, consequências climáticas que se espalham e afetam países em escala global.

O termo globalização também tem sido regularmente utilizado para referir-se a influência norte americana na cultura popular por todo o mundo, o aumento da importância da Organização Mundial do Comércio e a necessidade cada vez maior de estabelecer instituições supranacionais. Neste trabalho, será adotado um sentido mais estrito do conceito de globalização, de modo a concentrar-se no estudo do seu âmbito econômico.

Keohane e Nye (2000, p. 106) destacaram as dimensões da globalização:

- Globalização Econômica: caracterizada por fluxos de capital, de bem e de serviços a longa distância, assim como de informação e percepções que acompanham as trocas de mercado;
- Globalização Política: caracterizada pela difusão de políticas governamentais;
- Globalização Social: expressa-se pela difusão de ideias, informação, imagens e pessoas.

Segundo, Keohane e Nye (2000, p. 106) faz-se importante fazer esta divisão entre diferentes dimensões da globalização, pois, sem este desmembramento, os conceitos de globalização se tornam muito vagos e gerais, sem conseguirem de fato abordar suas implicações. Esta observação realizada pelos autores faz sentido, pois, a globalização traz diversas consequências, e dependendo da esfera que seja afetada, as consequências podem ser completamente diferentes, compreender como a globalização modifica as dinâmicas sociais e suas relações não conseguem mensurar como a globalização altera o crescimento econômico de uma região.

Neste sentido, Keohane e Nye (2000, p. 106) descrevem:

a dimensão militar refere-se as redes de interdependência de longo alcance nas quais são empregadas a força, a ameaça ou a promessa de força; a dimensão econômico envolve fluxos de longas distâncias de bens, serviços e capitais, além de informações e percepções, associadas aos negócios no mercado; a ambiental refere-se ao fluxo de organismos, substância ou materiais que podem afetar a saúde humana e seu bem-estar; a dimensão sociocultural envolve os movimentos de longa distância de ideias, de informações, de imagens e de pessoas, as quais, claro, carregam ideias e informações consigo o que afeta a consciência dos indivíduos e suas atitudes perante a cultura, a política e a identidade individual; a dimensão política parece menos uma dimensão separada do que um aspecto de quaisquer das quatro dimensões.

Importante salientar que as relações entre os diversos atores que atuam para que o fenômeno da globalização ocorra em cada uma das suas dimensões não estão sempre necessariamente alinhados. Isto significa que, entre as diferentes dimensões da globalização podem existir choques de interesses, a globalização econômica, por exemplo pode não coincidir com a globalização social. Cada uma das dimensões apresentam suas próprias dinâmicas, interesses, tendências e fatores.

Conforme exposto, este trabalho tem como objetivo concentrar-se na dimensão econômica da globalização. Tendo em vista que o termo globalização abrange vários sentidos e carrega diversas nuances com consequências distintas em diversas áreas de estudo, como a sociologia, filosofia e direito, por exemplo. De modo a restringir a discussão e alcançar os objetivos propostos, faz-se necessário concentra-se unicamente na dimensão econômica da globalização e da desglobalização.

1.3. Globalismo, interdependência e globalidade

De acordo com Dreher (2006, p. 1093) a globalização pode ser descrita como o processo de criação de redes de conexões entre atores em distâncias multicontinentais, mediadas por uma variedade de fluxos que incluem fluxos de pessoas, informações e ideias, capitais e bens. A globalização é um processo que derruba fronteiras nacionais, integra economias e mercados, culturas e tecnologia, produzindo assim relações complexas de interdependência mútua.

Ainda de acordo com Dreher (2006), que se baseou em Keohane e Nye (2000), distinguem-se as dimensões da globalização em econômica, política e social. O texto

original de Keohane e Nye (2000), utilizam o termo globalismo e interdependência, ambos fenômenos multidimensionais, conforme descritos pelos autores. Assim, faz-se necessário abordar estes conceitos para melhor compreensão do assunto.

A globalização é comumente associada a palavra interdependência, isto porque o fenômeno só se concretiza ao aumentar a relação entre os países de todo o mundo, esta relação que com o tempo constrói dependências entre os países. A dependência econômica se faz quando toda e qualquer consequência econômica em um país pode atingir e ter consequências sobre outros países.

Conforme aborda Keohane e Nye (2000), importante destacar a diferença entre os termos interdependência e globalização. A interdependência se refere a uma condição, que pode tanto ser aumentada como diminuída. A globalização, por outro lado implica necessariamente um aumento da interdependência. Por este motivo o autor concentra-se em analisar primeiramente o termo “globalismo” antes de aprofundar-se no conceito de globalização. Esta análise faz-se relevante para o presente estudo, pois, coloca o “globalismo” como um importante critério para compreender o fenômeno da globalização e da desglobalização.

Conforme salienta Keohane e Nye (2000), quando se fala em globalização é comum referir-se ao aumento do “globalismo” e neste contexto facilmente pode ser dito que a globalização é um fenômeno novo. Esta afirmação pode até fazer sentido, porém não deixa de ser questionável, tendo em vista que o globalismo é um fenômeno com raízes antigas, assim, a globalização pode ser compreendida como um processo de aumento e intensificação do globalismo, podendo ocorrer tanto atualmente, como no passado.

De acordo com Beck (1999), citado em Magalhães (2015, p. 51), o conceito de globalidade representa uma visão mais dolorosa da realidade, pois, identifica um cenário em que a globalismo representa algo irreversível, já a globalização seria considerada como um processo, não uma realidade fixa e imutável, segundo o autor “os processos em cujo andamento os Estados nacionais veem sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais”.

Beck (1999) faz assim uma distinção entre o conceito de globalidade e globalização:

Globalidade significa: Já vivemos há tempos em uma sociedade mundial, ao menos no sentido de que a ideia de espaços isolados se tornou fictícia. Nenhum país, nenhum grupo pode se isolar dos outros. Desta maneira, choquem-se as diversas formas econômicas, culturais e políticas, e tudo aquilo que parecia ser evidente, mesmo dentro

do modelo ocidental, carece de uma nova legitimação. É por esta razão que “sociedade mundial” significa o conjunto das relações sociais, que não estão integradas à política do Estado nacional ou que não são determinadas por ela.

Em relação ao Globalismo, Beck (1999) citado em Magalhães (2015, p. 51), aponta:

Globalismo designa a concepção de que o mercado mundial bane ou substitui, ele mesmo a ação política: trata-se, portanto, da ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo. O procedimento é monocausal, restrito ao aspecto econômico, e reduz a pluridimensionalidade da globalização a única dimensão – a econômica – que, por sua vez, ainda é pensada de forma linear e deixa todas as outras dimensões – relativas à ecologia, à cultura, à política e à sociedade civil, sob o domínio subordinador do mercado mundial.

Diferentemente de Beck, Keohane e Nye (2000) entendem o globalismo como uma circunstância que envolve redes de interdependência em um âmbito de distâncias multicontinentais. O elo entre estas redes ocorre através de fluxos e influências de capital, bens, informação, ideias e pessoas. Neste sentido, a globalização e a desglobalização são diretamente afetadas pelo aumento ou a diminuição do globalismo.

Keohane e Nye (2000), explicam que o globalismo pode ser considerado como um tipo de interdependência, sendo que a interdependência refere-se a uma situação caracterizada por consequências recíprocas entre diferentes países. Apresenta-se o globalismo com duas características especiais.

A primeira característica refere-se a uma rede de conexões dada por uma variedade de relações, não sendo assim determinado por redes de ligações singulares. Esta característica pode ser exemplificada ao imaginar-se dois países ligados unicamente por uma relação de interdependência só econômica, o que não é suficiente para qualificar-se como parte do globalismo.

O conceito de redes utilizado por Keohane e Nye (2000) é que estas “podem ter a arquiteturas variadas com níveis descendentes de centralização e de complexidade de conexões”, e que neste sentido, “a centralidade das redes implica poder”.

A segunda característica baseia-se na ideia de que para que seja considerado “global” faz-se necessário acrescer que a relação seja estabelecida entre distâncias multicontinentais, ou seja, que mesmo a longa distância haja uma interdependência que seja, como explicado do parágrafo anterior, abarcada por uma variedade de diferentes

relações. Neste sentido, pode-se exemplificar que uma relação simplesmente regional, por proximidade física não é suficiente para que seja qualificado como globalismo.

A distância é considerada como uma variável contínua, pois, não significa necessariamente que dois países próximos não mantenham uma relação globalizada, mas simplesmente refere-se que a distância neste cenário de globalismo não é considerada como um impedimento, e sim como mais uma característica que exemplifica o quanto a interdependência não tende a diminuir quanto maior a distância.

Neste sentido, aponta Giddens (2003) citado em Magalhães (2015, p. 131), “*a intensificação de relações sociais globais que conectam distantes localidades de tal maneira que acontecimentos locais são moldados por eventos que ocorrem a muitos quilômetros de distância e vice-versa*”.

Por este motivo a globalização é sempre definida como um fenômeno transfronteiriço, que não é impedido por barreiras, pelo contrário, é definido pela quebra das barreiras, pela diminuição dos impedimentos, pela livre circulação. Com base nesta análise, pode-se afirmar que a globalização refere-se a diminuição das distâncias em grande escala, e assim contrapõe-se com os conceitos de nacionalismo, regionalismo.

Neste sentido, é possível compreender que o globalismo pode ser considerado uma espécie de interdependência, sendo assim, quanto o maior nível de interdependência, maior seria o globalismo, e maior assim o nível de globalização. O mesmo aplica-se ao oposto, quanto menor o nível de interdependência, menor o globalismo, e menor o nível de globalização, e assim pode-se concluir que o baixo nível de interdependência entre os países constituem a chamada desglobalização.

1.4.Globalização, desglobalização e o cenário político atual

Enquanto o aumento da interdependência política, comercial, financeira e social qualifica a globalização, proporcionando maiores oportunidades para crescimento econômico e cultural, faz-se necessário também mencionar que o aumento do nível de interdependência também carrega consequências negativas.

Ao longo do tempo em que se observou o aumento exponencial da globalização, foi possível também destacar suas falhas, as redes de estrutura mal planejadas em escala global causam um alto nível de complexidade nas relações sociais derivadas dos choques advindos do aumento da imigração, assim como o aumento do risco de crises financeiras com consequências globais, o inevitável aumento das desigualdades sociais e a polarização sócio-política.

Deste modo, é impossível discutir globalização sem tratar da desglobalização, e vice-versa. São fenômenos completamente interligados e os fatores que os influenciam são os mesmos, com diferença de que o aumento e a diminuição destes fatores têm como consequência um ou outro dos fenômenos citados. É também por este motivo ao longo da história os fenômenos surgiram de forma cíclica, como a tão famosa frase “a história se repete”, todavia, este assunto será tratado com mais profundidade adiante.

A desglobalização é usualmente interpretada como o processo de declínio da interdependência e integração em todo o mundo, que geralmente são estados nacionais. Em outras palavras, a desglobalização é um apelo ao isolamento ou uma negação da integração crescente do globo. Marcada por uma desaceleração do comércio, dos fluxos de capital transfronteiriços, pelo aumento de barreiras tarifárias e barreiras no fluxo de pessoas, restrições para imigrações.

A alteração no nível de interdependência das redes globais possibilitam tanto o aparecimento de oportunidades como também estabelecem canais que podem acentuar conflitos mal resolvidos e a propagação de falhas já existentes nos sistemas sociais. Esta observação faz-se importante, pois, o objetivo principal deste trabalho é conseguir relacionar como a globalização e a desglobalização afetam o cenário político.

Nas últimas décadas estas falhas geradas pela globalização tem sido cada vez mais evidenciadas, como a pobreza, desemprego, declínio e desestruturação de sectores económicos, este contexto pode desacelerar o processo de globalização e incentivar o processo de desglobalização, este fenómeno é designado para denominar tendências que surgem contrárias ao processo de globalização.

Nos últimos anos alguns movimentos políticos cresceram alterando drasticamente a dinâmica nas relações políticas, entre estes, importante destacar o Brexit no Reino Unido, as eleições de Donald Trump nos Estados Unidos e a eleição de Bolsonaro no Brasil.

Estes movimentos como é de conhecimento geral são caracterizados por tendências económicas ligadas a diminuição da interdependência, como as maiores barreiras tarifárias, obstáculos para imigração, discursos nacionalistas, entre outros. De acordo com Balsa-Barreiro, J., Vié, A., Morales, A. J., & Cebrián, M. (2020), estes episódios políticos podem ser considerados como um ponto inicial do processo de desglobalização, isto por que nestes movimentos é evidente a desconexão e a falta de identificação entre o povo e o “*establishment*”, pode-se nomear como o povo versus as instituições.

No âmbito econômico estes movimentos políticos têm como principais consequências o aumento das fronteiras, o aumento das regulamentações com objetivo de proteção do mercado, isto após um longo período onde a marca principal era a própria ausência de regulamentação ou de barreiras com o intuito de incentivar o crescimento das trocas comerciais internacionais em geral.

Essas tensões políticas sucedem-se exatamente ao mesmo tempo, em que o processo de desglobalização ocorre. Estas mudanças de discursos políticos são percebidas cada vez mais, como por exemplo nos movimentos anti-imigração e nos recentes controles estabelecidos para impedir o fluxo de pessoas, no crescimento de discursos xenófobos, na limitação de fronteiras, no aumento de barreiras tarifárias (guerra comercial entre China e Estados Unidos).

1.5. As ondas históricas da globalização e da desglobalização

Embora o termo "globalização" não tenha sido utilizado até a segunda metade do século XX, ele tem uma raiz histórica mais longínqua. De acordo com Scholte (2008), o substantivo "globus" data do século XV, derivado do latim "globus" e começou a denotar uma representação esférica da terra há várias centenas de anos. O adjetivo "global" entrou em circulação no final do século XVII e começou a designar "escala mundial" no final do século XIX. Além de seu significado anterior de "esférico". O verbo "globalizar" surgiu em 1940, juntamente com o termo "globalismo". A palavra "globalização" no sentido conhecido atualmente como um processo, surgiu inicialmente em 1959.

O processo de globalização econômica tem ocorrido em "ondas" pelos últimos 250 anos, por mais que por muitos a globalização ainda seja identificada como um processo novo, a história demonstra que, na verdade, o mundo tem sofrido períodos de globalização e de desglobalização e este ciclo tem ocorrência há muito tempo. Este trabalho busca compreender por meio de uma análise histórico-comparativa como essas ondas entre globalização e desglobalização podem afetar a política. Por esta razão faz se necessário abordar essas ondas históricas primeiramente.

Conforme já mencionado anteriormente, há diversos sinais que demonstram que o momento econômico atual sofre um processo de desglobalização, isto tendo em vista tanto dados empíricos como pelas tendências políticas. As causas que disparam o "gatilho" da desglobalização podem ser diversas, por este motivo, este trabalho propõe-se a compreendê-las por meio de uma análise histórica.

Ao realizar um estudo das ondas de desglobalização e de desglobalização que já ocorreram, é possível realizar um paralelo com as causas que as desencadearam e deste modo tentar realizar uma comparação com as causas relacionadas ao atual processo de desglobalização. Neste sentido, do mesmo modo que procura-se compreender as causas, também busca-se compreender quais seriam as tendências futuras, com base no que já ocorreu no passado.

O'Rourke e Williamson (2012) mencionam que ao longo da história vários eventos políticos podem ser considerados como causas que iniciaram e desencadearam um processo de declínio da globalização e evolução da desglobalização. Os autores nomearam estes eventos como “explosões”, e a partir desta denominação explicam que estas explosões podem tanto ocorrer de forma endógena como exógena.

Sendo endógeno, fenômenos que ocorrem “dentro”, e exógenos fenômenos que ocorrem “fora”, ou seja, as causas endógenas podem ser entendidas como as que tem origem no interior dos países, e as exógenas aquelas que se originam devido a fatores externos. Neste sentido, os autores exemplificam que entre as causas endógenas que contribuem para o processo de declínio da globalização, pode-se considerar a distribuição desigual das riquezas.

Notavelmente que a desigualdade de distribuição de riquezas é uma consequência do capitalismo e que pode gerar um grande descontentamento interno, o que inevitavelmente gera indignação e pode criar uma certa “revolta” contra o processo de globalização. Alguns eventos históricos como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial são responsáveis por gerar consequências que moldaram a economia internacional e naturalmente se tornam marcos históricos que afetam diretamente os processos de globalização e desglobalização.

Conforme menciona O'Rourke e Williamson (2012), como Karl Marx sugeriu, outros choques podem ter sido gerados pela instabilidade “inerente” do próprio capitalismo como, por exemplo, a Grande Depressão de 1929, ou, mais recentemente, a Grande Recessão causada pela crise financeira de 2008, ambos neste caso são considerados como fatores endógenos.

Ainda de acordo com O'Rourke e Williamson (2012), nestes contextos de crise, a forma como os diferentes países respondem as consequências geradas por estes “choques” se torna uma questão-chave. Após a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, alguns países reformaram seus sistemas financeiros, abriram lentamente suas economias novamente ao comércio internacional e formularam mecanismos para facilitar os fluxos de trabalho, capital e de comércio. Este foi o caso,

por exemplo da Europa Ocidental, que experimentou um milagre de crescimento econômico entre os anos de 1950 a 1973.

Em contrapartida, muitos países da América Latina desenvolveram políticas muito mais fechadas, antiglobais e anti-mercado durante o mesmo período. Estas políticas foram abandonadas apenas nos anos 80 ou 90. Desde o abandono permanente em 1971 – 1973 das taxas de câmbio fixas, uma nova onda de capitalismo ocorreu iniciando uma nova era da globalização. Em suma, importante enfatizar três grandes momentos históricos: o pós da revolução industrial no século XIX; o recuo do capitalismo global no século XX; e a retomada gradual do capitalismo que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial.

De modo a melhor compreensão das ondas da globalização, será realizada uma descrição dos marcos históricos mais que tiveram maior impacto e maior importância para a ocorrência das ondas de globalização e desglobalização. Neste sentido, de acordo com a divisão temporal realizada por O'Rourke e Williamson (2012, p. 2), a seguir será descrito o que pode ser considerado como os três mais importantes episódios históricos: o pós da revolução industrial no século XIX; o recuo do capitalismo global no século XX; e a retomada gradual do capitalismo que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial.

1.5.1. O pós Revolução Industrial no século XIX

O século XIX teve como grande marco a revolução industrial, este importante momento histórico pode ser considerado como um impulsionador para o desenvolvimento do capitalismo, por conseguinte para o que iniciaria o processo de globalização nos termos do que se conhece hoje.

O'Rourke e Williamson (2012), dividem as consequências geradas pela Revolução Industrial que impulsionaram o processo de globalização em seis:

Primeiro, o surgimento das desigualdades salarial. Esta grande lacuna que dividiu ricos e pobres foi uma mudança decisiva para a criação das dinâmicas de poder. Permitindo que economias ocidentais passassem a dominar grandes partes do mundo através do imperialismo. O imperialismo facilitou a disseminação de uma variedade de sistemas legais, corporações, organizações e instituições financeiras, bem como a integração econômica internacional.

Em segundo lugar, a revolução industrial produziu a chamada “grande especialização”, que deu primeiramente poder ao Reino Unido, iniciando um sistema comercial internacional, já que aquela economia dependia da troca de exportações de

manufaturados pelas importações de alimentos e de matérias-primas dos países menos desenvolvidos.

Em terceiro lugar, as novas tecnologias industriais se espalharam do Reino Unido para o oeste da Europa e para os Estados Unidos e, posteriormente, para o leste europeu, para a América Latina e a Ásia.

Em quarto lugar, as novas tecnologias de transporte e de informação, como a invenção do telégrafo, foram cruciais para fomentar o comércio e desenvolver os mercados globais de *commodities*. Quinto, os mercados monetários domésticos se tornaram mais sofisticados, aumentando o fluxo de capital, formando um mercado de capital mundial.

Sexto, o aumento da migração promoveu uma integração gradual do mercado de trabalho. Por fim, a revolução industrial foi seguida por uma disseminação da democracia, mesmo que lentamente, um processo que teve grandes implicações econômicas para o capitalismo global no século XX.

Todo esse contexto originado a partir da Revolução Industrial impulsionou o processo de globalização. Conforme exemplificado pelas seis consequências trazidas por O'Rourke e Williamson (2012). Deste modo, a primeira onda da globalização ocorre por uma soma de diversos fatores. Entre estes fatores faz-se necessário enfatizar o desenvolvimento de tecnologias de transporte e de informação.

Notadamente que somado ao desenvolvimento das tecnologias de transporte e de informação, o contexto político no século XIX foi favorável. Isto se deu, pois, o fim do período mercantilista deu lugar a ascensão do período imperialista. O mercantilismo originou-se de um conjunto de práticas econômicas em um contexto europeu em que o continente necessitava de ouro, moeda de troca naquela época, devido ao crescimento do comércio, este período histórico foi marcado por práticas protecionistas e pela colonização de novos territórios.

Importante recordar que a colonização de novos territórios realizada durante o período mercantilista foi essencialmente voltada para o acúmulo de materiais preciosos, especialmente o ouro, isto, pois, naquele período (século VX até século XVIII) não havia ainda um mecanismo de sistema cambial desenvolvido. O imperialismo, por outro lado, originou-se de um conjunto de práticas com objetivo de expansão territorial de modo a atingir dominação cultural e econômica.

Assim, com o fim do período mercantilista as relações entre os países e as trocas comerciais se tornaram mais complexas, aumentando assim o nível de competitividade internacional, alterando as dinâmicas de poder, facilitando as trocas comerciais ao mesmo

tempo em que se tornou mais difícil ser competitivo. Conforme mencionado no início deste trabalho, as mudanças nas estruturas, nos sistemas, nas instituições, alterou o cenário econô

mico global, de modo que a globalização passou a ser um importante fator para medir o nível de desenvolvimento de um país.

Por fim, O'Rourke e Williamson (2012) descrevem quatro importantes fatores que fizeram com que o período pós Revolução Industrial tivesse tamanha relevância para o desenvolvimento do capitalismo. Importante enfatizar que estes fatores ocorreram pela primeira vez na história, e só voltaram a repetir-se após a Segunda Guerra Mundial. Apesar dos autores relacionarem estes fatores ao desenvolvimento do capitalismo, para os objetivos deste trabalho, é possível relacionar estes mesmo fatores com o que pode ser considerado como a primeira fase da globalização.

Neste sentido, segue abaixo a sistematização dos quatro fatores mencionados:

- 1) A eliminação das políticas mercantilistas que já existentes há muito tempo, promovendo a abertura das econômicas europeias mais ricas e a partir deste ponto seguiu-se com a eliminação de barreiras tarifárias e a remoção das barreiras ao comércio. Além disso, grande parte do mundo integrou suas moedas, adotando o padrão ouro ou outros mecanismos monetários internacionais, diminuindo o risco cambial;
- 2) Desenvolvimento de novas tecnologias, houve uma revolução pró-comércio nos transportes, a invenção da máquina a vapor, a construção das linhas ferroviárias. Com essas novas tecnologias, os custos de transporte e de produção diminuíram drasticamente e uma das maiores barreiras ao desenvolvimento do comércio internacional foi derrubada: as distâncias. Além das estradas de ferro em terra, o comércio por via marítima sofreu também grandes alterações ao desenvolver os grandes navios de carga. Por fim, importante destacar o surgimento do telégrafo, que contribuiu para facilitar a comunicação e diminuir riscos relacionados as negociações;
- 3) O crescimento econômico aumentou a demanda de insumos, combustível, matéria-prima, o que causou um grande aumento nas importações;
- 4) A diminuição das guerras e conflitos. Historicamente a Europa é um continente marcado por guerras, este período foi marcado por uma diminuição nos conflitos, o que também é um fator importante que beneficiou com que este “boom” comercial ocorresse.

1.5.2. O recuo do capitalismo global no século XX

Conforme abordado, o fim do século XIX foi caracterizado por um grande aumento da integração econômica, das trocas comerciais e dos fluxos de capital internacionalmente. As condições necessárias originaram o que se chama de período imperialista, e conforme apontam O'Rourke e Williamson (2012, p.13), “*o imperialismo foi um subproduto do capitalismo*”, o que gerou grandes e importantes consequências para os países “dominados” pelas nações imperialistas, quando estes finalmente adquiriram sua independência.

Conforme salienta os autores O'Rourke e Williamson (2012), muitos dos países que eram colônias e territórios de exploração pertencentes aos países imperialistas, quando se tornaram independentes, criaram uma espécie de “aversão” ao capitalismo, as políticas capitalistas, como parte do processo de desenvolvimento de autonomia e de descolonização, fazia sentido rejeitar aquilo que era propagado pelos países imperialistas.

Além das consequências geradas pelo imperialismo nos países que passavam ou que ainda passariam pelo processo de ‘descolonização’, é importante destacar que o início do século XX foi marcado ainda pelas características do final do século XIX, com uma grande integração econômica advinda do imperialismo. Todavia, esta realidade mudou drasticamente com a Primeira Guerra Mundial.

A Primeira Guerra desmantelou o crescimento e a integração econômica que se seguiu desde a Revolução Industrial. Como é de conhecimento geral, conflitos bélicos tendem a afetar diretamente a economia, diminuindo o consumo, e, sendo uma guerra de proporção global, isto influencia diretamente o comércio internacional. Os países tendem a desenvolver seu mercado e sua produção interna, já que a cooperação é dificultada e os valores das moedas desvalorizado, assim como manter exportações e importações é inviabilizado.

O cenário pós-guerra teve diversas consequências contrárias a integração global. Neste contexto, O'Rourke e Williamson (2012) exemplificam que os Estados Unidos impuseram novas políticas anti-imigração, que influenciou outros países a tomarem medidas semelhantes. Além das restrições para migração, foi um período em que os perdedores da guerra passavam por um colapso completo, os impérios russo, alemão e austro-húngaro passavam por extrema crise, o que levou a altíssima inflação.

Após a guerra, era coletiva a tentativa de reestabelecer o contexto econômico pré-guerra, de modo a tentar “ressuscitar” o nível de integração econômica, de velocidade e

facilidade de trocas comerciais. Contudo, o processo para diminuir barreiras tarifárias e reestruturar as dinâmicas de relação econômicas leva tempo. Antes mesmo que fosse alcançado algum nível próximo ao que era antes, ocorre a Grande Depressão de 1929.

A crise de 1929 foi resultado de políticas fiscais e monetárias utilizadas equivocadamente, e de certo modo foi o resultado de um sistema monetário internacional falho. A crise culminou na destruição completa do pequeno desenvolvimento adquirido no pós-guerra. Esta crise financeira foi responsável pelo desmantelamento dos fluxos comerciais internacionais. Além das graves consequências econômicas, importante salientar principalmente tendo em conta que o presente trabalho relaciona economia com política, que a crise de 1929 somada ao “mal cicatrizado” período pós-guerra, teve consequências políticas que marcaram o século XX.

De Bromhead, A., Eichengreen, B., & O'Rourke, K. H. (2012), citado em O'Rourke e Williamson (2012, p. 14) sabiamente pontuam:

a Grande Depressão, [...] culminou com uma série de crises bancárias internacionais em 1931, que não só levou a um declínio catastrófico do rendimento mas a um grande recuo político. Em parte, esta reação foi direcionada contra a economia internacional, com os países impondo barreiras tarifárias e controles de câmbio (..) Em parte foi contra a democracia, com apoio a extrema-direita aumentando em muitos países, e fascistas chegando ao poder na Alemanha. Não surpreendentemente, muitas pessoas concluíram que as instituições do capitalismo eram fundamentalmente falhas, e que um sistema completamente novo seria necessário.

A crise de 1929 ocorreu como um impedimento no caminho para a reestruturação da economia internacional, e teve sua contribuição política. Após a Primeira Guerra, tanto o Japão quanto a Alemanha, países perdedores, participavam da tentativa de restabelecer as livres trocas comerciais adquiridas na primeira onda da Globalização, contudo, com as consequências geradas pela crise de 1929, fez-se espaço para o crescimento de ideologias nacionalistas.

Assim, O'Rourke e Williamson (2012) utilizaram o Japão e a Alemanha como exemplos, ambos os países passaram a priorizar desenvolver-se internamente para se tornarem autossuficientes e dependerem minimamente do mercado externo. Esta realidade econômica teve impacto direto no crescimento de ideologias nacionalistas em ambos países, e que culminaria nos governos autoritários que tomaram poder e tiveram papel principal na Segunda Guerra Mundial, como Hitler na Alemanha.

O período entre guerras foi marcado pela desglobalização, os países acabaram por priorizar seus mercados internos, e os mais desenvolvidos, como países do oeste europeu, investiram nas indústrias relacionadas com a guerra, como a bélica. Com esta alteração de prioridade nos países desenvolvidos e os que mais intensamente participaram da guerra, os países neutros passaram a tentar substituir a presença ausente daqueles que estavam mais focados nos assuntos relacionados a guerra, desenvolvendo-se para conseguirem suprir a ausência de produção de bens de consumo. Outra fonte de fragilidade do período entre-guerras foi o sistema bancário internacional, que gerou pânico após a crise de 1929 e trouxe uma grande instabilidade financeira.

O desastre da Grande Depressão foi responsável por desacreditar o sistema capitalista e trazer a tona suas falhas, isto, juntamente com a existência de um modelo econômico alternativo, o comunismo, que era uma ideologia em crescimento na época, ambos fatores impulsionaram as políticas econômicas do pós-guerra em direção à intervenção estatal e às atitudes anti-mercadológicas.

Os governos foram capazes de reformar o sistema capitalista suficientemente ao ponto de atender às demandas políticas por maior estabilidade e justiça. No que diz respeito à economia internacional, os governos no período pós-guerra tiraram suas lições da crise de 1929, enquanto o comércio internacional era algo a ser incentivado, o fluxo internacional de capital deveriam ser controlados a fim de proteger a economia interna e alcançar estabilidade, com a fixação das taxas de câmbio, por exemplo.

1.5.3. A retomada do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial

De acordo com Witt (2019), durante a terceira onda da globalização, o foco econômico que estava localizado nos EUA-região norte da Europa começou a se deslocar para o Leste Asiático-Pacífico, inaugurando uma nova era de globalização centrada nas economias emergentes da Ásia Oriental e do Pacífico.

Na tabela abaixo é possível observar uma sistematização dessas “ondas históricas” conforme o exposto:

Tabela 1. Ondas da Globalização e da Desglobalização

Onda	Duração	Propulsor
Globalização I	1870 - 1914	Colonização
Desglobalização I	1914 - 1930	Protecionismo
Desglobalização II	1939 - 1946	Entre-Guerras
Globalização II	1946 - 1973	Livre Comércio
Globalização III	1980 - 2009	Mobilidade de Capital

Fonte: Karunaratne (2012)

Uma grande força motriz da globalização econômica é a liberalização do comércio ou a remoção de barreiras tarifárias de modo a incentivar o comércio de bens e serviços. A segunda e a terceira onda da globalização, ocorreram após a Segunda Guerra Mundial, período pelo qual o mundo passou por um processo de desenvolvimento tecnológico nunca vivenciado antes, e isto, foi um grande impulsionador para que as mudanças ocorressem, abrindo um novo ciclo para o comércio internacional, rompendo as barreiras estabelecidas desde a primeira guerra.

Após a Segunda Guerra, com o intuito de prevenir com que um outro conflito com extensão mundial pudesse voltar a ocorrer, foram criado organismos internacionais, instituições que fossem integradas por vários países, partindo de um ideal de cooperação. E entre essas, importante destacar o surgimento do GATT, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, que teve importante destaque no sentido de organizar as trocas comerciais internacionais e de realizar acordos para redução de barreiras tarifárias, com o intuito de incentivar o comércio. Após o GATT seguiu-se com a criação de outros organismos como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional. Importante destacar que o surgimentos destes organismos internacionais foi muito importante para conseguir aumentar a atividade de países em desenvolvimento no comércio internacional, foi um instrumento importante de inclusão. Contudo, uma das formas de incluir os países em desenvolvimento, como o Brasil, ocorreu pelo financiamento internacional por meio de empréstimos, que posteriormente se tornou um grande desafio a ser encarado, a dívida internacional.

De modo a conseguir estruturar os mercados de capitais e financeiros internacionais, outro acordo foi criado, o chamado Acordos de Bretton Woods, que também surgiu após o fim da Segunda Guerra e teve como principal objetivo alcançar segurança econômico para que a reconstrução das relações comerciais do pós-guerra

puddessem evitar futuros conflitos. Impostrandite citar que este acordo também simbolizada o crescimento econômico guiado pela globalização, contudo, ao mesmo tempo que havia intervenção dos governos de forma a conseguir controlar melhor as forças do mercado.

A partir da criação dos organismos internacionais em todos os âmbitos, não só no econômico-financeiro, somado com o desenvolvimento tecnológico, mesmo com algumas inconstâncias da história, como a Guerra Fria por exemplo, o período pós Segunda Guerra foi marcado pelo retorno da globalização. Após a estruturação internacional realizada pelos organismos internacionais, que objetivou alavancar novamente o cenário de livre comércio que existia anteriormente ao período entre-guerras e a Grande Depressão, iniciou-se a chamada terceira onda da globalização, que foi marcada pela mobilidade de capital. Com o desenvolvimento tecnológico essas mudanças inclinadas para a globalização apenas se intensificaram ao longo do tempo, isto até a crise financeira de 2007.

Conforme aponta Karunaratne (2012), a crise financeira de 2007 decorrida da crise do subprime nos EUA se espalhou rapidamente, isso encerrou um longo período de prosperidade e globalização, conhecido assim como um marco para o fim da terceira onda da Globalização para o início da terceira onda da Desglobalização. Esta crise financeira foi a pior queda no índice Down Jones desde a Grande Depressão de 1929.

O “gatinho” que mudou a trajetória da terceira onda de globalização foi o a crise de 2008. O colapso das hipotecas subprime nos Estados Unidos, tem sua origem no mercado imobiliário. Subprime é uma modalidade de crédito de risco concedida aqueles que não apresentam garantias suficientes para comprovar sua adimplência. Com a alta da taxa de juros, os níveis de inadimplência dispararam. Espalhou-se assim rapidamente em todo o mundo uma crise de confiança generalizada e falta de liquidez bancária. Iniciou-se uma ameaça sistêmica de um colapso do sistema financeiro global. Evidências crescentes sugerem o atual momento é caracterizado como período de desglobalização que começou há uma década.

Conforme exposto por Witt (2019), os índices de investimento direto estrangeiro e do comércio parecem ter atingido o seu auge entre 2007 e 2011, grandes restrições ao comércio e aos investimentos têm acompanhado a queda dessas variáveis. A política neste contexto ocupa um papel de extrema importância, é um fator chave para a (des)globalização. Enquanto a tecnologia avança e tem como resultado a diminuição nos custos de transporte e de comunicação, fatores estes que permitem que a globalização ocorra, a política determina se as empresas e os indivíduos podem tirar proveito dessas oportunidades oferecidas a partir desses avanços.

Capítulo 2 – Metodologia

2.1. Métodos de Investigação

A investigação do presente trabalho será fundamentalmente qualitativa, pois pretende-se compreender e explicar o objecto do estudo considerando o contexto histórico e económico. Os estudos qualitativos se caracterizam pela busca em compreender um fenómeno, este trabalho visa compreender os fenómenos da globalização e da desglobalização e seus impactos na política. Em uma pesquisa qualitativa podem ser utilizados vários procedimentos e instrumentos para análise de dados, entre eles tem-se a pesquisa documental.

Nas últimas décadas, a investigação qualitativa tem sido um campo em expansão, com especial relevância para o estudo das relações sociais, dos significados subjetivos, e para a prática e a experiência quotidianas. Como afirma Flick (2009) “*the pluralization of life worlds*” é um fenómeno contemporâneo que vem requerer uma nova sensibilidade na abordagem empírica sobre as questões da sociedade moderna e pós-moderna “*Locally, temporally, and situationally limited narratives are now required*” (Flick, 2009, p. 12), desafiando os cientistas sociais com “novos” contextos sociais e perspectivas.

Neste sentido, a investigação qualitativa interessa-nos pela análise do significado subjetivo ou pela produção social das problemáticas, fenómenos ou práticas mediante a recolha de dados não padronizados através da análise de texto e imagem, em vez de números e estatística. Este tipo de investigação destaca-se pela variedade de abordagens e métodos que apresenta (e apropriados às temáticas de investigação), pela reflexividade do investigador e da investigação, por integrar as perspectivas dos participantes e a sua diversidade (Flick, 2009).

De acordo com Mack, Woodsong, MacQueen, Guest, G. e Namey, E. (2011), a “flexibilidade” é a característica que melhor distingue a metodologia qualitativa da quantitativa, a qual não significa falta de rigor, mas sim o tipo de profundidade da compreensão do problema que está a ser investigado. A investigação qualitativa procura compreender uma dada problemática a partir das perspectivas dos atores envolvidos, facultando a obtenção da informação cultural específica acerca dos valores, das opiniões, das emoções, dos comportamentos, das relações entre os indivíduos e dos seus contextos sociais (Denzin & Lincoln, 2000).

Ao discutir as características da pesquisa qualitativa, Creswel (2007) chama atenção para o fato de que, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos. Além disso, o autor destaca que a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, ou seja, o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar "como" ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Outro aspecto é que a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo - a pesquisa qualitativa é emergente em vez de estritamente pré-configurada. Richardson (1999) acrescenta que a pesquisa qualitativa é especialmente válida em situações em que se evidencia a importância de compreender aspectos psicológicos cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos, devido à complexidade que encerram (por exemplo, a compreensão de atitudes, motivações, expectativas e valores).

Ludke e André (1986) apontam três métodos de coleta de dados utilizados na pesquisa qualitativa: observação, entrevista e pesquisa ou análise documental.

- A *observação* é um método de análise visual que consiste em se aproximar do ambiente natural em que um determinado fenômeno ocorre, visando chegar mais perto da perspectiva dos sujeitos investigados.
- A *entrevista* é um segundo método empregado na coleta de dados. Conforme Godoy (2005) ela é um dos métodos mais utilizados na pesquisa qualitativa e parte de um *continuum* que vai desde entrevistas estruturadas, passando por entrevistas semiestruturadas até entrevistas não estruturadas.
- A *pesquisa documental* é a terceira técnica apresentada por Ludke e André (1986). Conforme os autores, embora pouco explorada, essa técnica pode ser valiosa, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas. Outra vantagem é que a análise permite a obtenção de dados quando o acesso ao sujeito é impraticável. Além desses métodos, é válido ressaltar a utilização de questionários, que também podem servir de apoio nas pesquisas de natureza qualitativa, sendo a principal técnica de coleta em pesquisas quantitativas.

Godoy (2005) destaca alguns pontos fundamentais para se ter uma "boa" pesquisa qualitativa, tais como: *credibilidade*, no sentido de validade interna, ou seja, apresentar resultados dignos de confiança; *transferibilidade*, não se tratando de generalização, mas

no sentido de realizar uma descrição densa do fenômeno que permita ao leitor imaginar o estudo em outro contexto; *confiança* em relação ao processo desenvolvido pelo pesquisador; *confirmabilidade* (ou confiabilidade) dos resultados, que envolve avaliar se os resultados estão coerentes com os dados coletados; *explicitação cuidadosa da metodologia*, detalhando minuciosamente como a pesquisa foi realizada e, por fim, *relevância das questões de pesquisa*, em relação a estudos anteriores.

Neste trabalho, a pesquisa qualitativa se moldará a partir da discussão que é iniciada pelo estudo documental, este procedimento é utilizado como forma de compreender uma realidade e produzir conhecimento por meio da análise de vários tipos de documentos. Será apresentado conceitos e características, será seleccionado, tratado e interpretado as informações e os dados recolhidos. A metodologia identificada no presente trabalho é caracterizada como sendo um Estudo Documental. Este método, segundo Richardson, R. J. (1999, p. 230), consiste numa “série de operações que visam estudar documentos com o intuito de compreender circunstâncias sociais e econômicas” e para Carmo e Ferreira (1998, p. 59) “é um processo que envolve selecção, tratamento e interpretação da informação existente em documentos (escrito, áudio ou vídeo) com o objectivo de deduzir algum sentido”.

É importante destacar aqui que a pesquisa documental não pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica com a qual se assemelha, uma vez que ambas utilizam o documento como objeto de investigação. O que as diferencia é a fonte, ou seja, a característica do documento: no primeiro caso, denominam-se de fontes primárias, as quais não receberam nenhum tratamento analítico como relatórios de pesquisas ou estudos, entre outras matérias de divulgação; no segundo, as fontes são secundárias, abrangem toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema. Conforme defendem Kripka, R. M. L., Scheller, M., & BONOTTO, D. D. L. (2015, p. 61) ao citarem Lüdke e André (1986),

a análise documental, entendida como uma série de operações, visa estudar e analisar um ou vários documentos na busca de identificar informações factuais nos mesmos; descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados, atendo-se sempre às questões de interesse. Esta análise é constituída pelas etapas de escolha e recolha dos documentos e de posterior análise. São estabelecidos procedimentos metodológicos a serem seguidos na análise que são: a caracterização de documento, a codificação, os registros, a categorização e a análise crítica.

No processo de investigação é necessário que o investigador estude trabalhos anteriores para poder “introduzir algum valor acrescido à produção científica sem correr o risco de estudar o que já está estudado tomando como original o que já outros descobriram.” A pesquisa documental se caracteriza pela pesquisa “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objectos da pesquisa” (Gil, 2008, p. 45).

Neste trabalho será utilizado o método histórico comparativo, pois objetiva-se relacionar os dados de períodos históricos para assim lhes descobrir a origem ou procedência, de modo a concluir se existe uma relação de causalidade entre a economia e a política. Para esta realização serão identificados fatores importantes que são utilizados como “medidores” da globalização e da desglobalização, como índices de: importações e exportações, fluxos de investimento direto estrangeiro.

O método histórico comparativo permitir-nos-á, neste caso, compreender melhor uma época histórica. Geralmente, o método comparativo é mais aceite nas ciências sociais quando se comparam objectos ou pessoas que têm propriedades e características em comum. É muito mais difícil e talvez menos justificado comparar coisas que são muito diferentes ou mesmo muito distantes no tempo. O método comparativo tem sido, de facto, amplamente utilizado nos campos da ciência política e da sociologia histórica. (Tardivo, G., & Fernández Fernández, M. (2017).

Neste sentido, ao estudar a desglobalização, devemos perceber nas análises a serem realizadas que esse fenômeno traz fortes consequências também para as regiões emergentes como a América do Sul, na medida em que, como regiões exportadoras, visto que terão um porvir de crises de superprodução ao perderem compradores nos países industrializados; as consequências disso são o desemprego estrutural, a insatisfação popular e o risco do surgimento de políticos demagogos e populistas, por exemplo. De modo a retringir a pesquisa, este trabalho utilizará o Brasil para realizar a análise histórico-comparativa, de acordo com as Ondas da Globalização e da Desglobalização descrita por Witt (2019).

Para a construção metodológica histórica é necessário comparar os dados dos índices recolhidos, com os diferentes períodos históricos e seus respectivos contextos políticos, para assim conseguir relacionar os resultados e realizar uma conclusão do estudo. Será utilizado a combinação das abordagens indutiva e dedutiva, tendo em vista busca-se estabelecer uma relação causal entre os fatores (índices) relacionadas em diferentes momentos históricos, para finalmente conseguir construir-se uma teoria.

Far-se-á, adicional e subsidiariamente, um breve estudo quantitativo abarcando os dados disponíveis dos anos de 1970 a 2020, pretendendo analisar a relação entre a globalização (medido pelo índice de globalização compósito de KOF e o saldo da Balança de Bens e Serviços) e o crescimento econômico (medido pelo Produto Interno Bruto), por um lado, e a concentração/distribuição de renda (medida pelo índice de Gini), por outro.

Serão utilizadas diversas fontes para encontrar os dados, como o World Trade Organization (WTO), World Bank (WB), OECD data, o índice KOF. Deste modo, o presente trabalho apoiar-se-á, fundamentalmente, em um estudo qualitativo, utilizando o método de análise documental, por meio da análise da literatura existente sobre o tema e na seleção e interpretação de dados (fatores que influenciam a globalização e a desglobalização) de diferentes períodos históricos, com o intuito de conseguir realizar uma análise entre as tendências macroeconômicas e seu impacto na política.

2.2. O índice KOF

Conforme abordado no capítulo anterior, a globalização é um fenômeno que avançou rapidamente ao longo dos últimos anos, de modo que as vezes pode parecer até improvável que poderia retroceder. Porém, nos últimos cinco anos há sinais concretos que indicam um aumento no protecionismo e tendências típicas que caracterizam a desglobalização. (Anil, 2018, p. 35)

Conforme mencionado, no âmbito político, grandes acontecimentos tem marcado essas tendências, como as eleições de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2018 foram regulamentadas diversos aumentos tarifários, o que causou um aumento de 2.6% para 16.6% nas tarifas de importação (Hälg, 2020).

O Reino Unido surpreendeu a União Europeia ao iniciar uma votação que levaria a sua saída do bloco econômico. No Brasil, o surpreendente crescimento da popularidade de um deputado federal com ideias extremamente conservadoras somado ao cansaço causado por escândalos de corrupção levou a eleição de um dos líderes mais controversos do país desde a ditadura militar.

Deste modo, para conseguir examinar as causas e consequências da globalização é necessário primeiramente medir a globalização. Muitos indicadores não conseguem mensurar todas as dimensões e as variadas consequências da globalização. Neste sentido, o índice KOF foi desenvolvido com o objetivo de conseguir medir a globalização de grande parte dos países do mundo, conseguindo abranger suas diferentes dimensões, a econômica, social e política.

O índice baseia-se na análise dos principais componentes combinando 43 variáveis diferentes em uma tentativa de capturar as variáveis multidimensionais da globalização. Entre os fatores determinantes são incluídos variáveis político-institucionais, ideologias governamentais, alterações demográficas, tendências eleitorais e variáveis econômicas como o desemprego.

O Índice de Globalização KOF, introduzido por Dreher (2006), mede a globalização desde a dimensão econômica, social e política para quase todos os países do mundo desde 1970. Tornou-se um dos índices mais utilizados para medir a globalização na literatura acadêmica. O índice KOF inova ao diferenciar, por exemplo as trocas comerciais da globalização financeira, ao abordar a dimensão econômica da globalização. Por esta razão foi optado por utilizar-se de indicadores empíricos no presente estudo para fundamentar as hipóteses.

Os dados do índice são calculados anualmente, de 1970 até 2018. A método utilizado pelo índice tem como base algumas variáveis de acordo com a dimensão da globalização avaliada (cultural, política, econômica, entre outras, a lista das variáveis se encontra nos anexos deste trabalho). Após a compilação dos dados de cada variável analisa de acordo com a dimensão de interesse, o índice é apresentado em uma escala de um a cem, onde 100 é atribuído ao valor máximo de uma variável específica em toda a amostra dos países e em todo o período de tempo. Embora os pesos das variáveis possam mudar ao longo dos anos, os pesos dos subíndices são mantidos fixos ao longo do tempo. Os próprios subíndices são agregados a índices de classificação superior utilizando pesos iguais. Neste estudo, conforme já citado anteriormente, utiliza-se a dimensão econômica, tendo em vista que são estes fatores da globalização que servem como objeto de estudo para compreender como a econômica se relaciona com a política. No índice, a globalização econômica é composta de globalização comercial e globalização financeira, da qual cada uma recebe um peso de 50% da distribuição original (a estrutura, as variáveis e os pesos estão disponibilizados nos anexos).

O índice de KOF disponibiliza dados de Globalização financeira e econômica do Brasil a partir de 1970 até 2018 e é um importante instrumento para medir a globalização econômica de um país, pois a partir deste é possível realizar uma comparação do nível de globalização financeira/comercial que o Brasil estava e comparar se esta reflete na política.

2.3. O índice GINI

O índice de Gini é um instrumento utilizado para medir a distribuição de renda, entre indivíduos ou famílias dentro de um determinado grupo. Ou seja, o objetivo principal é conseguir demonstrar onde se concentra a riqueza de modo a conseguir compreender as desigualdades. O índice segue uma escala que vai de 0 a 100, sendo que 0 simboliza a distribuição de renda perfeita, e 100 correspondo a desigualdade de distribuição de renda (World Development Indicators, 2021).

O índice de Gini utiliza a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, para conseguir adquirir o número, que é expresso como uma porcentagem. Para este trabalho o índice é interessante pois a partir dele também é possível abordar o tema nas suas consequências sociais, de forma a também conseguir refletir em como a desglobalização e a globalização podem afetar a concentração de renda, sendo esta o fator mais importante para conseguir mensurar a desigualdade social.

Capítulo 3 – Análise Histórica

Este capítulo tem como objetivo abordar a história política-econômica do Brasil, conforme já elucidado anteriormente, este trabalho tem o intuito de relacionar os fenômenos da globalização e da desglobalização com a política, e para delimitar a pesquisa, foi escolhido realizar este estudo histórico-comparativo utilizando o Brasil como objeto de análise. Neste sentido, será abordado o contexto político-econômico brasileiro do início do século XX até os dias atuais.

Importante salientar que de modo a não se afastar dos objetivos propostos, será abordado os principais pontos do cenário político brasileiro durante este período, ao mesmo tempo, em que pretende-se citar dados econômicos, tendo em vista que, conforme já explicado, para medir a globalização e a desglobalização econômica faz-se necessário utilizar algumas variáveis como base. Assim, será destacado dados de algumas variáveis para medir o nível de (des)globalização de determinados períodos históricos de acordo com o índice de KOF, tendo em conta que o índice possui dados a partir de 1970.

3.1 A situação político-econômica no Brasil durante a Primeira onda de Globalização (1870 - 1914)

A primeira metade do século XX no Brasil foi caracterizada por um período de evolução econômica devido ao crescimento da economia industrial. O desenvolvimento do setor agrícola passou de uma dinâmica de economia familiar para uma economia agrícola extensiva. A partir desta evolução interna o investimento em produção de equipamentos, máquinas e o desenvolvimento de processos tecnológicos que pudessem favorecer este setor, sem a necessidade de importar de outros países mais desenvolvidos foi uma das principais causas desta inversão nas trocas comerciais.

Lima (1970, p.320) enumerou os fatores responsáveis pela industrialização ocorrida no Brasil no início do século XX:

- 1) Nos derradeiros anos do século XIX começou a grande imigração para as regiões temperadas do sul do país, e em princípios do século XX surgiu a superprodução do café e um conseqüente refluxo dos colonos para as cidades;
- 2) A decretação do trabalho livre em 1888, a maior imigração dos colonos europeus e a considerável cultura cafeeira determinavam a formação de um mercado interno de alguma importância para os produtos industriais. O processo da eletricidade e a construção de grandes usinas, constituíram elementos

essenciais à evolução industrial: fontes de energia barata. O progresso e barateamento de máquinas operatrizes permitiram o estabelecimento de indústrias médias de transformação, baseadas na disponibilidade dessa energia em maior número nos dois centros: São Paulo e Guanabara.

3) Criaram-se dessa forma, no século XX, elementos favoráveis ao desenvolvimento de determinadas regiões do país: energia abundante e barata (com papel semelhante aos que os núcleos hulheiros exerceram na Inglaterra, nos EUA e na Alemanha), aparelhamento moderno e de preços relativamente baixos, mercado de certa importância e melhores meios de transportes, pela construção de ferrovias e rodovias, abundante mão-de-obra não absorvida pelas fazendas, então em regime de superprodução;

4) Nossas exportações de produtos agrícolas deixaram de proporcionar poder aquisitivo externo suficiente para pagar as mercadorias industriais reclamadas pelo consumo interno. A baixa do câmbio refletiu, em parte considerável, a situação de desequilíbrio provocada por uma população que cresce e se civiliza continuamente, e que não dispõe de meios de pagamento no exterior, para os produtos que necessita. Essa contínua depressão das taxas cambiais passou a ser uma forte emulação para o desenvolvimento industrial.

Neste sentido, o período foi impulsionado pelos ganhos obtidos pelas exportações do café, e assim foi desenvolvendo mais a capacidade produtiva para que o Brasil pudesse se tornar menos dependente das importações, e pudesse assim produzir internamente seus próprios meios de produção, assim como também focar em satisfazer a demanda interna, que passou a ser maior.

O cenário político deste período era marcado pela chamada “política dos governadores”, pois, o país era governado pelas oligarquias dos estados de Minas Gerais e São Paulo, período da República Velha conhecido popularmente por “política do café com leite”. Esta expressão tem origem na expoente produção de café do estado de São Paulo e naturalmente de leite em Minas Gerais. Este período perdurou de 1898 até 1930, sendo marcado pela alternância de famílias oligárquicas com grande poder, assim, cada estado escolhia um governante, que era alternado nas eleições.

3.2. A situação político-econômica do Brasil durante a Primeira onda de Desglobalização (1914 - 1930)

O primeiro evento histórico de grande importância no início do século XX e que impactou o mundo inteiro, foi a Primeira Guerra Mundial. Apesar do Brasil não ter participado ativamente da guerra, por ter sido um conflito envolvendo as maiores potências econômicas mundiais, não havia maneira dos países em desenvolvimento não se afetarem em algum sentido.

Conforme descreve Lima (1970), a Primeira Guerra Mundial foi causada por uma série de acontecimentos políticos e econômicos, a começar pela crise econômica sofrida pela Alemanha em 1913. Esta crise refletiu-se para o Brasil afetando as exportações, o preço do café caiu. Assim, com a decorrência do conflito bélico e com a diminuição das exportações, a economia brasileira foi prejudicada.

Em contrapartida, com a diminuição das importações, sendo neste momento dependente das importações de artigos manufaturados, o Brasil foi obrigado a desenvolver-se, pois se viu sem possibilidade de manter as importações, sendo que a guerra impactou negativamente as produções internacionalmente, principalmente dos grandes produtores, que eram exatamente os países que no momento estavam diretamente envolvidos participando da Primeira Guerra. Neste sentido, com a crescente demanda interna, os brasileiros decidiram por explorar a sua capacidade industrial e a evoluir neste sentido, o resultado foi o início da produção interna.

O Brasil passou a capacitar-se para produzir internamente aquilo que necessitava para desenvolver o setor que mais o favorecia, o agrícola, assim como para suprir as necessidades dos brasileiros. Por este motivo, este período foi marcado pelo mercado interno. De acordo com Sitima (2014), importante salientar que o Brasil teve uma taxa média anual de crescimento de 3,9% após a Primeira Guerra Mundial e isto se deu devido a uma inversão nas trocas comerciais, com a priorização ao mercado interno.

Importante destacar que as consequências geradas pelo início do processo de industrialização do Brasil têm, como é natural, consequências além das econômicas, como consequências sociais e políticas. Conforme aborda Lima (1970), o processo de industrialização no Brasil ocorreu de forma acelerada, normalmente os processos de industrialização ocorrem de forma gradual, conforme as sociedades se desenvolvem, como um processo natural. Todavia, particularmente no caso do Brasil, este processo não foi nem gradual nem natural.

A Primeira Guerra Mundial teve como grande consequência para a econômica brasileira a diminuição das importações e a necessidade de produzir internamente, neste processo foi preciso adaptar-se rapidamente as novas demandas e a um novo contexto. Deste modo, é possível afirmar que este grande período trágico da História mundial não proporcionou apenas consequências negativas para o Brasil, tendo impulsionado sua revolução industrial, porém, como é óbvio, por ter ocorrido de forma tão rápida, não houve qualquer planejamento, e por este motivo futuramente traria consequências muito prejudiciais, que serão abordadas adiante. Além das consequências econômicas, a rápida industrialização brasileira gerou resultados políticos de moldaram a história do Brasil.

De acordo com Lima (1970) “[...] com a inserção da atividade industrial na economia brasileira deu-se início à sua transformação estrutural”. Tendo em vista que a atividade industrial estava no seu início no Brasil, ou seja, é uma nova atividade, é esperado que novas dinâmicas sociais sejam originadas, e claramente disto haja reflexos na política. Este contexto originou dois novos grupos sociais, os empresários industriais e os operários das indústrias. Além do desenvolvimento das classes dos operários e dos empresários, o processo de industrialização também causou a expansão dos centros urbanos, e com o tempo foi criando novos conceitos de identidade e diferentes tipos de representações sociais, como a classe estudantil, a classe dos comerciantes, entre outros.

É importante destacar que esses fenômenos sociais foram ao mesmo tempo, criando uma ideia de classe que já era discutida em países europeus, por exemplo, mas que ainda eram ideias muito imaturos no Brasil. A partir deste processo de industrialização a sociedade brasileira sofreu mudanças estruturais, passou por choques de pensamentos e ideologias, com uma maior disseminação de novos padrões de pensamento e de comportamento. Normano (1939), citado em Lima (1970), descreve: “uma evolução estrutural, sem mudança de direção do processo. Mas, talvez, mesmo o mais importante que os resultados da incipiente industrialização, foi o crescimento da psicologia industrial”.

A partir dessas mudanças estruturais vários acontecimentos importantes devem ser destacados, como a criação do partido comunista, o início das organizações sindicais e das lutas operárias, a Semana de Arte Moderna de 1922. Em decorrência da crise gerada pela Primeira Guerra Mundial, houve uma crescente imigração europeia para o Brasil, a chegada de imigrantes europeus, principalmente portugueses, italianos e espanhóis, também foi um fator importante para alterar o nível de conscientização da população brasileira, pois, trouxe novos conceitos, ideias e novas reivindicações. Neste momento o povo começou a reivindicar por melhorias nas condições de trabalho.

Desde o século XIX a economia brasileira concentrava-se no setor agrícola, especialmente na produção do café. Após a crise de 1929 não foi possível manter a estabilidade na produção, pois, o país dependia da obtenção de crédito para consequente manter novos estoques, porém, o mercado internacional se encontrava em situação de extrema crise financeira. Deste modo, sem a possibilidade de obtenção de crédito internacional e sem reservas de crédito internamente, o Brasil e a sua economia cafeeira foram afetados pela Grande Depressão de 1929.

De modo a evitar prejuízos maiores, a classe dirigente decidiu por destruir os excedentes de produção do café, tendo em vista que devido à crise de 1929 os preços caíram mesmo que a demanda permanecesse a mesma. Assim, ao decidirem por destruir os excedentes de café como uma estratégia lógica foi possível controlar os prejuízos, pois, a renda criada com essa estratégia foi capaz de cobrir os gastos causados pela baixa do preço.

Com a crise do café, a economia brasileira transferiu sua instabilidade para outros setores da sociedade. Com alta inflação e alto desemprego, as pessoas passam a sentir “na pele” e a serem afetadas diretamente pela instabilidade econômica. Assim, a insatisfação do povo apenas crescia, criando um contexto propício para o que se tornou a Revolução de 1930, que culminou em um golpe de estado e colocou fim a República Velha. Foi o fim da chamada “república do café com leite”, que sucedeu do acordo entre as duas principais oligarquias brasileiras da República Velha, as do estado de São Paulo e de Minas Gerais, o acordo firmado era para que fosse alternado um governante de Minas por um de São Paulo, assim, o poder estava sempre concentrado nas mãos das minorias famílias ricas brasileiras.

A Revolução de 1930 colocou fim a esta alternância oligárquica no poder, todavia, importante salientar que se originou pela insatisfação dos resultados das urnas. O candidato eleito fazia parte do esquema as oligarquias, ganhando do candidato de oposição pela então chamada Aliança Liberal, Getúlio Vargas. O assassinato do vice de Vargas foi o estopim para que a revolução ocorresse. Foi neste contexto que Getúlio Vargas assume no dia 24 de outubro de 1930, em um famoso golpe de Estado.

Neste contexto, elucidou Lima (1970, p. 350):

[...] a ausência de uma força de esquerda empolgando as massas, capaz de atraí-las e conduzi-las a lutas por reivindicações mais avançadas, o que permitiu a grupos tradicionais e caracteristicamente conservadores, como os situacionismos gaúchos, mineiro e paraibano apresentarem-se com máscaras inovadoras, encabeçando agitações em massa, preparando conspirações militares. Constituía

isso até uma medida preventiva contra possível radicalização de luta, temida pelos políticos conservadores e perfeitamente sintetizada na célere frase de Antônio Carlos: “façamos a Revolução antes que o Povo o faça”.

De acordo com o autor, a plano de governo de Vargas eram vagos, de modo a tentar abordar um pouco de tudo dos problemas atuais e se aproveitar dos motivos que geravam insatisfação na população. Economicamente a ideia era a de produzir o máximo possível, priorizando as necessidades internas e exportar o excedente, todavia, o governante foi recebido com uma dívida enorme, tendo em vista que o preço do café havia diminuído com a crise financeira de 1929, conforme já mencionado anteriormente, a estratégia para diminuição dos prejuízos foi destruir os estoques de café.

3.3 A situação político-econômica do Brasil durante a Segunda onda de Desglobalização (1939 – 1946)

Após a reestruturação causada pela crise de 1929, a flutuação cambial passou a ser o desafio o novo desafio a ser enfrentado pelo Brasil. A alta taxa de cambio diminui o poder de compra externa da moeda brasileira, o que diminui o preço das mercadorias produzidas internamente. O sistema econômico brasileiro tornou-se refém das flutuações cambiais. Este contexto é um dos fatores que promoveu o desenvolvimento industrial no Brasil da década de 1930, pois, como uma estratégia de evitar a fragilidade perante a flutuação cambial, o governo brasileiro decidiu por fixar a taxa cambial.

Conforme demonstra, Sitima (2014), o nível geral de preços entre 1929 e 1939 subiu 31% enquanto entre 1940 e 1944 subiu 86%. Com a redução das importações tendo em vista que o país passava por um período de desenvolvimento industrial e foco no mercado interno, a renda criada pelas exportações não foi capaz de evitar os “deficits” causados pela alta produção de café era superior à demanda interna e externa. Assim, com um grande estoque de café e com um deficit gigantesco, o governo brasileiro tentou proteger o setor exportador ao fixar a taxa de cambio, o que foi uma estratégia falha, pois, o aumento dos preços internamente e o aumento nos custos de produção acabou por não compensar o que se havia salvo com a fixação cambial.

Por mais que os ganhos com as exportações ainda forem relativamente maiores que o aumento do preço interno, houve uma diminuição do preço dos bens importados, isto vai contra a política de consumir os bens internos ao invés dos importados, sendo que os importados se tornam mais competitivos. Desse modo, o desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 30 é afetado diretamente pela diminuição nos preços dos produtos

importados. Importante destacar o quanto a inflação já afetava a economia brasileira nesta época, um fantasma que insiste em assombrar a economia brasileira pelos anos seguintes.

Conforme descreve Bresser Pereira, (1973), citado em Lima (2010, p. 35):

[...] A economia voltou-se para dentro. O coeficiente de importações, ou seja, a relação entre as importações e a renda, baixou violentamente. Girava em torno de 22% no fim dos anos vinte e havia caído para aproximadamente 7% no início dos anos sessenta. A industrialização realizou-se com a substituição dos bens anteriormente importados, enquanto que as exportações permaneciam relativamente estagnadas.

De modo a tentar controlar a situação o governo brasileiro optou por desvalorizar a moeda para melhor controle das importações, o que teve como consequência um crescimento do setor industrial durante os anos de 1945 e 1951 o que por fim proporcionou um reajuste da renda. Com a taxa cambial fixa, com o menor custo de produção (equipamentos importados com preço baixo), houve o aumento relativo nos preços internos, isto gerou uma oferta de bens de consumo menor do que a renda disponível para consumo, tendo como consequência a inflação.

Assim, conforme e elucidada Sitima (2014, p. 73):

[...] os aumentos nos preços de exportação refletem imediatamente na renda monetária dos grupos favorecidos, pois, o bem exportado gera uma massa de renda que por sua vez aumenta o poder de compra no exterior do conjunto do grupo. Como, nessa época, existia um sistema de controle de importações, a massa de renda gerada pelas exportações não poderia ser utilizada para ampliar, no curto prazo, a oferta de produtos de consumo, gerando uma procura monetária excedente.

O impacto da Segunda Guerra Mundial foi maior que o da primeira no Brasil, pois o país se encontrava muito mais desenvolvido do que era e, além disso, mundialmente os reflexos da Segunda Guerra foram considerados mais devastadores do que o da Primeira. Conforme salienta Lima (1970), importante realizar uma distinção, diferentemente da Primeira Guerra, o Brasil na Segunda desempenhou um papel diferente, pois apesar de ser caracteristicamente eu país imparcial para conflitos bélicos, no final da Segunda Guerra passou a apoiar os Estados Unidos, o que trouxe implicações diferentes.

Assim, os dois primeiros anos da Guerra, período em que o Brasil se manteve imparcial, o volume das importações e das exportações diminuiu, todavia, o preço das

exportações aumentou. Isto se deve ao tipo de produto que o Brasil exportava na época, entre esses: tecido, artigos manufaturados, cristais, minério de ferro, manganês, borracha, entre outros. Parte destes produtos se tornaram importantes matérias-primas em um período de guerra, o que foi a causa do aumento do valor das exportações. Em contrapartida, as dificuldades logísticas causadas pela guerra dificultavam as importações, motivo que fez com que o Brasil fosse obrigado a acelerar ainda mais sua capacidade de produzir internamente. Em decorrência disso, a produção manufatureira interna teve um crescimento considerável neste período (Lima, 1970)

Entretanto, os fatores de trabalho não expandiram proporcionalmente ao crescimento na produção, dada a particularidade do contexto de guerra, que obrigou o Brasil a “desenvolver-se a força”. Neste sentido, os fatores de trabalho, como a infraestrutura do país, a extensão das linhas ferroviárias, a capacidade de energia elétrica, não eram suficientes para satisfazer a quantidade de produção realizada. Isto fez com que o desenvolvimento econômico fosse “freado” contra a vontade geral. Isto gerou grandes consequências para os países no período pós-guerra: inflação e esgotamento da capacidade de infra-estrutura. Institucionalmente, era o fim do Estado Novo, ou seja, o fim do regime político instaurado por Getúlio Vargas, caracterizado pela centralização do poder, pelo nacionalismo exacerbado, pelas ideologias anti-comunistas e pelo autoritarismo.

3.4 A situação político-econômica do Brasil durante a Segunda onda de Globalização (1946 - 1973)

Importante destacar que a década de 1940 foi marcada pelo fim da ditadura Vargas, com o novo processo de eleição após a redemocratização do país, Enrico Gaspar Dutra foi eleito presidente. A partir deste momento a economia brasileira passou por um processo de adaptação a nova realidade do pós-guerra. Neste sentido, os objetivos passaram por práticas econômicas que pudessem conter a inflação e o desenvolvimento da indústria de petróleo. Entre as mais importantes medidas utilizadas para controlar a inflação foi a compressão salarial e o recurso ao capital estrangeiro.

No ano de 1950, Getúlio Vargas retorna ao poder, porém, desta vez pelo processo eleitoral. Democraticamente, todavia, apesar dos desenvolvimentos industriais que o país sofrera, o processo que ocorreu sem planejamento deixou marcas, e o então presidente precisou lidar com uma situação complicada. Conforme afirma Lima (1970, p. 378):

Os recentes progressos da indústria com suas repercussões econômicas e sociais, criavam certos ressentimentos nas áreas das estruturas tradicionais, pois, atribuía-se tal expansão à política adotada em detrimento da agricultura, particularmente do café, através do chamado “confisco cambial”. Além disso, como persistissem os “pontos de estrangulamento”, em consequência das deficiências nos setores de energia elétrica e de transportes.

Vargas então realizou algumas mudanças significativas, como criar uma série de instrumentos técnicos, legislativos e financeiros. Entre esses instrumentos foram criadas uma assessoria econômica composta por técnicos com o intuito de elaborar um plano nacional do petróleo, o que mais tarde daria origem ao que hoje é de conhecimento geral, a Petrobrás. Além deste importante instrumento, foi também constituído o Plano do Carvão Nacional e o Plano da Eletrificação. Assim, o presidente Vargas realizou algumas mudanças que tinham como objetivo melhorar o problema na falta de infra-estruturas do país e que eram impedimentos a seu desenvolvimento.

A partir deste período, foram criados importantes bancos estatais, companhia de hidrelétricas e a Comissão de Desenvolvimento Industrial. Deste modo, a segunda metade da década de 1950 foi marcada pelo desenvolvimento da indústria de base no Brasil. Juscelino Kubitschek é eleito presidente do Brasil para os anos de 1956 – 1960, com o seu famoso plano de desenvolvimento econômico, com a construção planejada da atual capital brasileira: Brasília. É neste período que o processo de industrialização pautado no capital estrangeiro se intensifica.

Levando este contexto em consideração, é que Juscelino Kubitschek candidata-se para a Presidência, oferecendo um plano de desenvolvimento econômico nomeado de Programa de Metas. A segunda metade da década de 1950 foi marcada pelo desenvolvimento da indústria de base no Brasil. Juscelino Kubitschek é eleito presidente do Brasil para os anos de 1956 – 1960, com o seu famoso plano de desenvolvimento econômico, com a construção planejada da atual capital brasileira: Brasília.

De acordo com Lima (1970), o Programa de Metas originou-se da necessidade de substituir as importações mais custosas, ou seja, desenvolver capacidade para produção interna daqueles bens que mais custavam financeiramente ao importá-los. Além desta razão, erradicar o problema dos “pontos de estrangulamento” era de grande importância, e isto a ser feito através da expansão da energia elétrica e dos meios de transporte. Assim, o Programa de Metas distribuiu-se por cinco setores: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação.

O setor que maior sofreu impacto no quesito crescimento foi o do petróleo, que passou a abastecer o consumo nacional em cerca de 35% de suas necessidades, a porcentagem de importação de produtos petrolíferos no Brasil passou de 25% em 1955 para 16% em 1959. A produção de derivados do petróleo nas refinarias praticamente dobrou de 1955 para 1960, a capacidade de energia elétrica aumentou consideravelmente, a extensão das ferroviárias aumentou em torno de 200 quilômetros e o número de vagões aumento em mais de 1000 entre os anos de 1955 até 1960, o que fez com que a demanda interna fosse praticamente saciada (Lima, 1970).

Deste modo, é possível afirmar que o Programa de Metas de Juscelino atingiu seu objetivo e foi satisfatório, gerou um grande impulso a econômica brasileira, principalmente para os setores que compõem a indústria de base. Contudo, o processo de industrialização foi pautado no capital estrangeiro, esta era uma das grandes críticas ao governo e ao seu plano. Além do plano ter se apoiado excessivamente no capital estrangeiro, outra crítica foi direcionada à construção das usinas elétricas, que foram projetos gigantescos, sendo que poderiam ter sido menores e melhores distribuídas pelo grande território brasileiro, poupando assim o gasto com equipamentos que não eram produzidos no Brasil e melhor distribuindo essas grandes construções pelo país, que geraram grande desenvolvimento local, e por fim, o aumento da inflação.

Geograficamente, Lima (1970, p. 398), sintetiza:

Do ponto de vista geográfico, pode-se observar em nosso panorama fabril certa distribuição característica. Assim, no Nordeste predominam a produção açucareira e fabricação textil de algodão. Em Minas Gerais e Estado do Rio se concentra a produção siderúrgica. Na Guanabara e seus arredores está instalada a indústria de construção naval. Em São Paulo se localizam as fábricas de automóveis e petroquímicas, além de uma variedade muito grande de atividades de artigos de consumo imediato. No Paraná se encontra nossa maior fábrica de papel de imprensa. O Rio Grande do Sul se caracteriza pela produção de metalurgia leve, tecidos de lã, curtumes e artigos de couro e produtos alimentícios como vinhos, frigoríficos e doces.

Importante destacar que, desde o início do período pós-guerra houve um crescimento de empresas norte-americanas abrindo filiais no Brasil. Estas empresas faziam parte majoritariamente de grupos ligados a montadoras de veículos, companhias cinematográficas, bancos, fabricantes de remédios e perfumarias. Com o passar do tempo a presença dessas empresas estrangeiras em território brasileiro fez com que existissem

algumas facilidades alfandegárias, ou seja, houve uma diminuição das barreiras tarifárias, isto funcionava como um mecanismo para chamar ainda mais empresas a abrirem subsidiárias no país. Estas empresas estrangeiras fabricavam os bens e posteriormente enviavam-nos para o Brasil, onde a elaboração era finalizada.

Durante a década de 1950, esta dinâmica alterou-se, pois, as empresas passaram a produzir os produtos desde o começo do processo dentro do Brasil. Deste modo, a participação brasileira no processo de produção não era apenas a de finalizar, mas de participação no processo em um todo, do começo ao fim. Esta mudança fez com que essas empresas estrangeiras enviassem máquinas e equipamentos, construindo suas fábricas em território brasileiro, neste período muitas empresas norte americanas e europeias se instalaram no país.

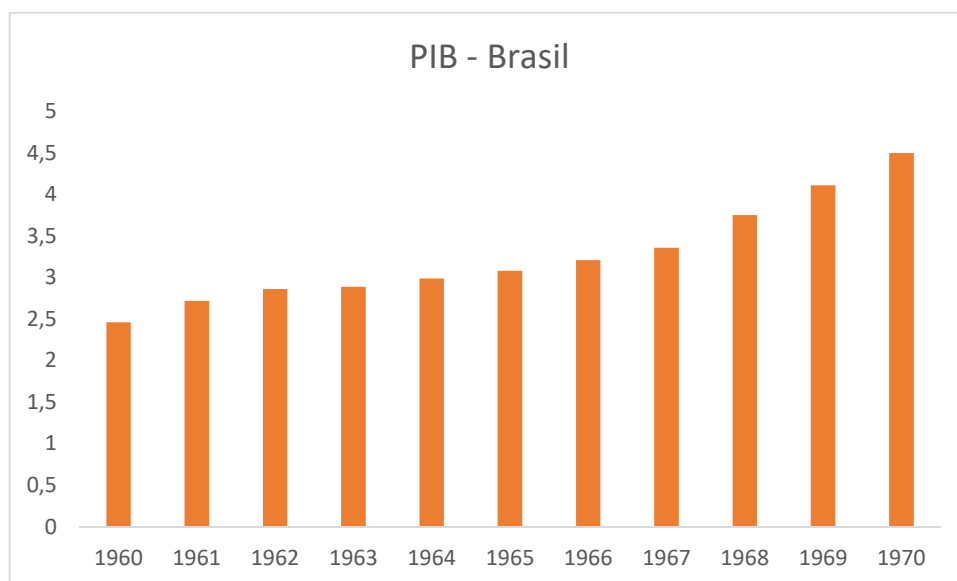
A Instrução 113, foi um mecanismo criado para diminuir as barreiras tarifárias e cambiais para que a entrada desse investido estrangeiro fosse impulsionada. Este instrumento permitiu que máquinas e equipamentos advindo de fora pudessem entrar no país sem cobertura cambial. Em decorrência desta situação, somado ao crescimento do mercado interno e do seu poder de compra, constitui-se um contexto muito favorável para atrair investimento direto estrangeiro. Entre os setores mais relevantes neste contexto são as empresas automotivas e a indústria automobilística. Com a eleição de Jânio Quadros em 1961, o ambiente da política externa é a prioridade, após sua renúncia, João Goulart assume o governo.

A entrada de capital estrangeiro, conforme explicado, trouxe mudanças e desafios os quais tiveram que ser ultrapassados, e neste sentido importante salientar, conforme, Lima (1970, p.404):

Para isso tivemos de adquirir fora não somente máquinas e equipamentos, mas igualmente patentes, inventos, modelos e outros métodos de produção, bem como know-how, que ajudaram a elevar nossa tecnologia a níveis superiores. Tivemos ainda que ampliar quantitativa e qualitativamente nossos quadros de técnicos, de operários especializados, de mestres, etc. Todo um mundo de conhecimentos de novos métodos vinha reforçar nossa capacidade existente nesse setor.

Conforme observa-se no gráfico abaixo, em 1960 a taxa de crescimento do PIB era de 2,46, tendo aumentado um pouco no ano de 1960, para 2,72, e até 1968 manteve-se praticamente estável:

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB % entre os anos de 1960 e 1970



Fonte: World Bank, Development Research Group, (DATA)

O cenário econômico brasileiro não se encontrava na melhor situação, a inflação estava muito alta. O governo de João Goulart, tendo este desafio econômico para enfrentar, criou um programa chamado de Reforma de Base, que tinha como objetivo realizar reformas estruturais, com intuito de democratizar as instituições brasileiras, por meio de reformas no âmbito agrário, urbano, eleitoral, educacional, entre outras. Importante lembrar que este período, a década de 1950 era marcado internacionalmente pela Guerra Fria, o que trouxe à tona discussões ideológicas como comunismo versus capitalismo; esquerda versus direita; políticas progressistas versus políticas liberais.

João Goulart tinha em suas propostas realizar diversas reformas, conforme citado no parágrafo anterior, entre estas reformas destaca-se a reforma agrária. A reforma agrária é um tema de grande discussão no Brasil até os dias atuais, uma discussão que sempre foi polêmica, pois, é essencialmente sobre conflitos de interesses. Versa sobre redistribuir à terra não utilizada para quem não tem sua própria terra e vive da agricultura de forma informal. Porém, redistribuir significa retirar de alguém, e é neste ponto que a discussão se torna delicada, pois, por grandes detentores da terra, isto obviamente não é bem-visto. Porém, importante esclarecer que a ideia sempre foi de redistribuir territórios não utilizados, para que assim fosse possível diminuir a desigualdade social no meio rural e, ao mesmo tempo, fazer com que a propriedade cumpra sua função social.

Além da reforma agrária, também é importante destacar que durante o governo de João Goulart foi promulgada a lei 4.131, de 3 de setembro de 1962, este instrumento legal alterou a dinâmica dos investimentos estrangeiros no Brasil, pois, limitava a remessa de

lucros de capital estrangeiro a uma taxa máxima de 10%. Conforme mencionado acima, o Brasil vinha de um período em que o capital estrangeiro era de grande importância para o Brasil, neste sentido, o novo governo alterava consideravelmente a abertura para investimento estrangeiro no país. Neste contexto de discussões ideológicas acaloradas, o intuito por parte do governo em realizar grandes reformas e com uma economia fraca e instável, foi suficiente para que ocorresse o golpe Militar de 1964.

Entre as grandes mudanças com reflexo econômico ocorridas durante a Ditadura Militar, é importante destacar que legalmente alguns instrumentos foram utilizados para viabilizar as grandes mudanças que ocorreriam ao longo do período militar. Primeiramente, o governo aprovou Emendas Constitucionais, a então Constituição de 1946, e em 1967 seria outorgada o novo dispositivo constitucional, com um ordenamento jurídico novo e com leis que alterariam profundamente o Brasil. Há várias alterações importantes a serem destacadas quando o assunto é o período militar, porém, tendo em vista que o objetivo deste trabalho é realizar uma análise político-econômica, será concentrado nos fatores econômicos ocorridos no período e nas características políticas, de modo a conseguir realizar uma análise com a onda da (des)globalização correspondente.

No que tange os eventos mais importantes no âmbito econômico durante a Ditadura Militar, importante mencionar o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Conforme já explicito anteriormente, o Brasil sofria com a alta taxa de inflação, com o intuito de combater a inflação altíssima, foi iniciado alguns programas de planejamento que objetivavam essencialmente o controle da inflação e incentivar o crescimento econômico, em geral.

De acordo com Martone (1975), citado em Coelho (2016, p.129):

[...] o diagnóstico que levou ao PAEG era ortodoxo: a inflação era causada por excesso de demanda – com muitas compras por parte de famílias, empresas e governos e pouca produção, os preços tendiam a crescer – afinal a procura é maior do que a oferta; por consequência, o excesso de inflação impedia o crescimento econômico, pois não havia investimentos frente às incertezas. Nesta situação, a saída proposta era enxugar o aumento de demanda – ou seja, que os salários não aumentem (ou não aumentem tanto); que o governo corte gastos (mesmo em saúde, educação, assistência social ou obra importante); que o crédito não seja concedido às empresas (que assim não investirão). Com isso, a demanda diminui e os preços tendem a cair.

Conforme descreve Coelho (2016) o PAEG teve três frentes de ação, uma delas foi a diminuição do deficit público, o governo realizou medidas para tentar financiar-se sem aumentar a inflação, e isto foi feito a partir da diminuição da emissão de papel-moeda e pela priorização por empréstimos advindos do setor privado. Neste sentido, com o Ato Institucional 1, conhecido como AI-1, o primeiro ato institucional que alterada significativamente matérias legais constitucionais, uma das alterações foi referente ao poder de voto do Congresso, que passou a não ter nenhum direito sob o plano orçamentário do governo, que passou a ficar estrito ao Poder Executivo, ou seja, apenas para o Presidente da República.

Além da tentativa de diminuição do deficit público, outra alteração foi implementar um limite máximo para o teto salarial, que não poderia ser maior que os ganhos de produtividade. O AI-1 também implementou medidas que limitaram os direitos políticos e de manifestação, o que atingiu diretamente os líderes sindicais, que foram impedidos de negociar melhores salários e condições de trabalho. A última frente de ação do PAEG foi a contenção de crédito, foi dificultado a obtenção de financiamentos e empréstimos, esta medida afetou principalmente as pequenas e médias empresas, já que para empresas multinacionais, foi permitido empréstimos em moeda estrangeira, de modo a favorecer as empresas multinacionais a conseguirem abrir filiais no Brasil sem risco cambial, já que este ficava por conta do governo.

De acordo com Alves, Sayad (1975) citado em Coelho (2016, p. 133):

Em 1967, o governo aumentou a alíquota de imposto de renda, o que significou cerca de 5% a mais no bolso dos contribuintes. A agricultura também ganhou isenções fiscais relevantes para ser mais dinâmica, pois se avaliava que os preços de produtos agrícolas tinham puxado a inflação para cima e o aumento da produção resolveria esta fonte de pressão. Houve também o alongamento do prazo para recolhimento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o que gerou mais capital de giro para o setor industrial. A partir de 1968, houve um aumento do crédito, especialmente o direto ao consumidor e à agricultura. O setor exportador também ganhou crédito fácil, além de ser estimulado pela desburocratização dos entraves.

Neste contexto, conforme informação contida no Gráfico 1, foi possível observar que, houve um aumento do crédito o que estimulou o crescimento econômico, e isto se refletiu no PIB, que subiu para 4,5 em 1970. Assim, ao comparar com os valores anteriores ao golpe militar, pode-se afirmar que houve um aumento expressivo do PIB.

Com base nas conclusões Coelho (2016), os resultados obtidos com o PAEG não alcançaram seu objetivo inicial, que era o de diminuir a inflação, o que ocorreu foi mais próximo de um controle da inflação, mesmo que esta tenha aumentado de qualquer maneira. Para os demais setores da sociedade, o PAEG teve como principais consequências tirar o poder do Congresso, o que por si só caracteriza uma ditadura, pois, o poder de alterar o plano orçamentário do país concentrou-se apenas no poder executivo, as pequenas e médias empresas sofreram pela dificuldade de obter crédito, os sindicalistas passaram a ter seus direitos políticos cassados e os trabalhadores foram prejudicados com a política salarial. Todavia, houve aqueles que puderam se beneficiar de alguma maneira com o PAEG, entre estes encontra-se as empresas multinacionais, o setor agrário, os detentores de imóveis pois houve o fim do controle dos preços de aluguéis, e o mercado de capitais.

Conforme resume Macarini (2005, p.55) em relação ao primeiro governo militar brasileiro (Castelo Branco 1964-1967):

A ideologia político-econômica tecida durante o governo Castello Branco foi composta de ingredientes muito singelos: na linha de frente, o combate sem trégua à inflação (a origem de todos os males), acompanhado do repúdio à tentação estatista – assim, num cenário de estabilidade e livre-iniciativa, brotaria com pleno vigor a nova racionalidade, alicerce firme do desenvolvimento. Este teria, ainda, outro pilar no reconhecimento das virtudes da internacionalização que, esperava-se, agora prosseguiria sem entraves de espécie alguma. Seja porque efetivamente se acreditasse numa fácil retomada do desenvolvimento uma vez superada a barreira da inflação, seja porque de início o horizonte de permanência do novo regime era incerto mesmo para os seus artífices, o fato é que inexistiu ou teve papel secundário qualquer perspectiva explícita de elaboração de um projeto próprio de construção da Nação.

A partir disto, o governo passou a diminuir os impostos, o que aumentava o poder de compra da população e a promover incentivos fiscais para alguns setores econômicos. Com o tempo, estas políticas fiscais fizeram com que a demanda aumentasse, o que teve como consequência o crescimento das indústrias relacionadas a construção civil, houve o aumento do consumo de bens duráveis, como automóveis. Internacionalmente, a exportação dos setores têxteis e de calçados aumentou. Este momento foi marcado pelo crescimento econômico e foi possível finalmente controlar a inflação, este período foi chamado de “Milagre Econômico”, entre 1968 e 1973.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento foi apresentado em 1968, durante o segundo governo militar, pelo presidente Costa e Silva, o plano procurava definir uma estratégia de desenvolvimento econômico e social para o Brasil. Conforme descreve Macarini (2005, p.55):

[...] o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), lançado pelo governo Costa e Silva em 1968. Contrastando flagrantemente com a retórica anterior do PAEG, o PED se apoiou num diagnóstico que vinculava o “desafio brasileiro” ao “arrefecimento da substituição de importações”, encerrando um estágio do processo de desenvolvimento econômico do Brasil, caracterizado por uma estratégia baseada num “único fator dinâmico” (a indústria), tornada possível pelo fato de a decisão de investir depender “apenas do tamanho absoluto dos mercados”.

Neste período da ditadura militar, o Brasil passava por um processo de enaltecimento de si mesmo, um exacerbado nacionalismo, isto pode ser relacionado a alguns eventos. Internamente, a estratégia econômica era baseada na substituição das importações, isto ocorreria ao expandir o mercado interno, criando assim não apenas maior demanda interna como também aumentar as exportações. Socialmente, os brasileiros permaneciam divididos pelas classes sociais e pelas barreiras gigantescas que as dividem, sendo caracterizado pelo velho cenários de poucos com muito e muitos com muito pouco. Neste sentido, a desigualdade social é vista como uma barreira para conseguir expandir o mercado interno conforme o plano econômico pretendia.

Neste contexto, relata Macarini (2005, p.58):

[...] Este (Costa e Silva) se via contido graças à alta concentração de renda e pobreza, afetando, sobretudo, algumas regiões, o que tornava limitado o mercado interno – assim, se contrapunham o interesse nacional e os interesses de oligarquias, estes últimos sempre solidamente incrustados no aparelho político-institucional. [...] Através da “incorporação da massa brasileira”, tornar-se-ia possível superar o atraso, atualizando o sonhado destino de grandeza. A contribuição do capital estrangeiro é valorizada, mas não de forma incondicional, acenando-se o propósito de estabelecer controles. Apoiar a empresa nacional visando ao seu fortalecimento constituía outra preocupação explícita do seu ideário. As reflexões cultivadas pelos ideólogos do nacionalismo autoritário receberam estímulo adicional e ganharam maior ressonância com a penetração alcançada por alguns estudos produzidos no exterior.

Neste sentido, aborda Lacerda, Bocchi, Rego, Marques, & Borges, (2010) citado em Coelho (2016, p. 134):

O financiamento do crescimento foi feito por meio de acesso a linhas de crédito externas. Ou seja, as instituições bancárias brasileiras e as grandes empresas contraíam empréstimos internacionais para financiar o consumo. Isto mostra que as instituições financeiras implementadas pelo PAEG tiveram sua finalidade deturpada, deixando de buscar poupança nacional para financiar a produção e passando a buscar capitais estrangeiros, inclusive para especular no recém criado mercado financeiro nacional (que tinha na correção monetária uma garantia contra possíveis perdas). O resultado é que a vulnerabilidade e dependência do Brasil em relação aos capitais estrangeiros aumentou. E se na época de Juscelino Kubitschek os capitais estrangeiros investiam em empresas, agora eles viam na forma de empréstimos.

Todavia, nos anos seguintes, apesar do desenvolvimento econômico atingido, ao mesmo tempo, as medidas tomadas também deixaram a economia brasileira muito mais vulnerável aos fatores externos. Um desses fatores foi quando a OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo) aumentou os preços dos barris de petróleo, isto afetou vários países mundialmente, tendo em vista que o petróleo é matéria-prima básica para obter energia, o que fez com que muitos países iniciassem a busca por fontes de energia alternativas. O Brasil, no entanto, sendo um país que passava por um boom de desenvolvimento naquele século de maneira rápida, porém, desorganizada, não tinha condições necessárias para promover um planejamento alternativo.

Ademais, tendo em vista que o período político era marcado por uma Ditadura Militar, que só conseguia se manter no poder utilizando dos resultados econômicos, fazia mais sentido tentar de alguma maneira manter a narrativa do desenvolvimento econômico, de modo a manter a permanência no poder, do que de fato observar o problema e tentar encontrar uma solução. Neste contexto, em 1974 foi formulado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

O II PND tinha como proposta reestruturar a crise relacionada com a escassez de petróleo, além de previsões de investimento em ciência, tecnologia, desenvolvimento das fontes de energia de modo a modificar a matriz energética, e em relação o mercado internacional o objetivo era de conquistar mercados externos para produtos manufaturados. Neste sentido, vários grandes projetos foram desenvolvidos, como a

construção de usinas hidrelétricas e nucleares, polos petroquímicos, além de investimentos na indústria siderúrgica.

Neste contexto, descreve Lacerda et al. (2010) citado em Coelho (2016, p. 136):
Como a iniciativa privada (nacional e internacional) estava retraída, temendo os efeitos da recessão mundial, o Estado foi o grande protagonista destes investimentos, sendo financiado pelo endividamento externo. A dívida externa salta de US\$ 3 bilhões em 1964 para 12,5 bilhões, em 1973, US\$ 21,2 bilhões, em 1975, e, por fim, US\$ 43,5 bilhões, em 1978.

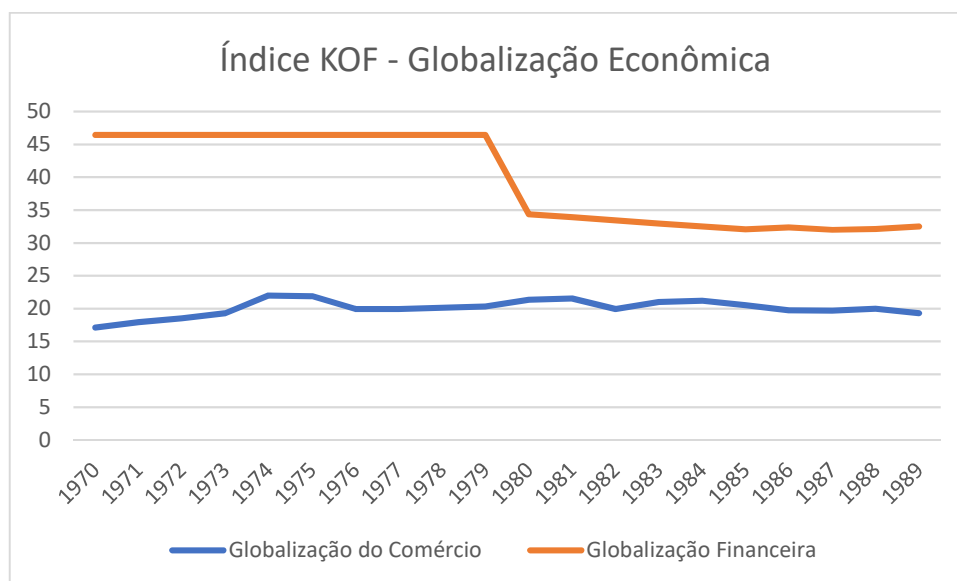
Importante pontuar que o governo da ditadura militar brasileiro foi apoiado pela classe média e rica brasileira, neste sentido, a permanência no poder dependia do apoio dessas classes. Ao promover planos de desenvolvimento econômico do país, o governo conseguia o apoio das classes sociais que necessitava para manter-se no poder. Deste modo, ao prometer tornar o Brasil em uma grande potência mundial, e ao anunciar todas essas construções e esses novos projetos, o governo conseguia manter seus apoiadores satisfeitos.

Conforme menciona Macarini (2005, p. 61):

[...] Uma leitura atenta, entretanto, sugere que as Metas e Bases (e o posterior I PND) cumprem papel essencialmente retórico, não se constituindo no guia da política econômica do governo Médici. Com efeito, a ação do Planejamento, tão bem ilustrada pelo PED (1968) e pelo II PND (1974), foi sufocada pela perspectiva dominante durante o “milagre”.

Assim, não se pode ignorar a importância da apresentação de todos os planos de estratégias econômicas apresentados ao longo dos anos de governos militares, que conseguiam atrair atenção das pessoas e cumpriam, conforme descreve Macarini, “um papel essencialmente retórico” que moldava as ações do governo com o intuito de satisfazer seus apoiadores e garantir a legitimação do regime.

Gráfico 2 – Valores do nível de Globalização Econômica do Brasil de 1970 – 1989



Fonte: The KOF Globalisation Index

Conforme verifica-se no gráfico acima, em 1970 o índice de globalização comercial brasileiro era de 17, o que implica em um valor abaixo, apesar do chamado “Milagre Econômico” que caracterizava o período, porém, importante salientar que apesar do nome, o peso da abertura comercial internacional do Brasil em comparação com o restante do mundo ainda era muito pequeno. Contudo, o índice de globalização financeira era bem mais alto, no valor de 46 no mesmo ano, e isto pode ser explicado pois o governo brasileiro realizou empréstimos internacionais, de modo a conseguir financiar seus projetos internos.

O governo fez empréstimos internacionais, pois, era única maneira de conseguir financiar todos esses projetos. E neste contexto, a dívida externa brasileira, conforme mencionado acima, apenas cresceu ao longo do tempo, até se tornar refém do Fundo Monetário Internacional (FMI) o que resultou em recessão. Importante destacar que, diferentemente do ocorreu durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 - 1961), o aumento não foi de investimento direto estrangeiro, mas de dívidas internacionais.

Conforme explica Coelho (2016, p. 137):

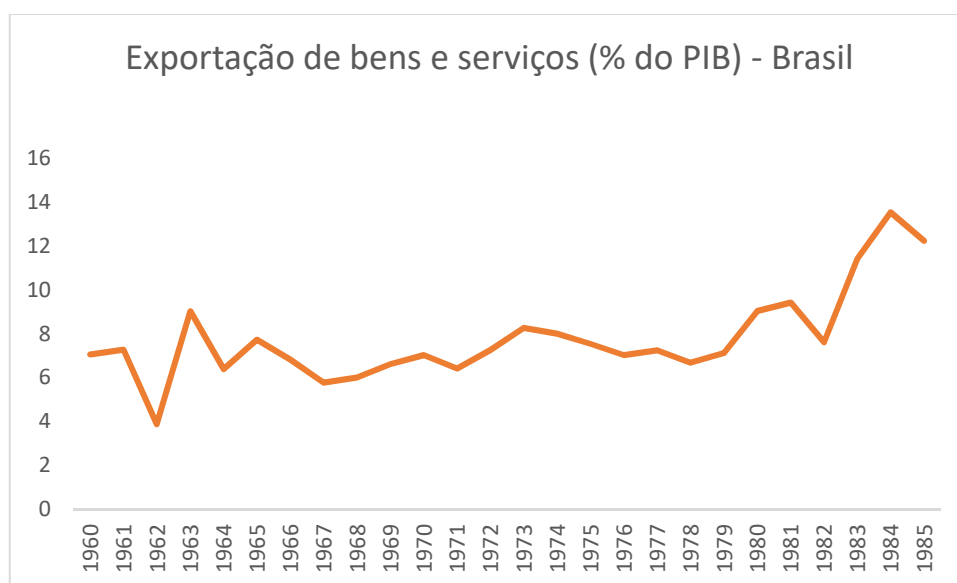
O II PND fracassou de uma forma muito mais radical do que os gestores econômicos tinham previsto. O fim dos Anos Dourados do Capitalismo e a emergência de posições ligadas ao neoliberalismo trouxeram profundas mudanças, às quais os gestores econômicos brasileiros não estavam preparados para lidar. Em 1979, houve um segundo choque do Petróleo, com nova elevação do preço do barril (chegou a US\$ 80). Para fazer frente aos novos desafios, os EUA elevaram sua taxa de juros, o que levou a um efeito dominó de elevação dos

juros mundiais – o que foi péssimo para todos os países devedores, o Brasil entre eles.

3.5 A situação político-econômica do Brasil durante a Terceira onda de Globalização (1980 – 2009)

Conforme elucidado, o governo teve que ajustar os gastos públicos, iniciou uma política econômica de contenção de salários, o que gerou desemprego. No que tange a política cambial, o governo optou por desvalorizar a moeda e iniciou políticas de incentivo fiscal para estimular a exportação, o que fez com que pela primeira vez o Brasil atingisse o valor de 9,4% de exportação do PIB em 1982, que foi o valor mais alto atingido até então, perto disso ocorreu no ano de 1963, quando a taxa de exportação foi de 9,3%, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Exportações de Bens e Serviços em % do PIB de 1960 – 1985

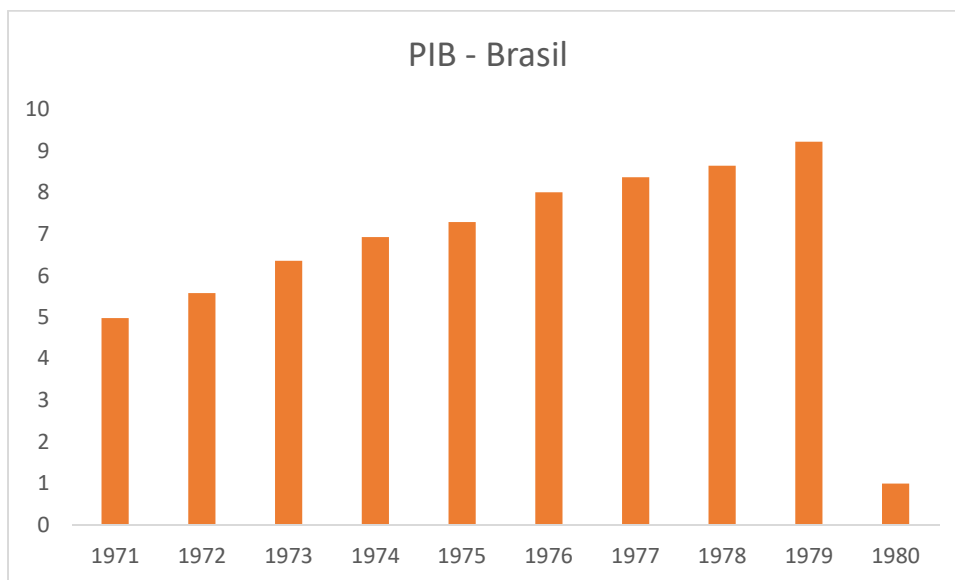


Fonte: World Bank, Development Research Group, (DATA)

Em 1980, o índice de globalização comercial brasileiro se manteve estável durante o período militar, o que indica que não houve grandes mudanças que impactaram as trocas comerciais internacionais do Brasil. Contudo, o índice de globalização financeira caiu para 34 (em comparação com 1979, quando o índice era de 46). A queda na globalização financeira pode estar relacionada com a alteração no governo, pois no mandato de Figueiredo, o último presidente do período militar, foi o momento em que gradativamente foi realizada uma abertura que culminou no fim do regime militar.

Em relação ao PIB, é possível verificar que houve uma queda brusca em 1980, pois com a política de contenção de gastos, ocorreu um grande desemprego, e isto foi diretamente afetado no PIB:

Gráfico 4 – Taxa de crescimento do PIB % ntre os anos de 1971 e 1980



Fonte: World Bank, Development Research Group, (DATA)

Desse modo, no mesmo momento em que o Brasil atingia o pico no valor das exportações em compração com os anos anteriores, também era o momento em que o PIB reduziu-se drasticamente.

Neste contexto, afirma (Altvater, (1995, p. 187) citado em Lima (2010): “os países e regiões em processo de industrialização precisam tentar superar a parcialidade da industrialização resultante de uma estratégia de recuperação do atraso.”

E quanto a economia interna neste período, informa Coelho (2016, 138):

O resultado foi uma grande recessão em 1981 (-3,1% de crescimento do PIB) e em 1983 (-2,8%), fato que não ocorria com a economia brasileira desde o fim da Grande Depressão, ainda no começo da década de 1930.

Faz-se importante destacar que, a crise inflacionária a qual se encontrava o Brasil no período pré- Ditadura Militar foi um dos principais motivos que impulsionaram a demanda por mudança por parte da população, criando um contexto de conflitos ideológicos que estimularam o surgimento de um grupo ideologicamente conservador, que incentivou a ocorrência do Golpe Militar. E por fim, após todas as mudanças pretendidas pelos governantes, o resultado foi uma crise econômica com taxas de inflação

maiores do que estavam antes da entrada dos militares no poder. O que não deixa de ser curioso, tendo em vista que, mesmo se os resultados econômicos tivessem sido positivos, a perda social e humana nunca poderia ser compensada. E apesar de todos os horrores proporcionados pela Ditadura, como a tortura, prisão, exílios e mortes, ainda assim, economicamente, o país estava fragilizado, o que possibilita concluir que pós Ditadura, o Brasil se encontrava, em todos os aspectos, completamente destruído.

Conforme descreve Carneiro (2002) citado em Deitos (2008, p.28):

Depois da ruptura do mercado internacional de crédito em 1982, abre-se, após 1983, um período de crescente transferência de recursos ao exterior. Inicialmente, em 1983 e 1984, essas transferências realizam-se no âmbito de um racionamento ainda maior de novos créditos, desta feita supervisionado pelo FMI. Depois de 1985, o racionamento converte-se em supressão absoluta de novos financiamentos, implicando pagamentos crescentes ao exterior.

Conforme conclui Coelho (2016), o período ditatorial teve como característica a priorização do capital privado para financiar o processo de industrialização, tendo como objetivo ultrapassar o Modelo de Substituição de Importações. O governo então partiu do princípio da mínima participação do Estado neste processo de desenvolvimento econômico, afastando o poder estatal o máximo possível e dando liberdade para o mercado agir por conta própria, contudo, a tentativa de diminuir as importações não teve sucesso.

Neste contexto, de acordo com Lima (2010, p.35):

Já a partir dos anos 1970, as mudanças no capitalismo mundial colaboraram para tornar esse modelo (Modelo de Substituição de Importações) inviável, orientando estratégias de desenvolvimento que não mais enfatizavam o mercado interno. A partir dessa década, a industrialização passa a ser financiada cada vez mais com créditos externos, sobretudo privados, advindos do sistema bancário internacional, a serem cobertos com divisas provenientes de superávits de exportação. editado LIMA, S. D. C. (2010, p. 35)

Por fim, o período da Ditadura Militar brasileira pode ser sumarizado conforme Coelho (2016, p.142):

Esta tarefa tentou se concretizar ao longo de quatro períodos: um breve período de ajustes (1964-67), outro breve período de Milagre (1968-1973), dois anos de luta contra um contexto internacional adverso (1974-75) e dez anos de crise e

instabilidade (1976-1985) – e os efeitos negativos das medidas econômicas continuou a desestabilizar a economia por mais 10 anos, até 1994. Durante este período, a ordem econômica mundial, baseada numa ativa regulamentação de mercados e fluxos financeiros, se transformou, configurando o embrião do processo de globalização que vigora desde os anos 1980.

O fim da Ditadura Militar brasileira ocorreu de maneira gradual, isto dito, para frisar que não ocorreu um conflito armado, uma revolução ou lutas e reivindicações por parte da população. Os primeiros presidentes foram os que estabeleceram e legitimaram o regime militar, os que se seguiram foram os que consolidaram o regime na prática por meio de medidas extremamente autoritárias e pela centralização total do poder, e o último presidente, João Figueiredo foi o responsável pela abertura gradual que iria por fim finalizar o regime militar, que durou 25 anos.

Neste sentido, Codato (2005, p. 83) sumariza:

Uma primeira fase, de constituição do regime político ditatorial-militar, corresponde, grosso modo, aos governos Castello Branco e Costa e Silva (de março de 1964 a dezembro de 1968); uma segunda fase, de consolidação do regime ditatorial-militar (que coincide com o governo Medici: 1969-1974); uma terceira fase, de transformação do regime ditatorial-militar (o governo Geisel: 1974-1979); uma quarta fase, de desagregação do regime ditatorial-militar (o governo Figueiredo: 1979-1985); e por último, a fase de transição do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático (o governo Sarney: 1985-1989).

Conforme aborda Codato (2005), o processo de transição do regime militar não foi exatamente movido a ideologia de que a democracia deveria ser instaurada, mas sim a um interesse próprio dos militares no momento, de institucionalizar um modelo político mais liberal. Neste sentido, faz-se importante lembrar que o período histórico mundial era pautado pela abertura comercial, pelas maiores trocas comerciais, e que o mundo passava pela terceira onda de globalização, caracterizada pela mobilidade de capital.

Neste sentido, observa-se que mesmo em meio a um regime ditatorial militar, extremamente autoritário, ainda assim é impossível fechar-se completamente ao que ocorre ao redor, neste caso, ao que ocorre a nível de tendência mundial. E neste ponto é possível criar uma relação entre a influência das ondas de globalização e desglobalização com o que ocorria na política brasileira.

Neste contexto, Codato (2005, p. 84) descreve o fim da Ditadura Militar brasileira e o processo de redemocratização:

Assim, no Brasil a relação entre votação e democratização (da esfera política) não foi casual (Lamounier, 1986), mas foi, até certo ponto, inesperada. As eleições influíram no curso dos acontecimentos ao acelerar o ritmo de transformação do regime, sem mudar, todavia, sua direção conservadora. A “Nova República” (1985- 1990), último governo (ainda que civil) do ciclo do regime ditatorial-militar, encerra esse longo período de transição ao estabelecer a hegemonia política do partido de oposição ao regime (1986), promulgar uma Constituição (1988) e realizar uma eleição popular para Presidente (1989).

Conforme já exposto anteriormente, a manutenção do regime militar dependia do apoio da população e, somado a luta para conseguir controlar a inflação, diversos planos e programas de desenvolvimento foram apresentados, e estratégias econômicas foram estabelecidas, contudo, o financiamento para tais planos ambiciosos era advindo do capital externo, mais precisamente de empréstimos internacionais, que eventualmente se tornaram um grande endividamento público, pela ampliação da dívida e dos juros. Além disso, a crise do petróleo também figurou-se como um fator a ser levado em consideração, que afetou muito os países latino-americanos em geral. Neste sentido, o contexto econômico na década de 80, herança dos militares era caracterizado pelas altas taxas de inflação, um país pobre e com uma enorme dívida externa.

Conforme descreve Pinheiro, Giambiagi e Gostkorzewicz (1999, p.15):

Paradoxalmente, ao mesmo tempo que se tentava conter a inflação, iam sendo criados mecanismos que objetivavam torná-la suportável, o que acabava facilitando a sua aceleração. O fracasso de uma seqüência de planos heterodoxos de estabilização em curto período de tempo – cinco planos em cinco anos contribuiu para aumentar a instabilidade na economia, intensificando a aceleração da inflação.

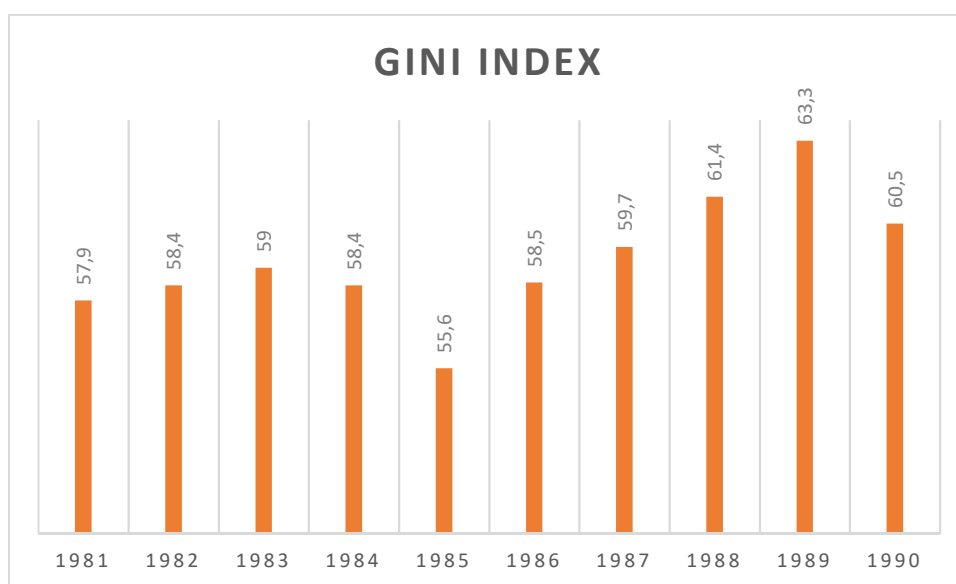
Neste sentido, de acordo com Pinheiro et al. (1999, p.17):

A década perdida foi caracterizada também pelo esgotamento do processo de industrialização por meio da substituição das importações, no qual o Estado era a força motriz para a implantação de um diversificado parque industrial nacional, por vezes assumindo diretamente a posição de investidor direto, como nos casos da siderurgia e da infra-estrutura. Os déficits públicos crescentes, a dificuldade do

Estado em garantir a estabilidade e a provisão de serviços sociais básicos (educação, saúde e segurança) e o ônus imposto por sua agenda de empreendedor direto originaram, ainda na década de 80, um processo de redefinição do papel do Estado na economia que viria a amadurecer nos anos 90.

Neste contexto de dívida externa, o país não conseguiu suprir necessidades básicas da população e isto afetou diretamente a distribuição de renda das famílias brasileiras, o que também afeta a qualidade de vida e a igualdade de oportunidades. O índice de Gini mede a distribuição de renda entre famílias dentro de uma economia, e no final do período ditatorial, o índice reduziu para 55,6%, o que é considerado melhor, tendo em vista que de acordo com o coeficiente de Gini, quanto mais próximo de zero, maior a distribuição de renda:

Gráfico 5 – Valores do índice GINI entre os anos de 1981 e 1990



Fonte: World Bank, Development Research Group, (DATA)

De acordo com Bresser-Pereira ((2003, p. 364).), citado em Deitos (2008, 21), “[...] o sistema financeiro internacional recusou-se a continuar financiando o expansionismo populista iniciado em agosto de 1979, não restou outra alternativa para o país senão iniciar um severo processo de ajustamento, completado, em 1983 [...]”.

Neste sentido, Deitos (2008, p.26), com base em Cardoso (1993, p. 232-233) salienta que:

[...] os impasses do regime militar, em fins da década de 1970, as possíveis condições que levavam a moldar um sistema mais aberto, e concebia como solução possível, somada às lutas sociais, sindicais e partidárias, o do fortalecimento “centro-direita”, como uma saída possível para avançar na democratização do próprio Estado brasileiro.

Após o governo de Figueiredo, houve a transição que iniciaria o processo de redemocratização do Brasil, em 1985 ocorre eleições presidenciais, ainda que sob o controle dos militares, e Tancredo Neves é eleito, todavia, falece antes de tomar posse, e então José Sarney, o vice, torna-se presidente do Brasil.

Kinzo (2001, p.7) descreve o cenário com que Sarney tomou posse conforme abaixo:

[...] com a morte de Tancredo um outro complicador iria se antepor à democratização. Significava que a Nova República nascia sob circunstâncias bastante frágeis, especialmente para um presidente que teria de enfrentar uma crise econômica e social que se avolumava. Assim, Sarney tomou posse sem um plano de governo propriamente dito e com um sério déficit em legitimidade: uma figura política marcada por anos de vínculos com os militares, que assumia o poder sem o respaldo das urnas e que não era das fileiras do partido que esperava desta vez governar, o PMDB.

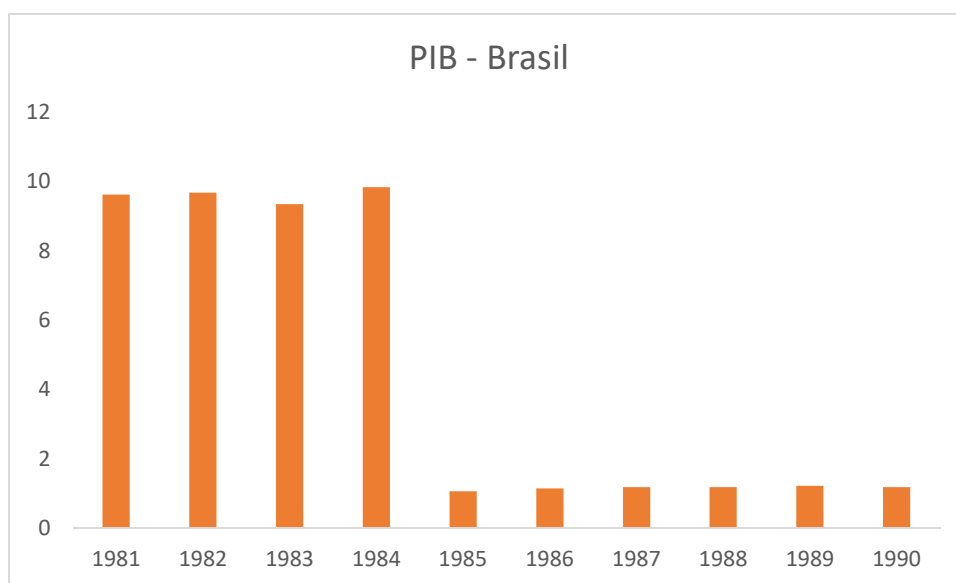
Conforme salienta Kinzo acima, Sarney tomou posse de surpresa, e não tinha exatamente um plano de governo bem estruturado, neste sentido, optou por utilizar do auxílio de especialistas para que conseguissem planejar saídas para a situação de crise econômica daquele período. Em 1986 é anunciado o Plano Cruzado, um conjunto de medidas econômicas, entre as principais a mudança na moeda brasileira, que passou do Cruzeiro para o Cruzado.

Além da alteração da moeda, o plano também previa os congelamentos dos preços e a antecipação do salário mínimo, como medida para estimular o consumo. Todavia, o plano não teve sucesso, principalmente por que as medidas tiveram como consequência o aumento do poder de compra, em contrapartida havia falta de produtos para o aumento da demanda, o que contribuiu ainda mais para piorar a alta taxa de inflação.

Neste sentido, Plano Cruzado, assim como outros planos que tentaram controlar a inflação, não obtiveram sucesso, neste contexto, o governo de Sarney então optou por preservar as taxas de juros em um patamar elevado, o que foi uma medida que não teve o

resultado esperado, tendo em vista que ao invés de controlar a demanda, apenas resultou em um aumento ainda maior da renda dos consumidores. Deste modo, além da hiperinflação, houve o caos gerado pela falta de produtos, levando as pessoas a estocarem produtos em suas casas. Ademais, foi um período marcado por greves por parte dos operários e dos sindicatos, tendo em conta os reajustes salariais, e ainda por cima a classe dos empresários também se encontrava descontente. Este período refletiu diretamente no PIB, tendo este uma queda de 9,5 em 1984 para 1,06 em 1985, conforme verifica-se no gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Taxa de Crescimento do PIB % entre os anos de 1981 e 1990



Fonte: World Bank, Development Research Group, (DATA)

Além do cenário econômico caótico, em 1987 foi realizado uma Assembléia Constituinte com objetivo de elaborar a nova Constituição, que seria apelidada de “Constituição Cidadã”, tendo em vista que foi formulada com objetivo de romper completamente com a Constituição do regime militar, de modo a assegurar a democracia e direitos humanos, civis, e as liberdades individuais. Em 1988 foi promulgada a nova Constituição do Brasil, sendo considerada como um texto legal avançado no sentido de garantir questões sociais, sendo um grande marco histórico brasileiro, que rompia com o passado obscuro do regime militar, sendo o instrumento máximo legal vigente até os dias de hoje.

Em 1989 iniciou-se as campanhas presidenciais e Fernando Collor foi eleito presidente do Brasil, esta eleição é considerada a primeira completamente democrática desde o fim da Ditadura Militar. Em 1990, Collor tomou posse, representando assim um

marco simbólico que colocava fim ao período de “trevas” para dar início a uma nova fase, de “luz”. Desse modo, as expectativas eram altas, a população brasileira se encontrava orgulhosa e esperançosa com o que vinha pela frente nesta nova década.

Todavia, o governo Collor passou longe da calma e alguns eventos merecem ser citados de modo a compreender melhor. Conforme já mencionado, o Brasil herdara do seu passado do regime militar uma hiperinflação e uma econômica desestabilizada. Collor neste sentido apresentou um conjunto de reformas chamado de “Plano Collor”, que tinha como objetivo principal, mais uma vez, estabilizar a inflação.

Por isso houve novamente a substituição da moeda, desta vez extinguiu-se o Cruzado novo e criou-se o Cruzeiro. Contudo, a segunda tentativa de substituição da moeda também não foi eficaz. Neste sentido salienta Querini (2017, p. 17) que “(...) a ferramenta da zeragem automática deveria ter sido eliminada na reforma monetária, ao passo que ela impossibilitava o controle efetivo da base monetária por parte do Governo”.

Além da substituição da moeda, outras reformas econômicas tiveram grandes consequências no governo Collor, entre elas a de interferir nas poupanças populares (sem autorização), confiscando a poupança de milhares de pessoas, com promessa de devolução com juros, porém, a promessa não foi cumprida e os lesados tiveram que tentar conseguir seu dinheiro de volta por meio de processos judiciais. Além desta medida, que obviamente provocou uma grande revolta na população, houve também privatização de empresas estatais, abertura comercial, reforma fiscais, entre outros.

O resultado deste “plano” mal estruturado, somado com denúncias de corrupção e com o descontentamento da população, resultaram no primeiro impeachment da história do Brasil, que ocorreu em 1992, e foi resultado de grande mobilização popular pelo movimento muito conhecido, chamado de “Diretas Já”. Após a saída de Collor, seu vice entrou em seu lugar, Itamar Franco, que apenas contribuiu ainda mais para a instabilidade geral no país, porém, em 1993 iniciou-se o planejamento de mais um plano de medidas econômicas com objetivo de controlar a inflação, este plano foi chamado de Plano Real e elaborado por Fernando Henrique Cardoso, quem se tornou presidente do Brasil em 1995 e se reelegeu em 1998.

O Plano Real foi lançado, com o objetivo de alcançar estabilização da inflação e iniciar reformas econômicas. Atualmente o Plano Real é reconhecido como um marco pois foi o único que conseguiu finalmente controlar a hiperinflação que há tanto tempo assolava o país. Entre as principais alterações trazidas pelo plano é importante mencionar primeiramente a criação de uma nova moeda, que é a moeda vigente até hoje, o Real.

Em relação a substituição do Cruzeiro para o Real, a estratégia utilizada desta vez foi diferente da tentativa dos outros planos, neste sentido explica Querini (2017, p. 17):

[...] estabelecia-se uma unidade de conta sujeita a reajuste diário e simultaneamente vigente ao lado do CruzeiroReal: a Unidade Real de Valor. Aqui também é importante salientar a maestria da introdução dessa unidade de conta. Estavam sendo promovidos choques nas expectativas e na percepção de inflação: corte de 3 zeros na moeda vigente e a engenhosa inserção de uma nova moeda na economia, completamente desatrelada à inflação e acima de tudo adotada de forma suave e voluntária pelos agentes.

De acordo com Pinheiro et al. (1999), no início dos anos 90, o cenário econômico brasileiro era caracterizado pelas altas taxas de inflação, déficit fiscal, em decorrência dos financiamentos do setor público, desvalorização das taxas de câmbio. Em contrapartida, a partir do Plano Real, a inflação finalmente foi controlada, se encontrando pela primeira vez em níveis mais baixos e houve uma apreciação das taxas de câmbio, as contas públicas ainda se encontravam em desequilíbrio.

Conforme Vizentini (2005, p. 382):

FHC (Fernando Henrique Cardoso) retomou o projeto neoliberal de inserção no processo de globalização econômica iniciado por Collor de forma mais bem articulada e com estabilidade na execução do processo.

Importante salientar que, conforme mencionado anteriormente, o fim do regime militar não ocorreu exatamente por meio de revoltas populares, pela pressão do povo, mas foi considerado como um movimento de transição natural de acordo com tendências mundiais daquele momento. Neste sentido, tendo em consideração que este período coincide com a terceira onda da globalização, marcada pela mobilidade de capitais e pela extrema abertura dos mercados, foi também sinalizado politicamente uma tendência para governos mais liberais. Tanto Collor quanto Fernando Henrique Cardoso eram membros de partido de centro-direita e defenderam políticas relacionadas a abertura do mercado e à privatizações, por exemplo.

Neste contexto, de acordo com Pinheiro et al. (1999, p.13):

O papel do Estado na economia mudou de forma drástica, passando de um Estado-empresário, que procurava impulsionar o desenvolvimento econômico definindo diretamente onde os fatores de produção deveriam ser alocados, para um Estado regulador e fiscal da economia. A prioridade não era mais a simples acumulação

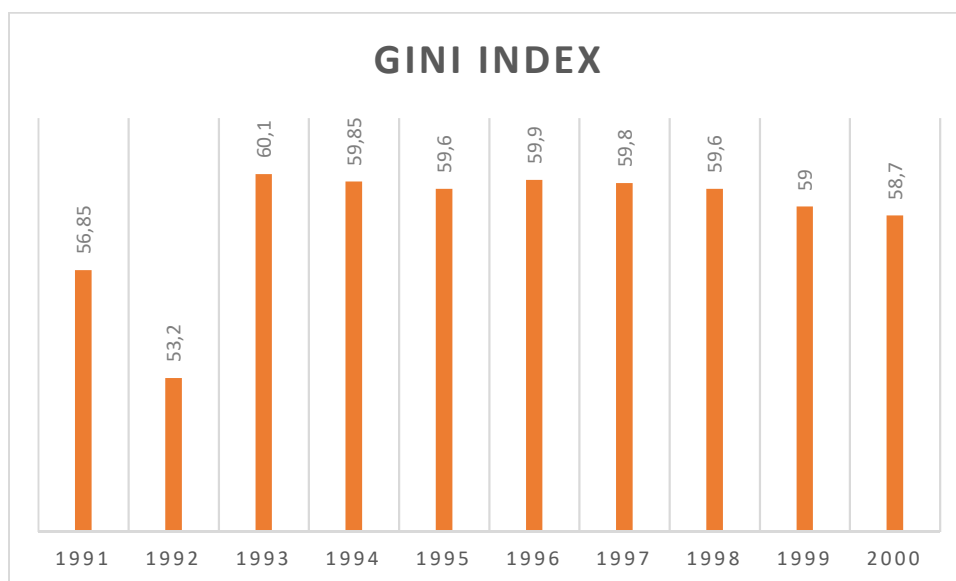
de capital, mas a busca da eficiência, com o mercado substituindo o Estado na definição da alocação de recursos. Dessa maneira, o novo modelo de desenvolvimento caracteriza-se por uma economia mais aberta, com maior integração com o resto do mundo, não apenas no que tange aos fluxos comerciais, como também ao investimento direto estrangeiro.

Neste sentido, os primeiros anos do governo FHC foram inspirados pelo cenário econômico mundial, caracterizado neste período pela integração econômica, pela expansão comercial internacional, pelas trocas comerciais entre diversos países, pela internacionalização das empresas, pela mobilidade do capital e o grande avanço da tecnologia. Desse modo, FHC procurou tentar adaptar o Brasil a este novo contexto internacional, e para alcançar tal feito, foi necessário renegociar a dívida externa do Brasil, de acordo com as condições estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial.

Neste contexto, o governo optou por tentar cooperar com os Estados Unidos da América, e tomou medidas como a privatização de empresas estatais, manutenção de um regime de taxas fixas ou semifixas de câmbio, em suma, o presidente optou pela adoção de políticas neoliberais. Ao mesmo tempo, o governo também tinha como interesse alterar a imagem do Brasil internacionalmente, para fosse visto não meramente como mais um país periférico, e passasse a ser visto como um país desenvolvido. Neste sentido, o governo alterou o quadro do Ministério das Relações Exteriores e fez uma remodelação da diplomacia brasileira, com o intuito de reestruturar a política internacional do país.

É possível verificar que a estabilização econômica promovida pelo Plano Collor afetou diretamente a distribuição de renda, em 1992 foi o ano que a desigualdade de renda foi mais baixa, a partir de 1993, houve um aumento de 53,2% para 60,1%, e partir de então manteve-se estável, conforme se verifica abaixo:

Gráfico 7 – Valores do índice GINI entre os anos de 1991 e 2000



Fonte: World Bank, Development Research Group, (DATA)

Em relação a política externa do governo de FHC, Vizentini (2005, p. 384) descreve:

[...] as relações bilaterais continuaram a ser marcadas pela busca do multilateralismo, a chamada postura de global trader. O Brasil manteve seus contatos com a União Européia, através de negociações bilaterais e pelo Mercosul, havendo ainda aproximações com Índia e Malásia. Ao lado das crescentes relações econômicas, desenhou-se a possibilidade do estabelecimento de parcerias estratégicas com China, Índia e Rússia, envolvendo a cooperação nuclear, aeroespacial e o exercício de uma grande diplomacia voltada para a estruturação de um sistema internacional multipolar, como forma de contornar uma nova unilateralidade norte-americana. O problema é que o Brasil não cumpriu muito dos itens acordados, ou abandonou seus aliados ao primeiro sinal de problemas [...].

Algumas medidas tomadas pelo governo FHC, ao invés de manter-se a estabilizar a economia brasileira, seguiram pela caminho inverso, isto pois, conforme já abordado neste trabalho, umas das principais heranças do período da Ditadura Militar foi o endividamento externo, o que se tornou um grande desafio para os governos posteriores. Contudo, mesmo tendo este conhecimento, algumas medidas de cunho neoliberais acabaram por prejudicar esta conjuntura ligada a dívida externa.

Neste contexto, pontua Vizentini (2005, p. 384):

A crise financeira e a cambial de Janeiro de 1999 e a possibilidade de retrocesso de alguns objetivos alcançados pelo governo na estabilização monetária, levaram o governo a desvalorizar o Real como forma de equilibrar as contas. Desta forma, o segundo mandato de FHC se iniciou sob a crise e a necessidade de mudança, com impactos sobre a diplomacia brasileira.

Em relação a estas medidas que contribuíram para a piora no endividamento do país, assinala Bandeira (2005, p. 111):

[...] essas empresas (empresas estatais privatizadas), desnacionalizadas, passaram a pressionar o balanço de pagamentos, agravando o desequilíbrio, com a transferência de lucros para as suas matrizes no exterior. O déficit na balança de serviços saltou de US\$ 15,3 bilhões, em 1990, quando o processo inflacionário se intensificara no Brasil, para US\$ 28,8 bilhões, em 1998, e o déficit nas transações correntes pulou de US\$ 3,7 bilhões para US\$ 33,6 bilhões, no mesmo período.

Politicamente e socialmente, a partir de uma análise mais global e não apenas econômica, Filgueiras (2006, p. 183) descreve o fenômeno político que caracterizou o Brasil da década de 90, após o processo de redemocratização marcado pela Constituição Federal de 1989:

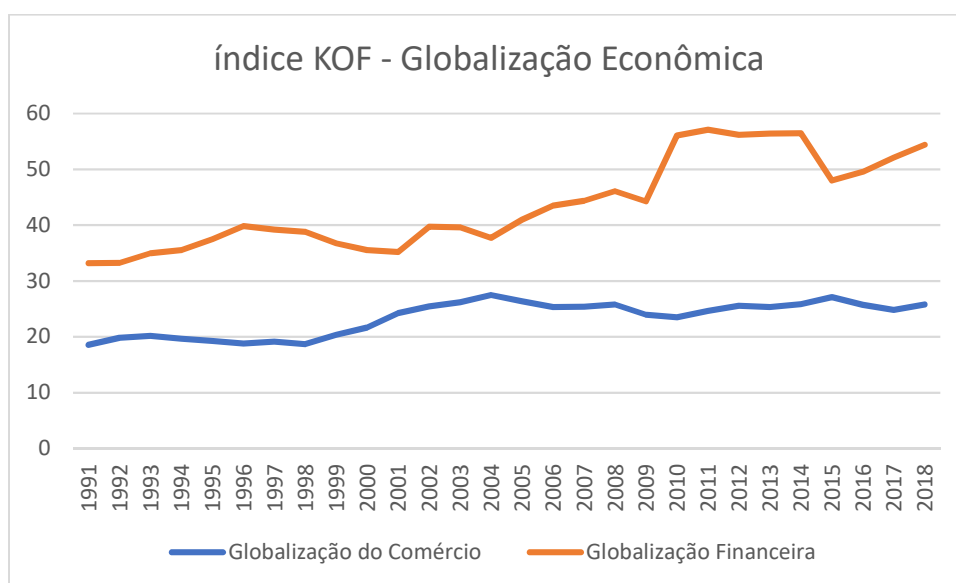
Esse processo (liberalismo econômico), que culminou com a afirmação do projeto político neoliberal e a construção de um novo modelo econômico, redefiniu as relações políticas entre as classes e frações de classes que constituíam a sociedade brasileira. A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. Em particular, reconfigurou o bloco dominante e a sua fração de classe hegemônica, com destaque para a consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros.

Em suma, o governo de FHC é inicialmente marcado pelo sucesso do Plano Real em conseguir atingir seu objetivo de controlar a hiper-inflação e tirar o Brasil da conjuntura econômica crítica que o caracterizava há tanto tempo. As medidas tomadas durante o mandato de FHC foram responsáveis por promover a estabilização das condições econômicas, como a estabilização dos preços, o que gerou maior estabilidade

social e política, transformando o Brasil em um país mais atrativo para investimentos internacionais e mais competitivo internacionalmente.

Isto consegue ser verificado com a evolução do nível de Globalização do Comércio do Brasil, que aumentou a partir de 1998 e permaneceu em crescimento até 2004, quando teve uma pequena queda em 2005. Em relação ao índice de Globalização financeira, destaca-se o aumento significativo a partir de 2009, o que é interessante pois foi exatamente neste período que ocorreu a crise de 2007.

Gráfico 8 – Valores do nível de Globalização Econômica do Brasil de 1991 – 2018



Fonte: The KOF Globalisation Index

Após os primeiros anos do governo, algumas decisões, impulsionadas pela crescente onda de globalização mundial, foram tomadas e acabaram por prejudicar ainda mais a dívida externa. Além destes importantes pontos, o governo de FHC, entre erros e acertos é considerado um governo de direita e as políticas adotadas de cunho neoliberal, como as privatizações de instituições e empresas públicas e reformas orientadas para o mercado, trouxeram consequências sociais que prejudicaram a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Neste sentido, salienta Junior (2016, p.203):

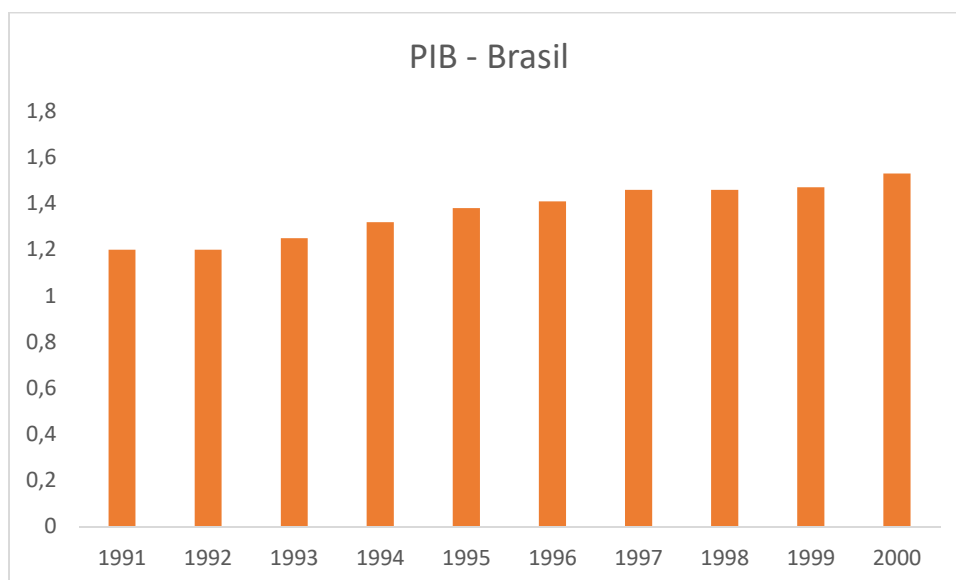
Situações de precarização do mundo do trabalho, insegurança econômica e outras dinâmicas sociais provocadas pela globalização econômica e instabilidade dos mercados, representam um conjunto complexo de mudanças sociais provocadas pelas reformas orientadas pelo mercado nos anos 1990.

Além das consequências sociais, Junior (2016) pontua que apesar da estabilização da inflação, o crescimento econômico do Brasil ainda era baixo, durante o governo de

FHC que foi de apenas 2,0% do crescimento do PIB. Em comparação com períodos anteriores, como por exemplo durante a democracia populista (1945 – 1964) o crescimento foi de uma média de 5,0% ao ano, e durante o período militar alcançou 6,9% ao ano. Conforme descreve o autor:

Para economistas como Bresser-Pereira, o modelo de política econômica adotado a partir de 1999, baseado no tripé formado por câmbio flutuante e livre, regime de metas de inflação e superávit primário das contas públicas ajudou a limitar o crescimento da economia e a melhora na distribuição de renda. Embora motivo de críticas, esse modelo de política econômica não sofreu alterações desde que foi adotado, sendo amplamente reproduzido nos governos Lula e Dilma. (Junior, 2016, p. 204)

Gráfico 9 – Taxa de Crescimento do PIB % entre os anos de 1991 e 2000



Fonte: World Bank, Development Research Group, (DATA)

Após o fim dos dois mandatos do FHC, em 2002 foi eleito Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), progressista, e completamente o oposto da figura de FHC. Lula se candidatou pela primeira vez em 1989, ou seja, tentou ser presidente desde o período de redemocratização do Brasil, concorreu as eleições seguintes, e apenas conseguiu ser eleito em 2002. É importante destacar que, a sociedade brasileira passou por um processo de reformulação de mentalidade neste período, percebendo que a política neoliberal não estava a representar seus interesses. E neste sentido, os diversos grupos sociais tinham interesses distintos, porém, todos se encontravam, pelas suas próprias razões, insatisfeitos em algum sentido com o rumo que

a política tomada, isto evidenciado por alguns dos erros cometidos por FHC no final do seu segundo mandato.

Neste contexto, descreve Boito e Berringer (2013, p. 31):

Essa frente política, que poderíamos denominar frente neodesenvolvimentista, é, como já se pode perceber pelo que foi dito acima, uma frente ampla, heterogênea e eivada de contradições. Ela é representada no plano partidário, principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Tal frente reúne a grande burguesia interna brasileira que é a sua força dirigente, a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato. A frente incorpora, também, aquele amplo e heterogêneo setor social que compreende desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria, camponeses em situação de penúria e outros setores [...].

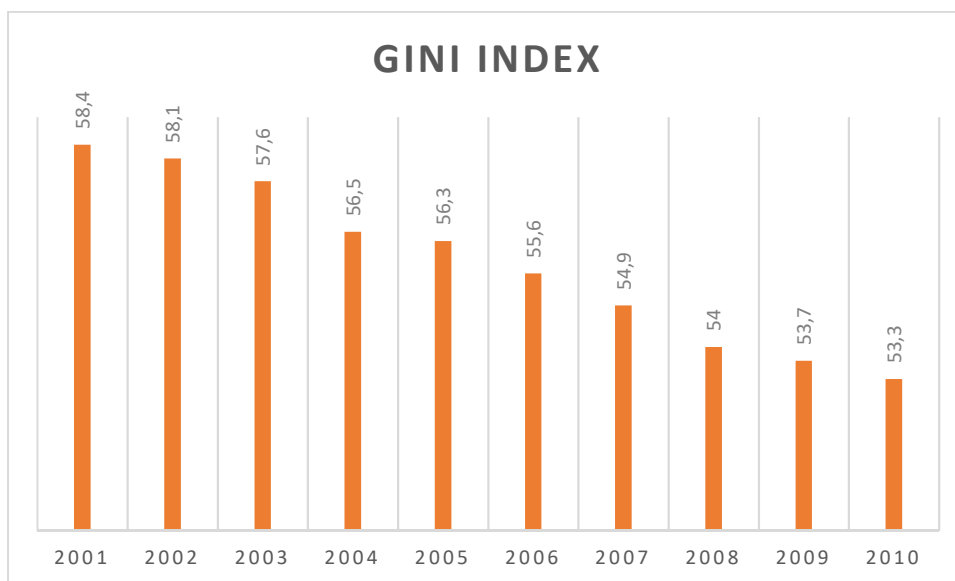
Faz-se necessário clarificar que, a “frente desenvolvimentista” citada pelo autor acima, refere-se a ascensão do Partido dos Trabalhadores neste período. O PT é um partido de esquerda fundado no fim da Ditadura Militar com base nas lutas sindicais e pela classe do operariado. É interessante observar que, apesar da classe empresária ter em regra, a tendência de se beneficiar mais com políticas neoliberais, ainda assim o PT conseguiu atingir o poder, através do seu líder Lula, mesmo com o outro candidato (José Serra) mais votado fazendo parte do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), partido do qual fazia parte FHC e que representava o ideal liberal. Conforme aponta Junior (2016), o PT acabou por “conciliar” com a empresariado, pois durante a campanha eleitoral tentou dialogar com esta classe e a afirmar que não pretendiam romper com o que já estava acordado economicamente.

Em relação a trajetória do Partido dos Trabalhadores, pontuam Boito e Berringer (2013, p. 33):

O que se passou desde então foi que esse partido, que lutava, ao longo da década de 1990, pela implantação de um Estado de bem-estar social no Brasil e pelo reforço do capitalismo de Estado, esse partido foi atraído pela grande burguesia interna, que vinha fazendo crítica moderada ao neoliberalismo, e, na virada da década de 1990 para a década de 2000, mesclando sua tradição de origem com a insatisfação burguesa, converteu-se, de modo empírico e marcado pelas circunstâncias, no criador e no instrumento partidário do neodesenvolvimentismo. O operariado e a baixa classe média continuaram presentes no PT apenas que, agora, ocupando a posição de base social, mas não mais de força dirigente desse partido.

E neste sentido, é possível afirmar que de fato Lula adotou uma política de continuidade com a política econômica do governo de FHC. Com o aumento da inflação novamente, o controle da inflação passou a ser prioridade do governo Lula. E conforme já descrito diversas vezes neste trabalho, o controle da inflação muitas vezes pode levar o governo a tomar medidas que desestabilizam ainda mais a economia. No caso de Lula, a medida escolhida foi a elevação das taxas de juros com objetivo de conter o aumento da inflação naquele período, o que levou a uma estagnação produtiva. Neste sentido, não houve um crescimento econômico e a política econômica do primeiro mandato de Lula pode ser resumida pela continuação de FHC, porém, as maiores alterações foram advindas das transformações que o mundo passava naquele momento, e que afetam a dinâmica político-econômica no Brasil.

Gráfico 10 – Valores do índice GINI entre os anos de 2001 e 2010



Fonte: World Bank, Development Research Group, (DATA)

Neste sentido, Teixeira e Pinto (2012, p. 929) salientam:

O avanço dos segmentos industriais produtores de commodities e do agronegócio, durante o governo Lula, teve muito mais a ver com a dinâmica internacional do que com políticas estatais. Isso ficou evidente com a manutenção do regime de política macroeconômica, com juros elevados, que gerou valorização cambial, impactando negativamente nos ganhos dos setores mais do que compensados pelo aumento dos preços internacionais das commodities.

O segundo mandato do governo Lula foi caracterizado por políticas que objetivavam o crescimento econômico. Assim, uma das principais mudanças ocorridas neste período foi uma maior participação estatal, lembrando um pouco o chamado modelo “desenvolvimentista” do Brasil do período de 1930 – 1960. Foi adotado medidas como a valorização do salário mínimo, política de expansão de gastos, aumento de investimentos estatais. Além das medidas econômicas, houve também um grande desenvolvimento nas medidas de cunho social, e que também desempenham um papel importante nos resultados obtidos. Entre elas, o chamado “Programa Bolsa Família”, que é um programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza.

Este programa foi muito importante e alterou as dinâmicas sociais no Brasil, pois possibilitou dar chances de crescimento para uma população que vivia em situação de completa miséria. Importante citar que este programa foi o grande responsável por tirar o Brasil do Mapa da Fome da ONU pela primeira vez, e ainda serviu como um “primeiro passo” para tentar diminuir o abismo social existente no Brasil causado pela desigualdade na distribuição de renda. Foi realizada a reforma agrária com apoio do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que é um importante movimento político que busca a redistribuição da terra, seu surgimento foi mencionado anteriormente neste trabalho.

Conforme descrevem Teixeira e Pinto (2012, p. 929), ao citarem Singer (2009):

O tripé formado pela Bolsa Família, aumento do salário mínimo e expansão do crédito, que gerou redução da miséria, vai muito além da simples ajuda aos pobres, pois para ele esse tripé e o regime de política macroeconômica constituem nova plataforma – articulando valores de direita (manutenção da ordem – combate à inflação) e de esquerda (políticas de distribuição de renda), no sentido de delinear uma trajetória política de certa fração de classe, a saber: o subproletário.

Em relação a política externa, finalmente foi posto fim nas extensas negociações relacionadas a ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas), uma proposta feita pelos Estados Unidos para criar um acordo de livre comércio no continente americano, contudo, a proposta era repleta de pontos que apenas beneficiavam aos Estados Unidos, e por algum tempo esteve em discussão durante o governo de FHC. No governo Lula, foi colocado fim neste tópico que gerava grandes discussões e dividia opiniões na época.

Além disto, outras medidas foram tomadas como a suspensão do pagamento da dívida externa, foi alterado a política de privatizações, de modo que o processo teve uma direção contrária a do governo de FHC, priorizando estatizar, como ocorreu por exemplo com o sistema financeiro. Ainda, foi realizado um processo de rearticulação da relação

do Brasil com países chamados “periféricos”, as relações internacionais em geral foram alteradas de modo a colocar um Brasil em uma posição de “negociador diplomático”.

Conforme explicam Boito e Berringer (2013, p.35), a política externa do governo Lula foi marcada principalmente por:

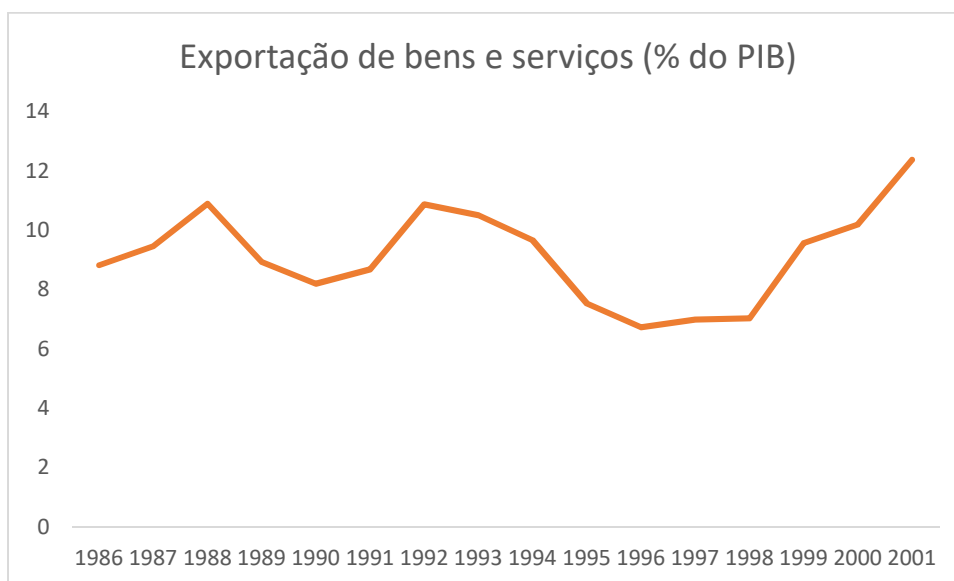
A burguesia interna brasileira uniu-se em torno de interesses comuns no plano internacional, que fundamentalmente foram: (i) o apoio do Estado para a conquista de novos mercados para exportação de seus produtos e para a realização de investimentos diretos no exterior; (ii) a prioridade para os seus produtos e serviços nas compras do Estado e das empresas estatais e (iii) uma maior proteção do Estado para o mercado interno. Para nós, foi justamente por isso que os principais focos de atuação internacional do Estado brasileiro foram: (i) a ênfase nas relações Sul-Sul; (ii) a prioridade dada à América do Sul; (iii) a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e (iv) as negociações e o arquivamento da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

O governo Lula conseguiu pela primeira vez na história conciliar interesses que sempre estiveram em conflito na história brasileira, como entre a classe empresária (o mercado) e as minorias sociais. Ao mesmo tempo que foram criadas diversas políticas afirmativas e ainda conseguiu aumentar a competitividade do Brasil a nível internacional. Este período foi marcado por um otimismo generalizado, o Brasil estava sendo colocado em um pedestal como uma grande promessa de país potência, o que hoje sabe-se, que essa narrativa teria reviravoltas inesperadas.

Neste contexto, salienta Junior (2016, p. 208):

Setores econômicos e grupos empresariais foram diretamente beneficiados com o apoio de recursos públicos via BNDES para a expansão de seus projetos no país e no exterior. Essa política levou a uma maior internacionalização de empresas brasileiras no exterior, beneficiando grupos empresariais de vários setores da economia. E de outro lado, a valorização do salário-mínimo acabou proporcionando condições para os trabalhadores negociarem melhores condições salariais, tal como de fato ocorreu.

Gráfico 11 – Exportação de Bens e Serviços em % do PIB 1960 – 1985



Fonte: World Bank, Development Research Group, (DATA)

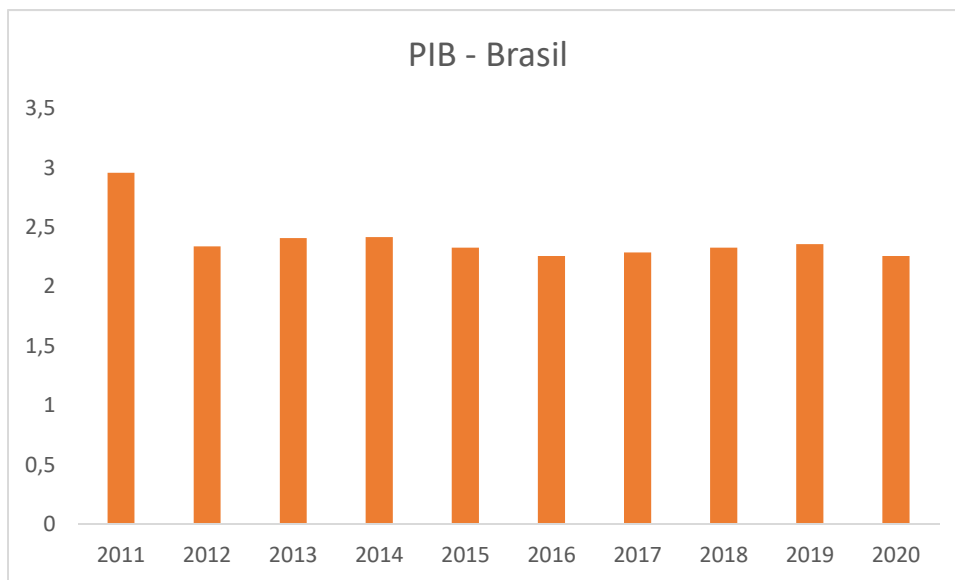
3.6 A situação político-econômica do Brasil durante a Terceira onda de Desglobalização (2009 até hoje)

Em 2010, ocorreram as eleições presidenciais e como de acordo com a Constituição brasileira, só se pode ter no máximo dois mandatos consecutivos, e por isso, Lula não poderia se candidatar novamente. A escolhida para representar então o Partido dos Trabalhadores para concorrer ao cargo de Presidente da República foi Dilma Rousseff. Dilma tem um perfil muito diferente do presidente Lula, que é uma figura muito carismática, ela tem um perfil mais tímida, uma formação profissional na economia, e mesmo tendo uma participação política ativa ao longo da vida, esta participação não foi necessariamente ocupando cargos públicos, mas sempre foi ativista, militante e até guerrilheira durante o regime militar. Contudo, tendo em vista a satisfação do povo com o governo anterior, Dilma venceu as eleições e se tornou a primeira presidente mulher do Brasil.

Apesar do cenário caracterizado pelo otimismo coletivo que a presidente Dilma “herdou”, mais uma vez, eventos internacionais e forças atuantes em um contexto que vai além do Brasil, afetam e influenciam diretamente o que ocorre internamente. E a crise financeira de 2008 teve seus efeitos globalmente, a única diferença é que, estes efeitos “respingaram” com certo atraso no caso do Brasil, tardou, mas chegou. Assim, a partir de 2010 as consequências da crise de 2008 começaram a afetar o Brasil de maneira gradativa, lentamente.

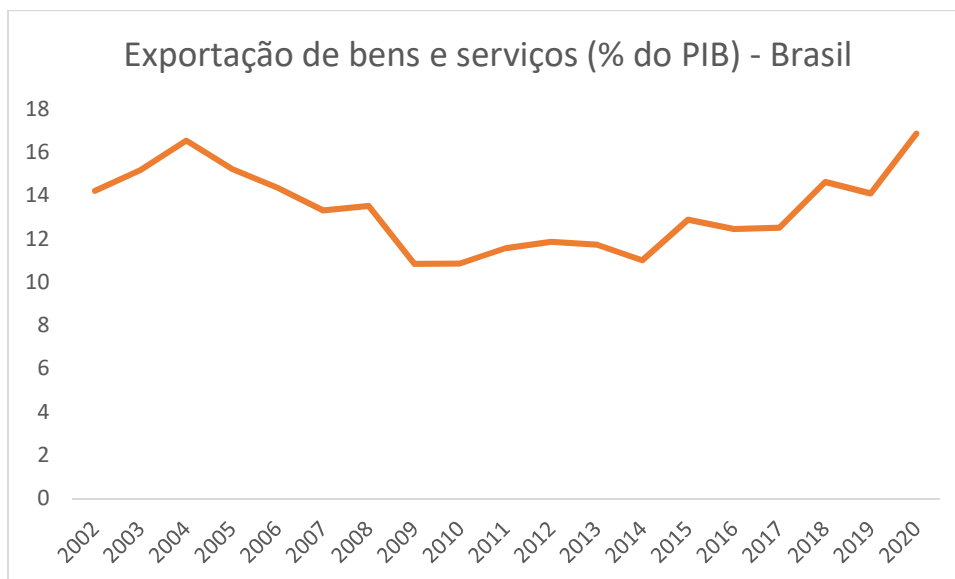
Uma das medidas econômicas adotada pela presidente Dilma foi a redução dos juros nos bancos públicos, esta medida pode ser considerada como uma ruptura com a política adotada pelo presidente anterior, pois simbolizava uma alteração na relação entre o sistema financeiro e o Estado.

Gráfico 12 – Taxas de Crescimento do PIB % os anos de 2011 e 2020



Fonte: World Bank, Development Research Group, (DATA)

Gráfico 13 – Exportação de Bens e Serviços em % do PIB de 2002– 2020



Fonte: World Bank, Development Research Group, (DATA)

Conforme explicam Teixeira e Pinto (2012, p 935):

A política deliberada de acúmulo de divisas, que possibilitou as medidas anticíclicas de combate à crise internacional, evidenciou a redução das restrições externas do país. Então, reduziu-se o poder dos mercados financeiros doméstico e internacional em questionar a orientação da política econômica nacional por meio de saídas abruptas de capital. Ademais, no plano político/ideológico, a crise internacional desgastou a teoria econômica ortodoxa cuja ideia de que mercados financeiros livres, associados a Bancos Centrais independentes, seriam os mecanismos mais eficientes em promover o bem-estar da população.

A chamada globalização não produziu, ao contrário do que defendem alguns autores, uma burguesia mundial homogênea (Martuscelli, 2010) citado em Boito e Berringer (2013, p. 32):

Vale lembrar, em primeiro lugar, a questão social, isto é, o problema da pobreza e da desigualdade. Não resta a menor dúvida de que extremas desigualdades sociais são um fator que constrange a consolidação da democracia, especialmente no que se refere à efetiva participação política de todos os cidadãos. Os elevados índices de pobreza e de concentração de renda no Brasil são um legado do passado que os governos pós-regime militar não tornaram menos agudo, a despeito de avanços na área da educação.

Conforme explicam Sallum e Goulart (2016, p. 116):

A política de inserção internacional, a democracia política e a orientação econômica liberal-moderada certamente surgiram anteriormente, mas só se solidificaram em meados dos anos 1990. A forma de Estado que hoje ordena a vida política brasileira tem três pilares: (i) a Constituição democrática de 1988, que estendeu, universalizou e protegeu os direitos de cidadania; (ii) o Plano Real de estabilização monetária, lançado em 1994, e o conjunto de reformas liberais que foram efetivadas no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso; (iii) o ingresso de lideranças sindicais e de movimentos sociais na esfera do Estado, que resultou na intensificação do processo de inclusão da base da pirâmide social.

Capítulo 4 – Análise quantitativa – anos de 1970 -2020

Neste capítulo pretende-se estudar a realidade brasileira sobre a possível relação entre o crescimento econômico, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB a preços constantes de 2010, em dólares americanos), e a globalização, recorrendo ao índice composto KOF, bem como à Balança de Bens e Serviços (em percentagem do PIB), para os anos mais recentes de 1970 a 2020. A questão do aumento do protecionismo nos anos mais recentes, com a desaceleração do processo de globalização, é benéfico ou, pelo contrário, é perverso para o crescimento econômico de um país como o Brasil?

Igualmente vai-se analisar se o processo de globalização melhora, no caso do Brasil, a distribuição do renda, medido pelo índice de Gini. Como já foi referido anteriormente, este índice mede de que forma a distribuição de renda pelos consumidores ou famílias ocorre em cada país: se o índice se situar perto de zero, isso significa níveis de igualdade distributiva muito elevada; se, pelo contrário, o índice se aproximar de 100 isso significa níveis de desigualdade na distribuição de renda muito elevados. (World Development Indicators, 2021). A evolução deste índice em países cuja distribuição de renda é, à partida, assimétrica afigura-se como particularmente crítica; é relevante analisar se o crescimento da globalização (não contrariada por tendências protecionistas ou nacionalistas) é, efetivamente, potenciador da diminuição das assimetrias na distribuição de renda.

4.1. Amostra e medidas descritivas

As variáveis incluídas na amostra, de 1970 a 2020, são apresentadas na tabela seguinte.

Tabela 1 – Variáveis, descrição e fonte

Símbolo	Descrição	Fonte
GI	Gini index mede o desvio face a uma perfeita distribuição de renda pelos consumidores ou famílias (GI=0 distribuição perfeita da renda; GI=100 desigualdade máxima na distribuição de renda)	Banco Mundial – WDI
PIB	Produto Interno Bruto, em dólares Americanos, a preços constantes de 2010. Medido na ótica da despesa.	Banco Mundial e OCDE – contas nacionais.
KOFGI	O índice de globalização KOF mede as dimensões econômica, social e política da globalização	KOF Swiss Economic Institute
KOFGIdf	O índice de globalização KOF mede as dimensões econômica, social e política da globalização, na vertente <i>de facto</i>	KOF Swiss Economic Institute
KOFGIdj	O índice de globalização KOF mede as dimensões econômica, social e política da globalização, na vertente <i>de jure</i>	KOF Swiss Economic Institute
IDEin(% PIB)	Investimento Direto Estrangeiro in, em % do PIB	Fundo Monetário Internacional
IDEout(% PIB)	Investimento Direto Estrangeiro out, em % do PIB	Fundo Monetário Internacional
EXP(% PIB)	Exportações de bens e serviços, em % do PIB	Banco Mundial e OCDE – contas nacionais.
BBS (% PIB)	Balança de Bens e Serviços, em % do PIB	Banco Mundial e OCDE – contas nacionais.

Na tabela 2 apresentam-se as medidas descritivas das variáveis envolvidas na análise.

Tabela 2 – Medidas descritivas

Amostra: 1970 - 2020

	GI	PIB	KOFGI	KOFGIdf	KOFGIdj
Média	56.79231	1.46E+12	50.73649	46.92498	54.54800
Mediana	57.60000	1.38E+12	48.15910	45.05045	50.99599
Maximo	63.30000	2.42E+12	65.48389	60.27820	70.72652
Mínimo	51.90000	4.47E+11	39.27198	34.80450	39.51259
Desvio padrão.	3.034311	5.91E+11	9.616842	8.854982	10.60486
Observações	39	51	49	49	49

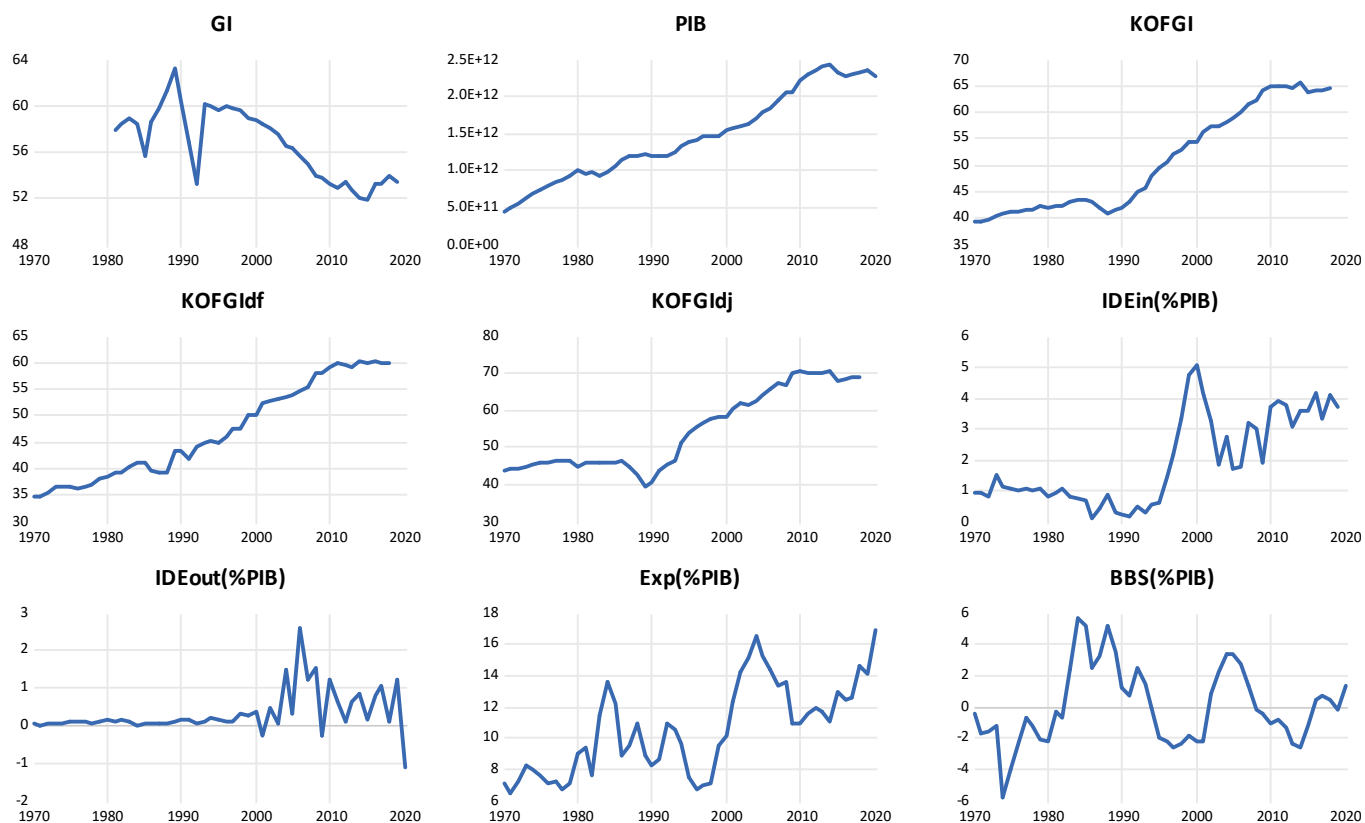
	IDEin(%PIB)	IDEout(%PIB)	EXP(%PIB)	BBS(%PIB)
Média	1.931192	0.316639	10.51341	0.007844
Mediana	1.312429	0.119860	10.50327	-0.403233
Maximo	5.034129	2.599975	16.87085	5.623198
Mínimo	0.128665	-1.136472	6.413307	-5.870609
Desvio-padrão	1.434873	0.570303	2.888075	2.438950
Observações	50	51	51	51

Fonte: Elaboração própria, com base nas fontes elencadas na tabela 1. Eviews.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução no período em análise de 1970 a 2020 das variáveis incorporadas na análise quantitativa.

É de realçar a quebra do índice de Gini a partir de meados da década de noventa, com um aumento das desigualdades a partir de 2015. Esta última inversão da diminuição das desigualdades na distribuição de renda é acompanhada por uma estagnação na evolução do PIB, bem como por uma perda de dinâmica na globalização do país (medido pelo índice de globalização composto KOF).

Gráfico 14 – Evolução das variáveis



Fonte: Elaboração própria, com base nas fontes apresentadas na tabela 1. Eviews

4.2. Correlações entre as variáveis

Observando as correlações entre as variáveis na tabela seguinte, a maior distribuição de renda (menor índice de Gini) está associada ao crescimento econômico (medido pelo PIB), bem como à generalidade das variáveis que captam a abertura ao exterior e a globalização. De igual modo, o crescimento econômico está associado positivamente aos indicadores compostos da globalização, bem como ao IDE (in e out) e às exportações. A variável Balança de Bens e Serviços (em percentagem do PIB) apresenta os sinais contrários aos expectáveis, decorrente do comportamento errático observado no período em análise (gráfico 15).

Tabela 3 – Matriz de Correlações

Amostra: 1981 2018

Observações: 38

Correlação Probabilidade	GI	PIB	KOFGI	KOFGI _{df}	KOFGI _{dj}	IDEin(%PIB)	IDEout(%PIB)	EXP(%PIB)	BBS(%PIB)
GI	1.000 -----								
PIB	-0.790 0.000	1.000 -----							
KOFGI	-0.765 0.000	0.961 0.000	1.000 -----						
KOFGI_{df}	-0.767 0.000	0.973 0.000	0.987 0.000	1.000 -----					
KOFGI_{dj}	-0.751 0.000	0.937 0.000	0.993 0.000	0.962 0.000	1.000 -----				
IDEin(%PIB)	-0.514 0.001	0.737 0.000	0.806 0.000	0.789 0.000	0.806 0.000	1.000 -----			
IDEout(%PIB)	-0.387 0.016	0.451 0.005	0.485 0.002	0.471 0.003	0.487 0.002	0.312 0.057	1.000 -----		
EXP(%PIB)	-0.494 0.002	0.446 0.005	0.516 0.001	0.529 0.001	0.498 0.001	0.337 0.038	0.423 0.008	1.000 -----	
BBS(%PIB)	0.212 0.200	-0.422 0.008	-0.454 0.004	-0.419 0.009	-0.472 0.003	-0.563 0.000	0.018 0.915	0.401 0.012	1.000 -----

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados extraídos das fontes enunciadas na tabela 1. Eviews

4.3. Os modelos

Os dois modelos avançados pretendem captar a influência que a globalização tem sobre o crescimento econômico (no período de 1970 a 2018) e sobre a distribuição de renda (no período de 1981 a 2018) no Brasil.

A análise está limitada aos dados disponíveis, sendo que o coeficiente de Gini está publicado a partir de 1981, e o índice de KOF se encontra disponibilizado a partir de 1970 até 2018 (dados disponibilizados em outubro de 2021). Adicionalmente para os anos de 1991, 1994, 2000 e 2010 foram consideradas as médias aritméticas dos índices de Gini dos anos limites inferior e superior de cada ano, uma vez que não há dados disponíveis para estes quatro anos para o Brasil.

Tabela 4 – Modelo 1 – Desigualdade e Globalização

Variável dependente: Ln(GI)

Variável	Coefficiente	Estatística-T	Prob.
C	4.307000	111.9423	0.0000
KOFGI	-0.004948	-7.104273	0.0000
BBS_PGPIB	-0.003776	-1.414987	0.1659
R-quadrado	0.609335		
R-quadrado ajustado	0.587011		
Estatística F	27.29537		
Prob(Estatística F)	0.000000		

Método: Mínimos Quadrados; Amostra: 1981_2018; Observações: 38

Fonte: Elaboração própria. Eviews

O modelo é globalmente significativo. Ao aumentar a globalização, medido pelo índice de globalização global KOF, em 1 ponto, o índice de Gini diminui 0,49%; ou seja, o aumento da globalização traduz-se por uma diminuição das desigualdades na distribuição de renda no Brasil. Igualmente, a um aumento do peso da Balança de Bens e Serviços no PIB em 1 ponto percentual, isso implica uma diminuição de 0,38% no índice de Gini (diminuição da desigualdade na distribuição de renda), ainda que esta última variável apenas seja significativa a 10% unilateralmente.

Os dados sugerem que a maior inserção internacional da economia Brasileira potencia a melhoria no índice de Gini. Ou seja, a globalização é favorável à diminuição da assimetria na distribuição de renda.

Tabela 5 – Modelo 2 – Crescimento e Globalização

Variável Dependente Ln PIB

Variável	Coefficiente	Estatística T	Prob.
C	25.85701	169.5896	0.0000
KOFGIdj	0.037362	13.60597	0.0000
BBS(%PIB)	0.041454	3.531587	0.0010
R-squared	0.803645		
Adjusted R-squared	0.795108		
F-statistic	94.13501		
Prob(F-statistic)	0.000000		
Prob(F-statistic)	0.000000		

Método: Mínimos Quadrados; Amostra: 1970_2018; Observações: 49

Fonte: Elaboração própria. Eviews

O modelo 2 é globalmente significativo. A um aumento de um ponto no índice de globalização global KOF, vertente de jure, implica no aumento de 3,7% no crescimento, medido pelo PIB. Igualmente, um aumento de 1 ponto percentual da Balança de Bens e Serviços, em percentagem do PIB, traduz-se por um aumento de 3,1% no PIB. Ambas as variáveis são significativas a 1%. Este modelo 2 sugere a importância da globalização para os anos mais recentes no Brasil no alavancar do crescimento econômico, bem como a relevância da vertente legal para esse crescimento.

Capítulo 5 – Discussão de Resultados

Este trabalho buscou analisar como a globalização e a desglobalização econômica podem afetar a política, isto a partir de uma análise histórica. De modo a limitar a pesquisa, foi escolhido um país para ser o ponto central da análise, e o país escolhido foi o Brasil. Neste sentido, ao descrever as ondas da globalização e da desglobalização ao longo da história e compreendendo como estes dois fenômenos ocorrem a partir da alteração de variáveis econômicas, o objetivo era o de conseguir identificar se essas variações afetariam a política interna, neste caso, do Brasil. Para conseguir realizar esta análise, foi necessário compreender o contexto político-econômico do Brasil ao longo de sua história, para então, compara-los com a respectiva onda de (des)globalização que ocorria naquele momento.

Faz-se necessário evidenciar mais uma vez que para dividir as ondas da globalização e da desglobalização, foi utilizado como base o trabalho de Karunaratne (2012), que identificou as ondas conforme a tabela abaixo:

Tabela 6 – Ondas da Globalização e da Desglobalização

Onda	Duração	Propulsor
Globalização I	1870 - 1914	Colonização
Desglobalização I	1914 - 1930	Protecionismo
Desglobalização II	1939 - 1946	Entre-Guerras
Globalização II	1946 - 1973	Livre Comércio
Globalização III	1980 - 2009	Mobilidade de Capital

Fonte: Karunaratne (2012)

Isto posto, passamos então para os resultados obtidos da análise realizada, que será feita, cronologicamente. Conforme já exposto neste trabalho, a primeira onda da Globalização foi caracterizada pela primeira expansão do comércio internacional e pelas práticas imperialistas, e que perdurou até 1914. Após, segue-se por um período caracterizado por duas ondas da desglobalização consecutivas, que perdurou até 1946, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, o primeiro ponto de análise foi o golpe de estado que ocorreu no Brasil em 1930, momento em que as tendências mundiais eram de desglobalização.

A primeira onda da desglobalização ocorreu a partir do início da Primeira Guerra Mundial, que durou quatro anos, logo após o fim da guerra, ocorreu a Grande Depressão de 1929. Desse modo, estes dois importantes eventos alteraram significativamente a expansão que até então era experienciada pelos países, sobretudo para os países desenvolvidos. Conforme exposto, antes mesmo que fosse possível tentar reestabelecer o contexto econômico pré-guerra, a crise de 29 ocorreu e alterou a forma como as trocas comerciais internacionais eram praticadas. A tendência foi de aumento de barreiras tarifárias, tendência de desenvolver o mercado interno para alcançar autossuficiência, em suma, ocorreu o aumento de políticas protecionistas.

Conforme defende Bordo (2017), a reação à globalização, pode ter atizado as chamadas do nacionalismo e sido uma das principais causas da Primeira Guerra Mundial. A grande depressão de 1930 apenas agravou a situação à medida em que os países, em uma tentativa de proteger seus rendimentos reais, aumentaram barreiras tarifárias, restringiram a imigração e bloquearam a mobilidade de capital.

Estas tendências também se refletiram no Brasil, com a dificuldade de realizar trocas comerciais em decorrência da Primeira Guerra, o Brasil teve que se desenvolver rapidamente de modo a conseguir produzir o máximo para conseguir ser capaz de atender a demanda interna, o que originou um processo de industrialização rápido e mal estruturado. Este processo, além de ter consequências econômicas também proporcionou que surgissem novas dinâmicas sociais, novos grupos sociais, como a classe dos operários e do empresariado, assim como também foi um processo relacionado com a crescente imigração europeia, o que gerou uma disseminação de novos padrões de pensamento e advento de novas ideologias.

Todo este contexto, somado com a crise de 1929, e com a crise econômica (crise do café) que seguiu, foram fatores que influenciaram a intensificação da insatisfação da população. Assim, como o Brasil tinha uma forma de governo oligárquica há anos, com tudo o que se passava no momento, a insatisfação das pessoas apenas cresceu, e as reivindicações de grupos diversos passou a ficar mais forte. Neste contexto, ocorreu a Revolução de 1930, que foi na verdade um golpe de estado, momento em que Getúlio Vargas se torna Presidente do Brasil, mesmo não tendo sido eleito. Os próximos anos do governo de Vargas foram marcados pela limitação dos poderes, tendo fechado o Congresso Nacional, foi um governo autoritário, centralizado, e de cunho nacionalista, se tornando uma ditadura.

Conforme abordou Lima (1970), a ausência de uma força que pudesse conduzir a lutas por reivindicações mais avançadas, e que pudesse organizar e planejar a oposição,

foram também fatores que facilitaram a ocorrência do golpe. Neste sentido, Lima (1970) descreve “[...] o que permitiu a grupos tradicionais e caracteristicamente conservadores, [...] apresentarem-se com máscaras inovadoras, encabeçando agitações em massa, preparando conspirações militares.”

O segundo ponto de análise relaciona-se com a Segunda onda da globalização, que tem como marco temporal, o final da Segunda Guerra Mundial. Após a guerra, a comunidade internacional optou por somar forças e priorizar a criação de instituições internacionais que pudessem garantir mais segurança e menos riscos que outro grande conflito bélico pudesse ocorrer. Conforme já abordado no primeiro capítulo deste trabalho, a guerra traz consequências de grande impacto para vários países, pois o consumo, a produção e as trocas comerciais se tornam muito mais difíceis, e isto afeta completamente a cadeia global.

Desse modo, após o fim da guerra, com a criação de instituições internacionais, como por exemplo a Organização Mundial do Comércio – OMC e a elaboração do Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT, que foram responsáveis pela redução das barreiras tarifárias e serviram como incentivo para intensificar as trocas comerciais novamente.

No Brasil, o fim da Guerra também foi acompanhado pelo fim da Ditadura Vargas e pelo início de um processo de redemocratização, de modo que em 1950, retorna ao poder, mas desta vez, democraticamente. Neste período houve uma mudança no discurso e no posicionamento político de Vargas, que prometeu ao povo brasileiro o processo de redemocratização seria realizado pelo voto e pela participação da população. Assim como, também o discurso se tornou antifascista e contra as correntes ideológicas que remetiam a governos autoritários e exacerbadamente nacionalistas. Isto pode ser observado como o fim da Segunda Guerra influenciou a nova retomada política no Brasil, tendo em vista que neste momento, havia uma crescente demanda para minimizar o crescimento das ideologias que foram tão danosas para o mundo durante a guerra, como o nazismo na Alemanha. Neste sentido, mesmo com o passado autoritário e ditatorial de Vargas, simbolicamente, mesmo sendo a mesma pessoa que retomava ao poder, o fez de maneira completamente diferente e com uma abordagem que era de priorização a democracia.

Após Vargas, Juscelino Kubitschek é quem se torna presidente e realiza diversas alterações que tinham como objetivo industrializar o Brasil e tornar o país mais competitivo mundialmente. E neste ponto, é sem dúvida um momento que se alinha muito os valores da segunda onda de globalização, com a retomada das dinâmicas comerciais

que existiam antes do período das duas ondas de desglobalização. Inclusive, foram elaborados instrumentos legais que tinham como objetivo diminuir as barreiras tarifárias e impulsionar as trocas comerciais internacionais, como a Instrução 113 já citada anteriormente.

Outro ponto interessante a relacionar, foi o que ocorreu durante a Ditadura Militar brasileira, após o golpe de 1964, o Brasil passou por um dos períodos mais obscuros da sua história, com um governo que restringiu violentamente liberdades individuais. Importante destacar que, a crise inflacionária a qual se encontrava o Brasil no período pré- Ditadura Militar foi um dos principais motivos que impulsionaram a demanda por mudança por parte da população, criando um contexto de conflitos ideológicos que estimularam a ocorrência do Golpe Militar.

E isto tudo ocorreu durante a terceira onda de globalização. Contudo, o ponto que é interessante destacar, é que apesar de socialmente ser um momento marcado pelo nacionalismo, conservadorismo e um governo autoritário, economicamente, as medidas foram tomadas em busca de romper com o modelo de substituições de importações que vigorava no Brasil desde a primeira onda de desglobalização, pois permanecer adotando medidas de caráter protecionistas se colocavam como um obstáculo para se adaptar às aspirações da época, com o crescimento das multinacionais, das exportações e da alta produção.

Os governos militares tinham como desafio, de modo a manter sua permanência no poder, agradas as classes que os apoiavam, e para isto, precisam promover planos de desenvolvimento econômico com a promessa de tornar o Brasil em um país desenvolvido. Assim, muitos dos planos de estratégia econômica anunciados pelo governo tinham como objetivo satisfazer a burguesia brasileira. Conforme aborda Macarini (2005), os planos cumpriam um “um papel essencialmente retórico”, que moldava as ações do governo com o intuito de satisfazer seus apoiadores e garantir a legitimação do regime.

A satisfação dos apoiadores do regime militar era baseada no processo de globalização que ocorria no mundo naquele momento, e de expansão das relações e das trocas comerciais. Conforme aponta Karunaratne (2012), a segunda onda da globalização foi caracterizada pelo livre comércio. Neste sentido, os governos militares realizam empréstimos internacionais para conseguirem viabilizar todos os planos econômicos que anunciaram, como a construção de usinas hidrelétricas e nucleares, polos petroquímicos, além de investimentos na indústria siderúrgica. Ainda, o investimento em ciência, tecnologia, desenvolvimento das fontes de energia para conseguir modificar a matriz energética e desenvolver melhores infra-estruturas.

Diferentemente do desenvolvimento que ocorreu durante o governo de Juscelino Kubitschek, em que houve o aumento de investimento direto estrangeiro, durante a ditadura, a fonte foi através de empréstimos internacionais, o que levou a um endividamento do país, Conforme informa Lacerda et al. (2010) citado em Coelho (2016, p- 136), “*A dívida externa salta de US\$ 3 bilhões em 1964 para 12,5 bilhões, em 1973, US\$ 21,2 bilhões, em 1975, e, por fim, US\$ 43,5 bilhões, em 1978*”.

Desse modo, foi possível analisar que, ao tentar adaptar-se as demandas advindas da globalização, os governantes militares acabaram por se perder pois não conseguiram financiar os investimentos pretendidos sem que a dívida externa se tornasse um grande problema. E neste ponto menciona Coelho (2016) que “*a emergência de posições ligadas ao neoliberalismo trouxeram profundas mudanças, às quais os gestores econômicos brasileiros não estavam preparados*”. Desse modo, o período de Ditadura Militar teve influências da globalização que refletiram no Brasil economicamente, contudo, socialmente e politicamente o Brasil manteve-se limitado, com direitos individuais restringidos, liberdade de expressão censurada, sem qualquer justiça social e possibilidade de oposição.

O fim da Ditadura Militar brasileira ocorreu de maneira gradual, isto dito, para frisar que não ocorreu um conflito armado, uma revolução ou lutas e reivindicações por parte da população, o último presidente, João Figueiredo foi o responsável pela abertura gradual que colocou fim ao regime em 1985.

E neste ponto foi possível realizar uma outra análise, pois o período era marcado pela terceira onda de globalização, caracterizada pela mobilidade do capital. Uma grande força motriz da globalização econômica é a liberalização do comércio e a remoção das barreiras tarifárias. A terceira onda de globalização, além dos fatores ligados ao comércio, foi marcada pelo processo de desenvolvimento tecnológico nunca vivenciado antes, e isto, foi um grande impulsionador para que o processo de globalização se intensificasse, abrindo um novo ciclo para o comércio internacional.

Neste sentido, observa-se que mesmo em meio a um regime ditatorial militar, extremamente autoritário, ainda assim é impossível fechar-se completamente ao que ocorre ao redor, neste caso, ao que ocorre a nível de tendência mundial. E neste ponto é possível criar uma relação entre a influência da terceira onda de globalização com o que ocorria na política brasileira. O último presidente do regime militar já demonstrava tendências diferentes dos anteriores, de modo gradualmente realizou-se uma abertura, influenciada pelos ideais neoliberalistas que vigoravam no momento. Conforme aborda Codato (2005), o processo de transição do regime militar não foi exatamente movido a

ideologia de que a democracia deveria ser instaurada, mas sim a um interesse próprio dos militares no momento, de institucionalizar um modelo político mais liberal.

Neste sentido, observa-se que mesmo em meio a um regime ditatorial militar, extremamente autoritário, ainda assim é impossível fechar-se completamente ao que ocorre ao redor, neste caso, ao que ocorre a nível de tendência mundial. E neste ponto é possível criar uma relação entre a influência das ondas de globalização com o que ocorria na política brasileira. Em 1985 foi o último ano de mandato de um militar, a partir deste momento iniciou-se o processo de reabertura da política brasileira, que culminou em eleições diretas e na promulgação da Constituição Federal de 1989, considerada um marco democrático da história do Brasil.

Após o período de redemocratização, o Brasil passou por um intenso processo de reformulações e estruturações, finalmente conseguindo estabilizar a inflação a partir do Plano Real. O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pelas privatizações, pelo desenvolvimento da diplomacia brasileira, pela estabilização da economia e por uma política voltada ao neoliberalismo. O governo Lula, ideologicamente de esquerda, foi marcado pelas políticas sociais e afirmativas que atingiu objetivos nunca antes atingidos, como retirar o Brasil do mapa da fome e iniciar políticas de redistribuição de renda, contudo, colocou fim às privatizações, contudo, manteve medidas de abertura do comércio iniciadas por FHC, desenvolveu as relações internacionais de modo a conseguir atingir negociações que beneficiassem o Brasil no mercado internacional.

Neste sentido, salienta Junior (2016, p. 204):

Nos anos 90, havia uma visão negativa do Estado e uma visão positiva do mercado, isto é, de que o Estado representaria o atraso e o anacronismo histórico, enquanto o mercado era visto como sinônimo de modernidade, impessoalidade e eficiência.

Neste sentido, por mais que os dois governos simbolizem dois lados opostos ideologicamente, quando se refere a esquerda e direita, progressista e liberal, nenhum deles foi marcado pela prática de políticas protecionistas, assim como nenhum desses governos foi autoritário. Assim ao analisar com a terceira onda de desglobalização, ambos os governos mantiveram políticas de abertura comercial que se alinham com o que ocorria no âmbito global no mundo naquele momento.

Após o governo de Lula, sua sucessora também do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, por mais que não tivesse realizado nenhuma iniciativa protecionista, realizou outras medidas, como a diminuição das taxas de juro dos bancos públicos, que

criaram divergências com o mercado financeiro. Além das questões internas, internacionalmente, ocorreu a crise financeira de 2007 nos Estados Unidos, que foi uma avalanche que foi gradualmente afetando também o restante do mundo. E no momento em que chegou a hora do Brasil, era Dilma quem estava no poder e sem dúvidas isto também afetou sua governabilidade.

Dilma não conseguiu finalizar seu segundo mandato presidencial, pois sofreu um Impeachment. Este processo de Impeachment é muito controverso e divide opiniões até hoje, sendo considerado golpe por muitos, e por outros comemorado. Michel Temer, vice de Dilma, tomou posse em seu lugar, e finalizou os dois anos restantes do mandato. Este candidato faz parte de um partido de centro-direita, PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), e foi escolhido como vice de Dilma em uma tentativa do PT, que já não se encontrava com a popularidade tão alta na segunda eleição de Dilma, de conseguir alianças.

Contudo, as divergências entre Presidente e Vice ficaram muito óbvias naquele momento, pois Temer realizou diversas medidas que iam contra aquilo que era esperado e prometido por Dilma, como a reforma trabalhista, que retirou direitos dos trabalhadores adquiridos a duras lutas. Por fim, após o fim do mandato de Temer, as eleições de 2018 foram caracterizadas pela polarização. A partir do Impeachment de Dilma, a trajetória política no Brasil foi marcada pelo surgimento de dois lados opostos, e este processo apenas se intensificou.

De um lado a esquerda, desunida e desestruturada, pois o partido mais forte foi alvo de escândalos de corrupção que culminaram no processo judicial chamado de “Lava Jato”, os outros partidos são pequenos e por isso os simpatizantes da esquerda se encontraram sem representação. O Partido dos Trabalhadores passou por um processo de “demonização”, que foi intensificado com o advento das redes sociais e das “fake news”.

Do outro lado, a direita, se organizou com outros grupos que se identificavam como conservadores, liberais, e até simpatizantes do autoritarismo e saudosistas da Ditadura Militar, e conseguiram se organizar e encontrar alguém que julgaram ser bom o suficiente para a função de Presidente da República. Esta figura foi Jair Messias Bolsonaro, um ex-militar, que ocupou por anos o cargo de Deputado Federal no Congresso brasileiro, sem ter aprovado um projeto de lei ao longo da sua trajetória política. Contudo, mesmo com todos os pronunciamentos racistas, machistas, xenófobos e com a inclinação para uma política conservadora e autoritária, Bolsonaro foi eleito presidente em 2018, e se encontra até o momento cumprindo seu mandato, mesmo depois de inúmeros escândalos políticos e pela péssima gestão da pandemia do Corona vírus.

Por estas razões, a última relação a ser feita é com o Impeachment de Dilma e a eleição de Bolsonaro, com a chamada terceira onda de desglobalização, que ocorre desde a crise financeira de 2008 e que é relacionada por muitos autores com outros acontecimentos políticos, como a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e com a saída do Reino Unido da União Europeia, ambos caracterizados por políticas protecionistas, de anti-imigração e de exaltação ao nacionalismo.

De modo a simplificar as análises realizadas no presente trabalho, foi realizado a tabela abaixo:

Tabela 7 – Síntese das análises realizadas:

Momento Histórico	Data	Onda	Duração	Propulsor
Golpe de Estado	1930	Desglobalização I	1914 - 1930	Protecionismo
Ditadura Vargas	1930 - 1945	Desglobalização I	1914 - 1930	Protecionismo
Redemocratização	1950	Globalização II	1946 - 1973	Entre-Guerras
Ditadura Militar	1964 - 1985	Globalização II	1946 - 1973	Livre Comércio
Redemocratização	1985 - 1989	Globalização III	1980 - 2009	Mobilidade de Capital
Governos FHC e Lula	1994 - 2010	Globalização III	1980 - 2009	Mobilidade de Capital
Governos Dilma e Bolsonaro	2011 até hoje	Desglobalização III	2009 até hoje	Crise de 2008

O propósito que gerou o interesse nesta pesquisa iniciou-se a partir da procura em entender se momentos políticos vivenciados nos últimos anos (Trump, Brexit, Bolsonaro, entre outros), poderiam estar relacionados com a desglobalização, e neste sentido, também indiretamente relacionado com as variáveis econômicas que influenciam com que a desglobalização ocorra. Conforme as análises realizadas, foi possível perceber que os fenômenos da globalização e da desglobalização, não tem necessariamente, relação com o espectro político – esquerda – direita.

Isto ficou evidenciado em dois principais momentos da análise deste trabalho, primeiramente pois ocorreu uma Ditadura Militar em pleno período de globalização (segunda onda). E em segundo, pois a terceira onda da globalização foi marcada por dois governos, que apesar de democráticos, se encontravam em posições distintas no espectro político, que é o caso de FHC de direita e Lula de esquerda.

Contudo, também foi possível observar que há uma tendência de ocorrer governos mais inclinados ao autoritarismo e ao conservadorismo durante períodos de desglobalização. Isto por que, nos três períodos de desglobalização o momento político no Brasil era caracterizado ou por Ditaduras ou por golpes de Estado. Na primeira e na segunda onda de desglobalização ocorreu um golpe de Estado que culminou na Ditadura Vargas. Enquanto na terceira e mais recente onda da desglobalização, o governo

Bolsonaro e o que ele representa certamente merecem ser apontados também como um indício que sustenta a ideia que a desglobalização, é acompanhada por políticas econômicas protecionistas, que podem refletir de forma autoritária e conservadora na política. E ainda, não se pode esquecer do golpe que retirou Dilma da presidência em 2016, que foi o evento que possibilitou com que a crescente onda de ideologias conservadoras tomassem conta da maior parte dos brasileiros, e que foi o que possibilitou que Bolsonaro se tornasse presidente.

Ademais, é possível observar que normalmente, nos períodos de globalização, os governos tendem a orientar-se com políticas voltadas ao mercado, e a realizarem aberturas comerciais, o que também pode ser identificado como uma tendência ao liberalismo. Porém, este liberalismo pode ser tanto de esquerda, quanto de direita. Isto por que, em todos os períodos marcados pela globalização, independentemente do governo e de sua ideologia, houve medidas econômicas que buscavam maior interação internacional.

Conclui-se, ainda, pela bondade do processo de globalização para o crescimento econômico brasileiro, bem como para a maior equidade na distribuição de renda, com base nos dados a partir de 1970. Estes dados parecem suportar a necessidade de num país como o Brasil as tendências protecionistas, independentemente da lógica política subjacente, deverem ser pesadas cautelosamente pelos potenciais efeitos perversos que comportam no crescimento econômico e no aumento da assimetria na distribuição da riqueza.

Conclusão

Este trabalho buscou mostrar como a globalização e a desglobalização poderiam afetar a política. Para isto foi primeiro delimitado o estudo de modo a utilizar apenas a dimensão econômica dos fenômenos citados, assim como foi escolhido o Brasil como o país para ponto de análise. Deste modo, ao descrever as ondas de globalização e de desglobalização ao longo da história e ao compreender como a alteração de variáveis econômicas os influenciam, foi possível realizar uma análise histórico-comparativa com o contexto político-econômico brasileiro. Após realizar o enquadramento teórico, de modo a melhor compreender a globalização e a desglobalização, e explicar a metodologia do trabalho, realizou-se a análise histórica do Brasil, onde foi abordado todos os principais eventos político-econômicos da história brasileira de acordo com os respectivos períodos (ondas) da globalização e desglobalização.

Para complementar a análise sobre a realidade brasileira, ensaiou-se uma breve análise quantitativa que pretendeu estudar as relações entre globalização e crescimento econômico, por um lado, e a equidade de distribuição de renda, por outro, a partir de 1970. Conclui-se que um aumento da globalização (medido pelo índice de globalização composto de KOF e pelo saldo da Balança de Bens e Serviços) traduzia-se por um aumento do crescimento econômico no Brasil (a um aumento de um ponto no índice de KOF, o crescimento econômico aumenta em 3,74%; a um aumento de um ponto percentual no saldo da Balança de Bens e Serviços, em percentagem do Produto Interno Bruto, o crescimento econômico aumenta em 4,15%).

Igualmente, os efeitos da globalização afiguram-se positivos para o alisamento das diferenças na distribuição de renda. Com efeito, a um aumento de um ponto do índice de globalização composto de KOF corresponde uma diminuição do índice de Gini em 0,49% (a que corresponde uma diminuição da assimetria na distribuição da riqueza brasileira); a um aumento de um ponto percentual do saldo da Balança de Bens e Serviços está associado uma diminuição do índice de Gini em 0,38%.

Por fim, foi realizada a discussão dos resultados obtidos, em que suscitou-se uma reflexão a respeito dos fenômenos da globalização e da desglobalização, não terem necessariamente, relação com o espectro político – esquerda – direita., assim como foi é possível observar que normalmente, nos períodos de globalização, os governos tendem a orientar-se com políticas voltadas ao mercado, e a realizarem aberturas comerciais, o que também pode ser identificado como uma tendência ao liberalismo. Foi também evidenciado que há uma tendência de ocorrer governos mais inclinados ao autoritarismo

e ao conservadorismo durante períodos de desglobalização, assim como todos os períodos marcados pela globalização, independentemente do governo e de sua ideologia, houve medidas econômicas que buscavam maior interação internacional.

Em síntese, este trabalho apresenta um estudo que pretende compreender melhor a relação entre economia e política internacional. E contribui para futuras pesquisas que pretendam abordar este tema, pois ao partir do princípio que a história é cíclica, se torna muito importante conseguir compreender melhor o passado para tentar ter melhores consequências no futuro.

Este trabalho pretende ser um primeiro ensaio sobre as relações entre as políticas e a economia, num país necessariamente inserido na economia global como o Brasil. O trabalho qualitativo baseado tão somente na análise documental poderá e deverá ser complementado pelo recurso a entrevistas semiestruturadas junto dos agentes interventores na inserção internacional do Brasil, quer a nível dos decisores políticos que a nível dos agentes econômicos (empresários). Igualmente o primeiro ensaio da análise quantitativa agora apresentado, deverá ser complementado pela consideração de outras variáveis explicativas (da economia real e monetária; da consideração dos anos mais críticos para a economia brasileira, nomeadamente associados a crises políticas internas mas também a crises globais, da dinâmica da inserção no mercosul), pela análise mais fina de índices de globalização compósitos como o de KOF (repartição nas vertentes *de facto* e *de jure*, por um lado, e nas vertentes económicas, sociais e políticas, por outro), bem como pela consideração de outros métodos de estimação.

Referências Bibliográficas

- Albrow, M., & King, E. (Eds.). (1990). *Globalization, knowledge and society: readings from international sociology*. Sage.
- Anil, K. (2018). De-globalization and impact of brexit on global economy and Saarc nations. *International Journal of Business Ethics in Developing Economies*, 7(1), 32. Recuperado a partir de https://www.academia.edu/40427886/De_Globalization_and_Impact_of_Brexit_on_Global_Economy_and_SAARC_Nations?from=cover_page
- Arend, M. (2013). O Brasil e o longo século XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. *O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo*. Marília: Oficina Universitária.
- Balsa-Barreiro, J., Vié, A., Morales, A. J., & Cebrián, M. (2020). Deglobalization in a hyper-connected world. *Palgrave Communications*, 6(1), 1-4. doi: 10.1057/s41599-020-0403-x
- Bandeira, L. A. M. (2005). Política exterior do Brasil—de FHC a Lula. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 31(2). Recuperado a partir de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2313/1405>
- Bardin, L. (2004) *Análise de conteúdo* Lisboa: Edições 70.
- Baumann, R. (2021). Globalização, desglobalização e o Brasil. Recuperado a partir de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10655>
- Beck, U. (2008). Reframing power in the globalized world. *Organization studies*, 29(5), 793-804. doi: 10.1177/0170840608090096
- Beck, U. (2018). *What is globalization?*. John Wiley & Sons.
- Bittar, E. C. (2012). Crise econômica, desglobalização e direitos humanos: os desafios da cidadania cosmopolita na perspectiva da teoria do discurso. *Marxismo, realismo e direitos humanos*. João Pessoa: UFPB, 241-282. Recuperado a partir de

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3807896/mod_resource/content/1/desglobaliza%C3%A7%C3%A3o%20-%20Bittar.pdf

- Boito Jr, A., & Berringer, T. (2013). Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, 21, 31-38. doi: 10.1590/S0104-44782013000300004
- Bordo, M. D. (2017). The second era of globalization is not yet over: An historical perspective (No. w23786). National Bureau of Economic Research. doi: 10.3386/w23786
- Buckley, P. J., & Ghauri, P. N. (2004). Globalisation, economic geography and the strategy of multinational enterprises. *Journal of International Business Studies*, 35(2), 81-98. doi: 10.1057/palgrave.jibs.8400076
- Clark, W. C. (2000). Governance in a Globalizing World, chapter Environmental globalization.
- Cruz, M. V. (2008). Brasil nacional-desenvolvimentista (1946-1964). Seleção de textos sobre a História da Educação no Brasil República. Recuperado a partir de <https://pedagogiaaopedaletra.com/wp-content/uploads/2013/04/Sele-o-de-textos-sobre-a-Hist-ria-da-Educa-o-no-Brasil-Rep-blica.pdf#page=24>
- Coelho, R. P. S. (2016). A economia da ditadura militar brasileira: notas didáticas da disciplina formação sócio-histórica do Brasil III. *UNIVERSITAS*, (19). Recuperado a partir de <https://www.revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/view/268>
- Codato, A. N. (2005). Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de sociologia e política*, 83-106. doi: 10.1590/S0104-44782005000200008
- Couto, C. G. (1998). A longa constituinte: reforma do Estado e fluidez institucional no Brasil. *Dados*, 41, 51-86. doi: 10.1590/S0011-52581998000100002
- Creswel, J. W. (2007) Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.

Cunha, I. F. Desglobalização e Desocidentalização: desigualdades, populismo e emoções. *Liberdade de expressão e campanhas eleitorais–Brasil* 2018, 43. Recuperado a partir de <https://core.ac.uk/reader/327043880>

da Silva, M. F. (2004). Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto de século. Ricardo Carneiro *Development in crisis: the Brazilian economy in the last quarter of the 20th century*. PerCursos, 5.

de Sousa Coelho, R. P. (2016). A economia da ditadura militar brasileira: notas didáticas da disciplina formação sócio-histórica do Brasil III. *UNIVERSITAS*, (19). Recuperado a partir de <https://www.revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/view/268>

Deitos, R. A. (2008). Economia e estado no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, 29, 20-34. Recuperado a partir de https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5042/art02_29.pdf

Denzin, N. K. e Lincoln, Y. S. (2006) Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, N. K. E Lincoln, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.

Dreher, A. (2006). Does globalization affect growth? Evidence from a new index of globalization. *Applied economics*, 38(10), 1091-1110. doi: 10.1080/00036840500392078

Dugnani, P. (2018). Globalização e desglobalização: outro dilema da Pós-Modernidade. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, 25(2), 1-14. doi: 10.15448/1980-3729.2018.2.27918

Evenett, S. J. (2019). Protectionism, state discrimination, and international business since the onset of the Global Financial Crisis. *Journal of International Business Policy*, 2(1), 9-36. doi: 10.1057/s42214-019-00021-0

Filgueiras, L. (2006). O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias*

nacionales, 179-206. Recuperado a partir de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>

Flick, U. (2009). *An Introduction to Qualitative Research*. 4th Edition. Sage Publications. doi: 10.1057/9780230239517_1

Fonseca, P. C. D. (2020). Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Brazilian Journal of Political Economy*, 23, 138-153. doi: 10.1590/0101-31572003-0720

García-Herrero, A. (2019). From globalization to deglobalization: Zooming into trade. Recuperado a partir de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3496563

Giddens, A. (2013). *O mundo na era da globalização*. Editorial Presença.

Godoy, A. S. (2005) Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 3, n. 2, p. 81-89. Recuperado a partir de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7882368>

Gygli, Savina, Florian Haelg, Niklas Potrafke and Jan-Egbert Sturm (2019): The KOF Globalisation Index – Revisited, *Review of International Organizations*, 14(3). doi: 10.1007/s11558-019-09344-2

Hälg, F. (2020). *Essays in Globalisation and the Welfare State* (Doctoral dissertation, ETH Zurich). doi: 10.3929/ethz-b-000442997

Held, D., McGrew, A., Goldblatt, D., & Perraton, J. (2000). Global transformations: Politics, economics and culture. *In Politics at the Edge* (pp. 14-28). doi: 10.1057/9780333981689_2

Hirst, P., Thompson, G., & Bromley, S. (2015). *Globalization in question*. John Wiley & Sons.

Hillebrand, E. E. (2010). Deglobalization scenarios: who wins? Who loses?. *Global Economy Journal*, 10(2), 1850197. doi: 10.2202/1524-5861.1611

- Hunt, E. K. (2005). História do pensamento econômico. Campus.
- Jenson, J., & de Sousa Santos, B. (2018). Globalizing institutions: Case studies in regulation and innovation. Routledge. doi:
- Junior, J. C. M. B. (2016). Economia e política da transição democrática no Brasil: uma análise dos governos FHC, Lula e Dilma. *Novos Rumos Sociológicos*, 4(5), 198-213. doi: DOI.ORG/10.15210/NORUS.V4I5.9037
- Karunaratne, N. D. (2012). The globalization-deglobalization policy conundrum. *Modern Economy*, July. doi: 10.4236/me.2012.34048
- Keohane, R. O., & Nye Jr, J. S. (2000). Globalization: What's new? What's not? (And so what?). *Foreign policy*, 104-119. doi: 10.2307/1149673
- Kinzo, M. D. A. G. (2001). A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em perspectiva*, 15(4), 3-12. doi: 10.1590/S0102-88392001000400002
- Kripka, R. M. L., Scheller, M., & BONOTTO, D. D. L. (2015). Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. *Revista de investigaciones UNAD*, 14(2), 55-73. Recuperado a partir de <https://core.ac.uk/download/pdf/322589335.pdf>
- Kugelmas, E., & Sola, L. (1999). Recentralização/Descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90. *Tempo social*, 11, 63-81. doi: <https://www.scielo.br/j/ts/a/ZJYsfjgGXTm8jCb3WxRhgkr/?format=pdf&lang=pt>
- Lafer, C. (2000). Brasil: dilemas e desafios da política externa. *Estudos avançados*, 14, 260-267. doi: 10.1590/S0103-40142000000100014
- Lindert, P. H., & Williamson, J. G. (2007). *5 Does Globalization Make the World More Unequal?* (pp. 227-276). University of Chicago Press. doi: 10.7208/9780226065991-007
- Lima, H. F. (1970). História político-econômica e industrial do Brasil. Brasiliense.

- Lima, S. D. C. (2010). Da substituição de importações ao Brasil potência: concepções do desenvolvimento 1964-1979. *Revista Aurora*, 4(1). doi: 10.36311/1982-8004.2010.v4n1.1243
- Macarini, J. P. (2005). A política econômica do governo Médici: 1970-1973. *Nova economia*, 15, 53-92. doi: 10.1590/S0103-63512005000300003
- Maciel, D. (2021). Transição política e transformismo no Brasil pós-ditadura em Florestan Fernandes. *Revista Izquierdas*, (50), 22. doi: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7905484>
- Mack, N., Woodson, C., MacQueen, K., Guest, G. e Namey, E. (2011). *Qualitative Research Methods: a data Collector's Field Guide*. USA: Family Health International. Recuperado a partir de http://repository.umpwr.ac.id:8080/bitstream/handle/123456789/3721/Qualitative%20Research%20Methods_Mack%20et%20al_05.pdf?sequence=1
- Manual on Statistics of International Trade in Services, Eurostat, IMF, OECD, UN, UNCTAD, WTO, 2002 – Annex II, Glossary. Organization for Economic Co-operation and Development. Recuperado a partir de: <https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=1121>
- Martin, M. (2018). Keeping it real: Debunking the deglobalization Myth, Brexit and Trump: “lessons” on integration. *Journal of International Trade Law and Policy*. doi: 10.1108/JITLP-06-2017-0020
- Meyer, K. E. (2017). International business in an era of anti-globalization. *Multinational Business Review*. doi: 10.1108/MBR-03-2017-0017
- Milberg, W., & Winkler, D. (2010). Economic insecurity in the new wave of globalization: Offshoring and the labor share under varieties of capitalism. *International Review of Applied Economics*, 24(3), 285-308. doi: 10.1080/02692171003701479
- Munteanu, P., Ciornei, L., Vlăducu, L. V., & David, G. (2020). Deglobalization and Factors of Sustainable Development. *LUMEN Proceedings*, 13, 337-347. doi: 10.18662/lumproc/ncoe4.0.2020/30

- Neves, D. O. P. Economia e Desigualdade na Ditadura Militar. Recuperado a partir de https://www.academia.edu/39289843/Economia_e_Desigualdade_na_Ditadura_Militar?from=cover_page
- Norris, P. (2000). Global governance and cosmopolitan citizens. *Governance in a globalizing world*, 155, 173-175. Recuperado a partir de https://www.academia.edu/2750052/Global_governance_and_cosmopolitan_citizens?bulkDownload=thisPaper-topRelated-sameAuthor-citingThis-citedByThis-secondOrderCitations&from=cover_page
- O'Rourke, K. H., & Williamson, J. G. (2012). Introduction: The spread of and resistance to global capitalism. In *The Cambridge History of Capitalism Volume 2: The Spread of Capitalism: From 1848 to the Present* (pp. 1-21). Cambridge University Press. doi: 10.1017/CHO9781139095105.001
- Pinheiro, M. (Ed.). (2015). *Ditadura: o que resta da transição*. Boitempo Editorial.
- Pinheiro, A. C., Giambiagi, F., & Gostkorszewicz, J. (1999). O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. Recuperado a partir de <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11316>
- Postelnicu, C., Dinu, V., & Dabija, D. C. (2015). Economic deglobalization—from hypothesis to reality. *Ekonomie a Management (E&M)/Economics and Management*, 18(2), 4-14. doi: 10.15240/tul/001/2015-2-001
- Querini, P. L. (2017). Os planos de combate à inflação no Brasil pós ditadura: heranças, aprendizados e resultados.
- Reznikova, N., & Ivashchenko, O. (2018). Projections of deglobalization in the contemporary international economic relations in the context of the paradigm of globalism. Recuperado a partir de https://www.researchgate.net/publication/330967281_PROJECTIONS_OF_DEGLOBA_LIZATION_IN_THE_CONTEMPORARY_INTERNATIONAL_ECONOMIC_RELATIONS_IN_THE_CONTEXT_OF_THE_PARADIGM_OF_GLOBALISM

- Richardson, R. J. (1999) Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas.
- Sallum, B., & Goulart, J. O. (2016). O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. *Revista de Sociologia e Política*, 24, 115-135. doi: 10.1590/1678-987316246001
- Scholte, J. A. (2008). Defining globalisation. *World Economy*, 31(11), 1471-1502. doi: 10.1111/j.1467-9701.2007.01019.x
- Sitima, M. V. C. Formação econômica do Brasil: uma resenha da obra de Celso Furtado. Recuperado a partir de <https://core.ac.uk/download/pdf/147518935.pdf>
- Shadlen, K. (2008). Globalisation, power and integration: The political economy of regional and bilateral trade agreements in the Americas. *The Journal of Development Studies*, 44(1), 1-20. doi: 10.1080/13562570701722089
- Tardivo, G., & Fernández Fernández, M. (2017). El uso del método histórico-comparativo en el análisis del liderazgo político: los casos de Bettino Craxi y Felipe González. *Sociología Histórica*, (8), 291–318. Recuperado a partir de <https://revistas.um.es/sh/article/view/276461>
- Teixeira, R. A., & Pinto, E. C. (2012). A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e sociedade*, 21, 909-941. Recuperado a partir de <https://www.scielo.br/j/ecos/a/WRPZxp3LrymkXcqsR6gmNXD/?format=pdf&lang=pt>
- The World Bank Data. Recuperado a partir de <https://data.worldbank.org/>
- Tomlinson, J. (2012). De-globalization and its significance: from the particular to the general. *Contemporary British History*, 26(2), 213-230. doi: 10.1080/13619462.2012.673714
- Triviños, A. N. da S. (2008) Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

Vizentini, P. G. F. (2005). De FHC a Lula: uma década de política externa. *Civitas: revista de ciências sociais*. Porto Alegre, RS. Vol. 5, n. 2 (jul./dez. 2005). p. 381-397. Recuperado a partir de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/144014/000527985.pdf?sequence=1>

Vujaković, P. (2009). How to measure globalization? a new globalization index. doi: 10.1007/s11293-010-9217-3

Waltz, K. N. (2010). *Theory of international politics*. Waveland Press.

Witt, M. A. (2019). De-globalization: Theories, predictions, and opportunities for international business research. *Journal of International Business Studies*, 50(7), 1053-1077. doi: 10.1057/s41267-019-00219-7

ANEXOS

ANEXO A

2020 KOF Globalisation Index: Variables description

Dimension	Variable Name	Variable Definitions	Source
<i>Trade Globalisation, de facto (KOFTrGldf)</i>	Trade in goods	Exports and imports of goods (% of GDP).	World Bank WDI (2020)
	Trade in services	Exports and imports of services (% of GDP).	World Bank WDI (2020)
	Trade partner diversity	Average of the Herfindahl-Hirschman market concentration index for exports and imports of goods (inverted).	IMF DOTS (2020) and own calculations
<i>Trade Globalisation, de jure (KOFTrGldj)</i>	Trade regulations	Average of two subcomponents: Prevalence of non-tariff trade barriers and compliance costs of importing and exporting.	Gwartney et al. (2020)
	Trade taxes	Income from taxes on international trade as percentage of revenue (inverted).	World Bank WDI (2020)
	Tariffs	Unweighted mean of tariff rates.	Gwartney et al. (2020)
	Trade agreements	Number of bilateral and multilateral free trade agreements.	Egger and Larch (2008)
<i>Financial Globalisation, de facto (KOFFIGldf)</i>	Foreign direct investment	Sum of stocks of assets and liabilities of foreign direct investments (% of GDP).	Lane and Milesi-Ferretti (2018) and IMF IIP (2020)
	Portfolio investment	Sum of stocks of assets and liabilities of international equity portfolio investments (% of GDP).	Lane and Milesi-Ferretti (2018) and IMF IIP (2020)
	International debt	Sum of inward and outward stocks of international portfolio debt securities and international bank loans and deposits (% of GDP).	Lane and Milesi-Ferretti (2018) and IMF IIP (2020)
	International reserves	Includes foreign exchange (excluding gold), SDR holdings and reserve position in the IMF (% of GDP).	Lane and Milesi-Ferretti (2018) and IMF IIP (2020)
	International income payments	Sum of capital and labour income to foreign nationals and from abroad (% of GDP).	World Bank WDI (2020)
<i>Financial Globalisation, de jure (KOFFIGldj)</i>	Investment restrictions	Prevalence of foreign ownership and regulations to international capital flows.	Gwartney et al. (2020)
	Capital account openness	Chinn-Ito index of capital account openness.	Chinn, Ito (2006, 2008)
	International investment agreements	Number of Bilateral Investment Agreements (BITs) and Treaties with Investment Provisions (TIPs).	UNCTAD (2020)
<i>Interpersonal Globalisation, de facto (KOFIpGldf)</i>	International voice traffic	International incoming and outgoing fixed and mobile telephone traffic in minutes (% of population).	ITU (2020)
	Transfers	Secondary income paid and received. Gross inflows and outflows of goods, services, income or financial items without a quid pro quo (% of population).	World Bank WDI (2020)
	International tourism	Arrivals and departures of international tourists (% of population).	World Bank WDI (2020)
	International students	Inbound and outbound number of tertiary students (% of population).	World Bank WDI (2020)
	Migration	Number of foreign or foreign-born residents (% of population).	World Bank WDI (2020)
<i>Interpersonal Globalisation, de jure (KOFIpGldj)</i>	Telephone subscriptions	Fixed telephone and mobile subscriptions (% of population).	World Bank WDI (2020)
	Freedom to visit	Percentage of countries for which a country requires a visa from foreign visitors.	Czaika et al. (2018) and IATA (2019)
	International airports	Number of airports that offers at least one international flight connection (% of population).	ICAO (2020)
<i>Informational Globalisation, de facto (KOFInGldf)</i>	Internet bandwidth	Total used capacity of international internet bandwidth in bits per second (% of population).	ITU (2020)
	International patents	Patent applications by non residents filed through the Patent Cooperation Treaty procedure or with a national patent office (% of population).	World Bank WDI (2020)
	High technology exports	Exports of high R&D intensity products in current US\$ (% of population).	World Bank WDI (2020)
<i>Informational Globalisation, de jure (KOFInGldj)</i>	Television access	Share of households with a television set.	ITU (2020)
	Internet access	Individuals using the internet (% of population).	World Bank WDI (2020)
	Press freedom	Quantification of the legal environment for the media, political pressure that influence reporting and economic factor that affect access to news and information.	Freedom House (2020a)
<i>Cultural Globalisation, de facto (KOFcuGldf)</i>	Trade in cultural goods	Exports and imports of cultural goods defined as in UNESCO (2009) (% of population).	UN Comtrade (2020)
	Trade in personal services	Exports and imports of personal, cultural and recreational services (% of population).	IMF BOPS (2020)
	International trademarks	Applications to register a trademark with a national or regional Intellectual Property (IP) office by non residents in percent of all applications.	World Bank WDI (2020)
	McDonald's restaurant	Number of McDonald's restaurants (% of population).	McDonald's (various years)
	IKEA stores	Number of IKEA stores (% of population)	IKEA (various years)
<i>Cultural Globalisation, de jure (KOFcuGldj)</i>	Gender parity	Ratio of girls to boys enrolled in primary education level in public and private schools.	World Bank WDI (2020)
	Human capital	Human capital index based on the average years of schooling and an assumed rate of return to education.	Feenstra et al. (2015) / Penn World Table 9.1
	Civil liberties	Quantification of aspects on freedom of expression and belief, associational and organizational rights, rule of law and personal autonomy and individual rights.	Freedom House (2020b)
<i>Political Globalisation, de facto (KOFpoGldf)</i>	Embassies	Absolute number of embassies in a country.	Europa World Yearbook (various years)
	UN peace keeping missions	Personnel contributed to U.N. Security Council Missions (% of population).	UN Department of Peacekeeping Operations (various years)
	International NGOs	Number of internationally oriented nongovernmental organisations (NGO) operating in that country.	Yearbook of International Organizations (various years)
<i>Political Globalisation, de jure (KOFpoGldj)</i>	International organisations	Number of international inter-governmental organisations in which a country is member.	CIA World Factbook (various years)
	International treaties	International treaties signed between two or more states and ratified by the highest legislative body of each country since 1945.	United Nations Treaty Collection (various years)
	Treaty partner diversity	Number of distinct treaty partners of a country with bilateral investment treaties (BITs).	UNCTAD (2020)